

**A ESCRITA HIERÁTICA DOS HEBREUS REVELADA
PELA INTERPRETAÇÃO DAS INSCRIÇÕES IBÉRICAS**

Guilherme Luís Santos Ferreira

Inscrições hebraicas da Península Ibérica: as letras desconhecidas de Castellon de la Plana e sua interpretação*

Nil nisi clavis deerat

A leitura das inscrições lapidares e numismáticas denominadas *ibéricas*, é um dos mais interessantes problemas da história da civilização da Península. Ele tem merecido, desde alguns séculos, a atenção dos estudiosos, tanto peninsulares como estrangeiros, pois é evidente, para todos, que a decifração desses antiquíssimos documentos lançaria uma luz intensa no meio das trevas que envolvem ainda os mais remotos períodos da história da civilização peninsular.

Todavia, os trabalhos a que até hoje se tem procedido no sentido de resolver esse problema, não têm sido coroados de bom êxito, e a questão da leitura de tais inscrições tem permanecido no estado em que se encontrava há três ou quatro séculos, quando foi posta pela primeira vez.

Bem persuadido de que este mau resultado não provinha da insolubilidade intrínseca do problema, mas dos termos em que ele era proposto, animei-me a formular o que chamarei *a minha hipótese*, para, sobre ela, tentar a decifração dessas inscrições: falsa ou verdadeira que ela fosse, poderia conduzir-me a um resultado útil, pois também sobre as falsas hipóteses se obtêm, por vezes, soluções verdadeiras.

Pondo irreverentemente de parte a moderna opinião de laureados investigadores das antiguidades peninsulares de que o nome *Iberos* é derivado das palavras bascas *ib-er*, que dizem significar *rio ardente* e julgam alusivas à corrente do *gulf-stream*, que circulava em torno da *Atlântida*, donde esses povos seriam oriundos, imaginei para aquele nome uma origem por certo menos poética, que eu admitia como verdadeira para estabelecer a base do meu estudo: em primeiro lugar, por me parecer pouco provável que a diferente temperatura da corrente do *gulf-stream*, em relação à das águas do Atlântico, tivesse dado origem ao nome de um povo; em segun-

* Memória apresentada à Real Academia da História de Madrid, impressa em Lisboa, no ano de 1917.

do lugar, por me animarem as palavras de Oliveira Martins, quando disse que “de hipótese em hipótese se chega a aferir a verdade”.

Imaginei que o nome de Iberos outra cousa era senão uma forma derivada do hebreu עִבְרִי, quer esta denominação lhes fosse dada por pertencerem à linhagem de Abraão, quer significasse apenas, de uma maneira geral, gente vinda *do outro lado* do Mediterrâneo. E assim imaginei que esses antigos habitantes do sul da Península foram povos de origem hebraica, cananea, caldeia ou moabita, estabelecidos nas *costas* ou *ilhas* do ocidente em consequência de migrações voluntárias ou de deportações forçadas.

Imaginei que assim como Tarsis ou *Tarshish*, filho de Javan, se estabelecera no litoral do meio-dia da Península, em tempos remotísimos, mantendo com os povos do Levante relações comerciais que sucessivamente se foram desenvolvendo até à maior exaltação de Tiro, - assim Elisa, Elusa ou Elishah, da mesma origem étnica, avançando mais para o ocidente, penetrara pelos vales do Ana, do Sado e do Tejo, e se estendera pelos territórios interiores, cujas riquezas naturais lhe não eram desconhecidas.

Imaginei que este nome de Elusa ou Elisa se identifica com os de Lusitânia e *Olyssippo*, pela posposição das terminações *tan* e *bon*, que ambas significam *habitação*, e deram, em relação a outros lugares da terra, Industan, Turkestan, Beluchistan e Afganistan no Oriente, Maurítânia, Tingitânia, e Britânia no Ocidente, e um grande número de nomes de cidades terminados em *bo*, *bona*, *po* e *pona*, como, por exemplo, *Olyssippo*, que assim seria a cidade de Elisa e não de *Ulysses*, como aos antigos poetas se afigurou.

Esta última suposição foi principalmente inspirada na leitura da elegante apóstrofe que Ezequiel dirige a Tiro no capítulo XXVII do seu livro. O profeta querendo dar ideia precisa da audácia dos navegadores fenícios e da extensão do seu comércio, sintetiza a civilizadora actividade de Tiro comparando-a a um dos seus navios, cujos materiais de construção figura terem sido importados de países longínquos: assim diz, que a ilustre cidade talhara as pranchas do casco da sua nave nos pinheiros de Sennir, o mastro num cedro do Líbano, os remos nos carvalhos das florestas de Bashan, os bancos dos remadores nas madeiras finas marchetadas de marfim das terras de Kittim, a vela bordada - que lhe servia de bandeira - no linho fino do Egipto, e o toldo de azul e de púrpura, que a adornava, nos preciosos estofos das *ilhas* ou *terras* de Elisa ou Elisha.

Esta enumeração gradual e crescente, a partir do mais próximo para o mais remoto, dera-me a impressão de que Elisa seria então o termo

mais afastado da expansão comercial de Tiro, certamente não menos distante que Cartago e *Tarshish* – e não apenas um porto do Peloponeso, como alguns têm julgado sem melhor argumento. Por outro lado, as afamadas lãs de Espanha e a sua natural produção de materiais corantes, como a cochonilha, o anil e o sumagre, se não justificavam a minha hipótese, aumentavam-lhe o número das probabilidades.

E de tudo isso que eu imaginei, tirei como corolário que a língua em que foram escritas as inscrições monetárias e lapidares do sul da Espanha seria o hebreu, ou algum dialecto muito próximo do hebreu.

Antes, porém, de tentar a leitura de algumas daquelas inscrições, pareceu-me conveniente proceder a uma espécie de *reconhecimento* que melhor me firmasse na legitimidade do meu corolário. Esse reconhecimento só poderia ser feito no sentido de encontrar um termo de ligação entre o período ibérico e o período romano, que de alguma maneira justificasse as premissas que eu estabelecia.

A antiga toponímia da grande área peninsular oferecia-me um vastíssimo campo para tentar esse reconhecimento com bastantes probabilidades de bom êxito. Conhecendo, porém, as objecções que poderiam opor-se a esse resultado, sob pretexto de que a origem evidentemente hebraica de muitos dos nossos termos geográficos não emanara directamente do hebreu, mas do árabe do período maometano – argumento já desenvolvido, há bem três séculos, por D. Bernardo Aldrete, com o sucesso que o Destino reserva muitas vezes às mais ruins causas – dirigi as minhas vistas para um espaço restrito dessa área, onde vestígios de um culto bem diferente do Islão, e a ele anterior, não pudessem favorecer objecções semelhantes.

Tracei os limites desse espaço dentro do território de Portugal, onde nos nomes de muitos lugares se conserva o elemento *bal* e *bel* afirmando, em alguns casos, de maneira indiscutível, a existência do culto de Baal, o deus supremo do paganismo caldeu. Citarei, entre uns trinta que conheço, Belas (*Bel-ash*, senhor do fogo), Balazaima e Baleizão (*Bel-azan*, Baal ouve a oração), Balazar (*Bal-atsar*, senhor do tesouro), Baltar – 3 lugares deste nome – (*Bal-tar*, senhor da beleza), etc. E como, junto de alguns destes lugares, e mesmo de muitos daqueles que não menciono, há bem conservados vestígios de um antigo paganismo – *dólmenes*, *menires*, etc. – julguei poder concluir que alguma coisa de real havia, com efeito, na hipótese que formulara, e, portanto, no corolário que dela deduzira.

Esta investigação conduziu-me, naturalmente, a procurar entre as velhas divindades do paganismo romano na Lusitânia, alguma que

pudesse identificar-se com o Baal da Caldeia. E sem grande esforço me ocorreu o nome de *Endovélico*, que os historiadores concordam em haver transitado do paganismo pré-romano da Península para o paganismo dos dominadores romanos, como divindade regional; facto que é atestado por monumentos epigráficos de incontestável autenticidade.

A ligação do nome de Endovélico com o de Baal já tinha sido presentida, desde longa data, por vários investigadores peninsulares; mas nenhum deles conseguira (que eu o saiba) apresentar a prova decisiva de tal afirmação, posto que todos a tivessem diante de seus olhos.

Com efeito, o nome *Endovelicum* outra coisa não é senão a simples transliteração, para caracteres latinos, da expressão caldaica יִרְעֵבְנֵי יָקוּם – expressão composta das palavras יִרְעֵב, futuro do verbo יָרַע *conhecer, saber*, na terceira pessoa do singular; בַּעַל, *Baal* ou *Senhor*, e יָקוּם nome colectivo de *todas as coisas criadas*. Traduz-se, portanto aquela expressão por “conhece Baal todas as cousas”, ou seja, como actualmente diríamos, *Baal omnisciente* ou *Senhor omnisciente*¹.

Peço licença para observar que não pretendo apresentar uma *nova etimologia* de Endovélico: apenas constato um facto, quando afirmo este nome a transliteração em caracteres latinos, do caldaico יִרְעֵבְנֵי יָקוּם.

Nos monumentos epigráficos, a que acima me refiro, encontram-se as dedicatórias *Endovelico sacrum, Deo Endovolico, Deo Indovelico*, variantes que confirmam a minha leitura, em razão da ambiguidade fonética das *antigas* vogais hebraicas, cuja transliteração em letras latinas podia ser feita por vários modos. Ainda poderia aparecer *Endobolico e Endobelico* sem que a minha leitura fosse prejudicada, mas antes confirmada; isto em razão da diversa transliteração do *beth*.

Depois de um exame muito sumário dos caracteres que constituem as inscrições lapidares existentes em Portugal, as numismáticas tão abundantemente encontradas em todo o litoral do meio-dia de Espanha, e a da placa de chumbo proveniente de uma sepultura descoberta em 1851, em Castellon de la Plana – considerada como o monumento mais antigo das línguas ibéricas – concluí haver nessas inscrições não menos de uns cinco ou seis alfabetos distintos: um particular às inscrições de Portugal; outro, particular à placa de Castellon e três ou quatro, pelo menos, nas moedas achadas em Espanha e nos Pirinéus.

A coexistência destes diferentes alfabetos – a que os espanhóis chamam, há séculos, *letras desconocidas*, - não me parece dever corres-

¹ Confronte, na bíblia hebraica, *Job*, XXVIII, 23.

ponder a outras tantas línguas diversas. Pelo contrário, estou bem persuadido de que se trata apenas de uma língua – a hebraica – escrita em caracteres demóticos, particulares a cada uma das colónias ou repúblicas autónomas, porventura rivais, estabelecidas na Península e no norte de África.

Não podendo ocupar-me, simultaneamente, de todos estes alfabetos, resolvi começar pelo da placa de Castellon, porque sendo o seu texto o mais longo, forneceria, a um tempo, mais facilidades à decifração e provas evidentes da veracidade da leitura, caso eu viesse a realizá-la. As inscrições numismáticas, e lapidares sendo apenas constituídas por palavras isoladas ou por um reduzido número de palavras, não ofereciam uma prova tão categórica.

Pela simples inspecção da inscrição de Castellon se reconhece que todas as suas quatro linhas são escritas da esquerda para a direita, circunstância que, à primeira vista, poderia fazer excluir a possibilidade de uma escrita hebraica. As inscrições de Portugal são escritas da direita para a esquerda; e as numismáticas, algumas num sentido, outras no outro. Mas tudo isso é indiferente; porque o facto de se escrever num sentido ou no outro não é essencial à língua.

Nos primitivos tempos, todos os povos começaram por escrever a primeira linha num sentido, a segunda no sentido contrário, e assim alternadamente, sem pontuação nem divisão de palavras, *segundo o trilho do boi que lavra*, como diziam os gregos. Mais tarde passou a escrever-se numa só direcção, em um ou outro sentido, indistintamente, com o provável fim de facilitar a leitura, visto que, até então, o conjunto das letras de cada palavra apresentava aspectos diferentes, conforme o sentido em que se escrevia. Só ao fim de muito tempo se generalizou no Oriente o uso de escrever sempre da direita para a esquerda, e no Ocidente o de escrever da esquerda para a direita. As inscrições de que trato, são, portanto, anteriores a esta generalização.

A divisão do texto em grupos de caracteres, separados por pontos, perscrutora da escrita por palavras isoladas, foi invenção mais moderna, e marca também uma importante facilidade na leitura. Não se observa tal divisão em todas as inscrições de Portugal, mas observa-se em algumas, e também na de Castellon. Divisão semelhante se nota na célebre inscrição de Meshá, o moabita, achada em Dibon de Moab, em 1868, e considerada, até agora, o monumento mais antigo da língua hebraica. Esta circunstância faz-me crer que a inscrição de Castellon e a de Dibon pertencem ao mesmo período da evolução da escrita; podendo talvez ser de épocas muito afastadas entre si, porque esse período parece ter sido longo. Tanto numa como

na outra, a divisão é feita segundo o ritmo da leitura, isto é, por palavras isoladas em alguns casos, e por grupos de palavras intimamente relacionadas entre si, na parte restante. Na inscrição de Dibon, as palavras isoladas são em grande número; na de Castellon há uma única.

Devo confessar que ao pretender contar o número de letras diferentes empregadas nesta inscrição, fiquei deveras desapontado. Achava esse número muito exagerado, admitindo mesmo que ali houvesse caracteres especiais para representar *caph*, *mem*, *nun*, *pé* e *tsadé* finais, o que julgava pouco provável numa escrita quase contínua. Na inscrição de Dibon também não há esses caracteres.

Posto que eu verificasse que o número de letras aparentemente diversas excedia a *trinta*, não desanimei. Lembrei-me de que estava em presença de letras *manuscritas*, cuja identidade é sempre difícil de estabelecer a quem as desconhece. Lembrei-me ainda de que, apesar de se tratar de uma *gravura*, o processo por que ela tinha sido executada diferia consideravelmente do trabalho artístico a que hoje damos esse nome.

Com efeito, a inscrição de Castellon é realmente uma *escrita*. Para produzir um tal trabalho, o amanuense não desenhava previamente as letras, nem mesmo pautava a superfície da placa: sentado, colocava a placa sobre os joelhos, e empunhando fortemente o estilo com a ponta para baixo, a mão fechada e os dedos voltados para a esquerda, ia traçando as letras, por curtos e sucessivos movimentos do pulso, - movimentos que não podia dominar até ao ponto de produzir letras de uma regularidade e semelhança absolutas.

Por isso, reservando a contagem dos caracteres para quando melhor os conhecesse, encetei o meu ensaio de leitura, certo, certíssimo, de que o levaria a bom termo.

E o resultado correspondeu à minha expectativa, ao fim de cerca de seis anos de um esforço mental cuja continuidade e persistência seria impossível descrever.

Ao começar o meu trabalho, o meu espírito só estava dominado por uma prevenção: a de que eu tinha diante de mim um texto hebraico. Nem o teor provável desse texto, nem a maior ou menor semelhança dos seus caracteres com os de outros alfabetos conhecidos me preocupava. Tinha a intuição de que as letras das inscrições chamadas *ibéricas* da orla meridional da Península eram puramente convencionais, criadas pela rivalidade dos vários centros de actividade ali estabelecidos, que se odiavam entre si pela incompatibilidade das raças, pelo antagonismo das crenças, pela concorrência dos interesses. Não pretendia aproveitar ou continuar estudos alheios; pretendia verificar pelo meu próprio raciocínio,

independente e livre de toda a sugestão dogmática dos *interpretadores* que eu considerava falidos ².

Durante não menos de três anos, examinei, noite por noite, o *fac-simile* da inscrição de Castellon. Estudei os seus caracteres, linha por linha, grupo por grupo, e um por um, sem pretender arbitrar-lhes qualquer valor alfabético, mas tão somente determinar-lhes o número, que não devia exceder a vinte e dois.

Ao fim deste tempo, nada de positivo havia conseguido. Tinha, porém, reconhecido que na escrita do texto haviam colaborado duas pessoas, e que deste facto provinha, em parte, parecer o número das letras maior do que realmente era: - a primeira gravou os grupos 1 a 11, 15, 16, as seis últimas letras do 20 e o 21; a segunda os grupos 12 a 14 e 17 a 19, e as primeiras quatro letras do 20. A primeira tinha *letra* regular, mão firme e facilidade em gravar linhas curvas; a segunda tinha *pior letra*, e não podia traçar curvas mais ou menos regulares; por isso, ou recorria à união de elementos rectilíneos, ou prejudicava sensivelmente a forma de certas letras. A 2^a, a 5^a e a 7^a letra do grupo 4, por exemplo, parecem, à primeira vista, diferentes da 2^a e 4^a (propriamente 1^a e 3^a como adiante direi) do grupo 13; não obstante, elas são idênticas: - a sua aparente diferença provém apenas da menor firmeza da mão que gravou as últimas.

Confrontando os grupos 10 e 15 julguei-os idênticos, à primeira vista. Examinando-os, porém, mais detidamente, perguntava a mim mesmo se o traço horizontal que corta a 3^a letra do primeiro destes grupos, e a cruz inscrita na 3^a letra do segundo, constituíam letras diferentes, ou se se trataria apenas de simples ornatos. Esta questão, a que eu não podia responder, levou-me a considerar detidamente cada uma das letras em que há uma circunferência, compreendendo também a 2^a do grupo 11. Concluí serem provavelmente uma só letra, à qual se juntavam certos elementos diferenciais, inferiormente ou dentro da figura circular, por alguma razão que eu desconhecia. Tratar-se-ia de elementos diacríticos? Não podia admitir uma tal hipótese, por esses elementos não terem existido na antiga escrita hebraica.

² O alemão Emil Hübnér, referindo-se à inscrição de Castellon no seu livro *Monumenta linguae ibericae*, p. 156, teve a coragem de escrever o seguinte: "*Itaque legenda est inscriptio ita:*

[Z]irtaims:airieimth:sinekt:n:urcecerere:aurunikiceai:asthkiceaie:ecariu:aduniu:kduei:iithsm: eosu:shsinpuru:krkrhniu:qshiu:iithgm:kricarsense:ultthcraie:argtco:aicag:ilcepuraiies:iithsiniecarse".

Concluí que a inscrição tem 21 palavras, acerca de algumas das quais faz os mais fantásticos comentários, e terminou com esta admirável tirada: "*Itaque monumentum linguae Ibericae primarium adhuc obscurum manet*". Chamarei a isto a Mistificação elevada ao mais alto grau da audácia!

Ainda outras dúvidas se levantaram no meu espírito: a penúltima letra do grupo 1 e a última do grupo 15, evidentemente iguais, seriam também iguais à última do grupo 10? Assim o havia eu julgado, sem notar o diferente traçado desta última, quando confrontara estes grupos. Agora, porém, a dúvida surgia no meu espírito. E não só esta dificuldade, mas muitas outras, propus a mim mesmo. Seriam idênticas a 4ª letra do grupo 1 e a 6ª do 3? A 5ª (propriamente a 4ª, como adiante direi) do 13 e a 3ª do 14? A 3ª do 18 e a 4ª do 19? A 5ª do 18 e as 3ª e 4ª do 4? As penúltimas dos 16 e 17, apesar de traçadas em sentido oposto?

E aquele saliente *asterisco* por que principia o grupo 9, seria, na verdade, uma letra ou um sinal de outra natureza?

O perfeito conhecimento que, ao fim de três anos, eu adquirira de todos os caracteres da inscrição, até ao ponto de poder reproduzi-la de cor sem a menor hesitação, permitia-me formular, na minha mente, prováveis respostas a algumas das questões que deixo indicadas. Reconheci, todavia, que poderia entrar num caminho um tanto arriscado, e, pondo de parte quaisquer ideias preconcebidas, tomei a resolução de aguardar que a *leitura do texto* desvendasse todos estes mistérios.

Como iniciaria a leitura? Atribuindo arbitrariamente valores alfabéticos aos caracteres da inscrição? Tentando achar correspondência a esses valores na forma mais ou menos semelhante dos caracteres da inscrição com a dos caracteres de alfabetos conhecidos?

Repugnavam-me tais processos. Demais, eu não encontrava semelhança entre as letras da inscrição e as dos alfabetos rabínicos, samaritano e antigo fenício, únicos que, a meu ver, poderiam ter influído numa antiga escrita hebraica. A semelhança de alguns deles com A, C, H, I, M, N e P latinos, julgava-a meramente casual.

Ora, o grupo 4 tinha, desde muito tempo, chamado a minha atenção, por ser o único em que aparecem, seguidamente, duas letras iguais – circunstância nada para desprezar quando se procura ler uma escrita cifrada. Examinei cuidadosamente este grupo, e, depois de conceber várias hipóteses, resolvi considerá-lo composto por duas palavras, a primeira das quais terminaria nas duas letras iguais, e a segunda seria constituída pelas quatro letras restantes, de estrutura análoga à palavra portuguesa *amam*.

Ao estabelecer que a palavra *amam* seria o tipo estrutural da segunda palavra deste grupo, confesso que o adjectivo **ידידי** passou instantaneamente pela minha mente. Ideias associadas, sem dúvida... Todavia, este nome era impróprio do texto, porque, segundo todas as probabilidades, ele deveria conter uma sentença de morte ou uma maldição ritual.

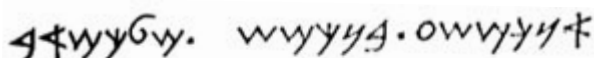
Tentei, em seguida, decifrar a primeira destas duas palavras, calculando que ela teria uma prefixa – talvez o artigo, talvez a indicação do vocativo – e começaria por *yod*, como a hipótese ידיד me aconselhava a supor. Nesta tentativa deparou-se-me um nome que bem poderia associar-se a ידיד: esse nome era ישיש .

Raciocinando por este modo, não obstante o erro que cometia quanto às quatro primeiras letras do grupo, eu fixava na mente os valores certos de *daleth*, *yod* e *shin*: isto é, entrava no caminho da verdade.

Outros grupos me mereciam um interesse especial, por julgar encontrar neles elementos que facilitariam o meu trabalho. Eram, de uma parte, os 7, 8, 13 e 14, e os 16 e 21 de outra parte. Nas duas letras finais de cada um destes grupos poderiam ver-se ou formas do plural de nomes, ou sufixas pronominais de verbos.

Mas estas suposições só serviram para aumentar a confusão e os desapontamentos que me atribularam o espírito durante longos meses, sem que adiantasse sequer um passo na leitura. Renunciei, portanto, às hipóteses que formulara; mas não podia abandonar a ideia de que as quatro últimas letras do grupo 4, representavam ידיד ... Tinha esta palavra sempre diante dos meus olhos; parecia-me ouvi-la pronunciar aos meus ouvidos... Uma verdadeira auto-sugestão, já que a quantidade *pressentimento* não pode ser cientificamente invocada...

Uma noite, quando tratava de pôr em ordem os livros que consultara durante o serão, demorei o meu olhar, por alguns momentos, sobre a página de *Bible Cyclopedia* do Dr. John Eadie, que traz o *fac-simile* da inscrição fenícia de Mesha, o moabita, a que já me referi. Maquinalmente li, mais uma vez, a sua primeira linha, que diz:



 (אני משע בן-כמש מלך מאב)

Um luminoso raio de esperança perpassou no meu espírito. Porque não começaria a inscrição de Castellon por uma fórmula análoga? Era fácil verificá-lo: se as primeiras três letras do grupo 1 representavam o pronome *ani* (e logo notei com sobressalto que o *yod* conferia com os de *iadid*), a segunda letra do mesmo grupo representava o patronímico de quem escrevia. Verifiquei que assim era. Logo, a primeira letra do grupo 2 devia ser *beth*...

Ao mesmo tempo, dei por achada a quinta letra do grupo 1, que devia ser a segunda do nome de quem redigira a inscrição.

Hesitei um momento. Seria também *melek* a primeira palavra do grupo 3? Nenhum inconveniente havia em admiti-lo, posto que a hipótese fosse um tanto temerária. Admiti-o, portanto, sem grande confiança de encontrar nas quatro letras restantes o nome do *reino* do meu fantasiado personagem. Se a hipótese fosse verdadeira, eu teria a acrescentar à minha conquista os valores de *mem*, *lamed* e *caph*.

Entre com o suposto valor de *lamed* no grupo 2, e sem dificuldade completei a leitura deste grupo, porquanto *daleth* e *yod* eram de *iadid* e *vav* subentendia-se facilmente. Quanto ao *yod* final, já não me restava dúvida da sua identidade com as demais letras circulares.

Desconcentrava-me, porém, a ideia de que um levita se intitulasse *rei*, depois de haver declinado a sua sagrada ascendência. Em todo o caso, *lamed* era seguramente a segunda letra do grupo 3, porque a leitura do grupo 2 estava evidentemente certa.

Imediatamente coloquei um *lamed* no lugar da sexta letra do grupo 1; progredindo assim na determinação do nome do levita.

Como a quarta letra do grupo 3 era *daleth*, ocorreu-me juntá-la às três primeiras, formando com todas quatro uma só palavra. Resultou um nome verbal regularmente formado da raiz **לכר**. Atribuí-lhe a significação de *cativeiro*, *prisão*, *isolamento*, no que não errei, como verifiquei mais tarde. E pondo de parte a hipótese *melek*, agradei à minha Boa Estrela o haver-me mais uma vez encaminhado para a Verdade pela vereda dos meus erros.

Passei adiante, ao meu antigo conhecido grupo 4. Era já evidente para mim tratar-se de um acto *judicial*, não só por emanar de um levita, como por haver referência ao *lugar da prisão*.

Tornava-se agora necessário achar o valor da primeira letra do grupo 4. Procurei esta letra mais adiante, em lugar onde pudesse apurar-lhe o valor pela proximidade de outros valores conhecidos. Ela lá estava no final dos grupos 7 e 8, adiante de *lamed*. Seriam estes grupos duas frases negativas? Seria, portanto, *aleph* a letra procurada?

Mas *aleph* é a inicial de *ani*, e a inicial do grupo 1 tinha forma diversa... Por felicidade, só no dia seguinte reconheci esta diferença, quando nenhuma dúvida podia já ter sobre ser efectivamente *aleph* o valor daquela letra. Também na inscrição do Moabita *yod* e *ain* têm duas formas bem distintas, cada um.

Esclareceu-se-me então a interpretação do grupo 4: a sua primeira palavra era **איש**, o segundo *shin* era o relativo, **ידיך** encerrava o grupo. Continuei. Com surpresa decifrei as quatro primeiras letras do grupo 5, em que julguei ver duas palavras na-ya. Percebia-lhes claramente o sentido, que a qualidade sacerdotal do autor tornava oportuno... mas só alguns dias depois compreendi que **אני** não era propriamente uma palavra, mas sim a

união das *iniciais* de duas palavras distintas: - *yod*, inicial do nome inefável, *aleph*, inicial de *Elohim*. E quando isto descobri, igualmente me ocorreu que as variantes notadas na grafia de *yod*, bem podiam ser sinais misteriosos ou cabalísticos, inteiramente estranhos à leitura do texto, e, portanto, ao meu estudo. Também na inscrição do Moabita há letras *coroadas*.

Nas quatro letras finais do grupo 5 – as quais eu já podia ler – pareceu-me ver um nome próprio de forma caldaica, fenícia ou púnica. Indispensável se tornava reconhecer a palavra antecedente, da qual só me faltava determinar a última letra, visto serem as duas primeiras *caph* e *lamed*. Momentos depois achava o seu valor – *Kheth*, e marcava este mesmo valor no lugar da quinta letra do grupo 3.

O grupo 6 devia ser o patronímico de *Lisbal*; mas à sua inicial *beth*, não se seguia *nun*, como seria de esperar. Não sendo *nun*, devia ser *resh*, indicativo de patronímico de origem caldaica.

Tratei de escrever *resh* no final do grupo 1. Apenas me faltava uma letra, a penúltima desse grupo, para conhecer o nome do levita; supus, naturalmente, que seria *tsadé*. Só mais tarde reconheci ser *zain*.

Assim, ao cabo de cinco horas de um exaustivo trabalho mental, tinha concluído a leitura seguida dos grupos 1 a 6, sobre a verdade da qual não me restava a menor dúvida:

אני קבלוד בן-ילד-לוי סלבר חקך איש שידיד נא י' א' כלל לשבל בר-יחלשבלד.³

Julgo desnecessário continuar a descrever grupo por grupo, a maneira por que realizei a leitura do resto da inscrição. O processo foi invariavelmente o mesmo. Já possuía mais de metade do alfabeto; fui, portanto, substituindo os valores conhecidos no resto da inscrição, tentando completar uma ou outra palavra pela determinação de novos valores. Quatro ou cinco dias consumi neste trabalho interessante.

À medida que prosseguia na leitura, via desaparecer todas as dúvidas que se tinham levantado no meu espírito, quanto à forma das letras. Assim,

³ No decurso da impressão desta *Memória* consegui decifrar duas das inscrições lapidares de Portugal – as mais extensas – ambas referentes à grande batalha que se deu *junto a Ourique*, entre hebreus e caldeus, sendo estes vencidos. Ora, uma dessas inscrições, que brevemente apresentarei em outra *Memória*, diz chamar-se “*Ichlisbal*, o chefe inimigo que ali foi completamente derrotado”. Esta descoberta claramente me definiu a personalidade de *Ichlisbal* e autoriza-me a retirar o *daleth* final deste patronímico. A sua presença aqui foi devida a um erro do gravador da inscrição de Castellon, o qual começou a escrever o grupo 7 (cuja inicial é *daleth*) antes de ter feito os três pontos de separação; só depois se apercebeu do seu erro e fez os pontos, repetindo a letra.

nenhuma dificuldade tive em reconhecer a identidade de todos os caracteres onde se encontra um elemento circular ou proximoamente circular, incluindo mesmo o último grupo 18, e o sexto do grupo 12, apesar dos elementos variáveis que aparentemente os modificam. Reconheci também a identidade do penúltimo do grupo 1 e do último do grupo 10, e ainda do terceiro do 18 e do quarto do 19, todos quatro iguais entre si, apesar dos dois últimos não serem *cortados* por um traço, aliás dispensável, como na nossa escrita actual muitas pessoas consideram dispensável *cortar* o t ou o algarismo 7.

Note-se, ainda, que os dois últimos caracteres a que me refiro, foram traçados *pela mesma mão*, isto é, por pessoa que eliminava, talvez por hábito, o corte desta letra. Igualmente reconheci serem idênticas a quarta letra do grupo 1 e a sexta do 3.

Com igual facilidade reconheci *não serem idênticas* as penúltimas dos grupos 16 e 17, posto que o seu traçado seja semelhante; que a antepenúltima do 17, *que é um aleph*, ficou incompleta, faltando-lhe o traço vertical; e que a inicial do grupo 5 é *nun*, ao qual, por descuido, inadvertência ou acidente, se juntou um pequeno traço suplementar.

Quanto ao saliente *asterisco* por que principia o grupo 9, seguramente não é letra. Creio que este sinal marcava o *fim* da sentença, quando esta foi intimada ao condenado, e indicava ao oficial encarregado da sua leitura, que devia deter-se ali com uma inflexão de *pausa*, de modo a dar ao condenado a falsa impressão de que, na verdade, nada tinha a recear das condições da prisão que lhe destinavam. Só depois de lhe haverem dado essa esperança, que uma provável repetição da leitura, até àquele ponto, teria convertido em certeza, seria lida a terrível palavra נדל, que, alterando completamente o sentido da frase, lhe revelaria que ia ser *enterrado vivo*.

Este procedimento era considerado lícito para com os hebreus prevaricadores, apóstatas, etc. e também para com os pagãos. No livro de John Selden: *De Jure Naturali et Gentium juxta disciplinam Ebraeorum*, é largamente exposta esta doutrina, (liv. IV e VI), que os antigos rabinos não julgavam contraria à lei *de non mentiendo nec decipiendo proximum*, por isso não consideravam *próximo* nem os pagãos nem os hebreus prevaricadores. Todos os enganos, todas as fraudes, todas as falsas promessas, eram permitidas, com o fim de abalar profundamente o espírito do condenado "*ut scilicet sic spe deceptus facilius periret*".

Outro sinal digno de nota é o primeiro do grupo 13. Também não é letra. O amanuense que o traçou, começava ali o seu trabalho, como digo noutro lugar. Enganou-se, porém, e em vez de principiar pelo grupo 13, ia principiar pelo grupo 14. Reconhecendo o erro, obliterou com dois traços a letra que começara a gravar (*ain*), e prosseguiu na escrita.

Uma última nota me permitirei fazer. Comparando detidamente a quarta letra do grupo 1, a penúltima do grupo 3, a quarta do 17 e a quarta do 18, evidentemente iguais entre si, apesar da primeira ter apenas três dentes, cheguei ao convencimento de que essa primeira letra foi traçada por outra mão. Quem se dispuser a examinar esta circunstância, poderá verificar que o gravador do primeiro grupo deixou um espaço *em branco* entre o *yod* e o *beth* para que a outra mão ali gravasse o *Kuph* inicial do nome. Essa mão foi, por certo, a de Kabelezer, que assim firmou a sentença *propria manu*. É possível que o *aleph* do pronome fosse também gravado por ele, e que daí provenha a forma diferente dessa letra em relação a todos os demais *aleph* do documento; pois sabendo que sempre a casta levítica usou caracteres distintos dos vulgares.

Feitas estas considerações, que poderão parecer prolixas, mas se me afiguraram indispensáveis creio haver justificado a interpretação, que apresento, da inscrição de Castellon.

Apresentarei também uma tradução. Sujeito-a, de bom ânimo, à crítica dos competentes, sem pretender afirmar que ela seja de uma precisão absoluta. Em todo o caso, creio que dá uma ideia muito aproximada do original:

1. Eu, Kabelezer,
2. da linhagem de Levi,
3. um lugar de prisão determinei,
4. homem que fosta amado,
5. (perdoa, Senhor Deus) insolente Lisbal,
6. filho de Ichlisbal.
7. Não poderás queixar-te do
8. cárcere...
9. ser grande.
10. Prospere o enfraquecido pela fome,
11. que apareceu.
12. Opera rapidamente, Senhor Deus, Senhor Deus.
13. Fortalece-o. Não o afligirás,
14. não o calcarás aos pés, não é verdade?
15. Prospere o enfraquecido pela fome.
16. Viva como soberano, porque é soberano.
17. Eu dispensarei a beneficência sem medida,
18. rogando-te (*Senhor*) que espalhes a oblação do
19. opulento (*lit.* "senhor do oiro"),
20. que derrames a oblação do odiado pela geração,
21. que triunfes de todos os insultos do dominador.

Como se vê, a inscrição não é um documento banal. Revela factos importantes e permite-nos ajuizar da vida política e religiosa do meio em que foi escrita, É, a um tempo, o encerramento de um período histórico e a proclamação de um novo estado de coisas.

As letras desconhecidas de Castellon de la Plana e sua interpretação

Reprodução fiel da inscrição. Os grupos de letras foram numerados para facilitar as referências.

Transliteração em caracteres clássicos

אנן קבילוד קני-ילוד-ילוי סלבר חקך איש שודוד נא י א סלה לטבל
 כר-יהלשבל דפי לא בת סלא סנדל נלי סו די דא סודר קך י א י א
 יודי חך לא קם חלא נלי סו וי לופי דר סודר אנק יוסב לא סוד
 סו זק שי בלי סו נון שי אשב לוד נלי סון סל-דפי דר

Valores alfabeticos

ת ש ר ק צ פ ע ס נ ס ל כ י ס ת ו ז ה ר ג נ ב א
 ↑ P D E H F Z U C Q M N X I M X A T Ψ Z C Δ

VARIANTES: de aleph Y
 de zain Z
 de yod C ⊕ ⊖ ⊗ ρ

Lisbal, homem riquíssimo, geralmente estimado, conseguira asse-nhorear-se do poder supremo da pequena república hebraica, talvez pela corrupção, talvez por se haver bandeado para o partido de um dominador estrangeiro. É de presumir que não fosse hebreu, mas de origem caldaica, fenícia ou púnica, como do seu patronímico pareceria dever concluir-se; porém, se a inscrição data de época posterior ao cativo de Babilónia, pode admitir-se a hipótese à família hebraica ⁴.

Uma restauração triunfante chamou ao exercício do cargo supremo o soberano deposto, que estava encarcerado e sujeito a um cruel tratamento. Lisbal foi reduzido ao cativo e os seus inúmeros bens foram confiscados para serem distribuídos pelo povo, de conformidade com a lei militar. Por um cúmulo de crueldade que os costumes sancionavam e justificavam, Kabelezer ordenou que o cárcere do vencido fosse... a sepultura onde o célebre inscrição foi encontrada ao fim de muitos séculos.

É muito notável a forma por que está redigida a sentença. No seu cruel laconismo, em que fingidamente transparece um vislumbre de compaixão para com o condenado, revela-se um ódio profundo, que a fraude jurídica acentua num terrível sarcasmo. Ao mesmo tempo excita a paixão patriótica da multidão, recordando-lhe os sofrimentos e extorsões de que fora vítima; e a ela se une, em oração, para implorar o favor do céu. Finalmente, desperta-lhe o sentimento da cobiça e do interesse, anunciando-lhe a existência do enorme espólio do vencido, cujos imensos bens vão ser largamente distribuídos.

Estava a presente *Memória* escrita até aqui, quando um excelente amigo me remeteu, de Madrid, uma preciosa prova fotográfica da placa de Castellon, que obtivera do Museu Arqueológico daquela cidade. Serviu-me essa prova para conferir, uma por uma, todas as letras da inscrição, com as da estampa aqui reproduzida. E trouxe-me também uma revelação importante. A inscrição foi gravada numa lâmina de chumbo, que mede 0,435 m de comprimento, por 0,04 m de largura. Não foi escrita, porém, a todo o comprimento da lâmina; tendo-se deixado *em branco* a última quarta parte dela. Ao fim deste espaço, no ângulo superior da lâmina, está distintamente gravado um *lamed*, feito por mão diferente das que traçaram a inscrição, porque *o talhe da letra é outro*, e muito mais perfeito. Julgo que este *lamed*, inicial de *Lisbal*, deve ser a sua firma, em fé de lhe haver sido intimada a sentença.

Lisboa, 28 de Outubro de 1917

⁴ Estas hipóteses sobre a nacionalidade de Lisbal ficam prejudicadas pelo que digo na nota 3.

Segunda parte

A Escrita Hierática dos Hebreus, revelada pela interpretação das Inscrições Ibéricas

Duas palavras ao leitor

Os vinte e quatro artigos, adiante transcritos, foram publicados no Portugal Evangélico, do Porto, durante o período decorrido de Novembro de 1924 a Fevereiro de 1926, sob o título Escritas Antigas, e contêm os resultados do estudo que o autor prossegue, há mais de vinte anos, sobre as chamadas Inscrições Ibéricas, e sua interpretação.

A natureza daquela publicação periódica, e o seu pequeno formato, não permitiam das a estes artigos – publicados com intervalos de um mês – o desenvolvimento e a forma literária que o assunto requeria. Por isso se limitou o autor a redigi-los sob a forma de simples apontamentos, que em todo o caso, justificam as suas asserções quanto à língua usada nas ditas inscrições, e ao povo que as escreveu.

Eram estes os problemas cuja solução se procurava desde alguns séculos, e que esta série de artigos vem resolver, ao mesmo tempo que resolve outros não menos interessantes, como o das inscrições rúnicas, e talvez o das inscrições etruscas, de que o autor se não havia ocupado até agora.

O estudo raciocinado da questão proposta trouxera ao autor o convencimento de ser o hebreu a língua das inscrições ibéricas aos preceitos da sintaxe hebraica, nitidamente revelados nos textos bíblicos.

Longe, porém, de concluir, de tal desconformidade, que a hipótese fosse absurda, a si mesmo propôs uma nova questão, inteiramente original, que teria de ser resolvida a priori: - houve, porventura, em tempos muito remotos, entre gentes de língua hebraica, um sistema de escrita diferente daquele de que se serviu Esdras, quando, no regresso de Babilónia, empreendeu a transcrição da Lei?

Esta nova questão, que bem poderia parecer impertinente, por ser certo que, bons quinhentos anos antes de Esdras, fora gravada a inscrição de Meshá, rei de Moab (na pedra de Dibon), em que os preceitos da sintaxe esdrina são observados, foi encarada pelo autor sob um duplo aspecto: - em relação aos povos pagãos, e em relação à gente mosaica. E com tal felicidade orientou o seu estudo, que ele próprio se confessa admirado das conclusões a que chegou, e dos elementos que essas conclusões lhe forneceram para a interpretação das inscrições ibéricas.

Não se propondo produzir uma obra académica, mas tão somente comunicar, aos estudiosos, informações que possam ser utilizadas pelos que se dediquem

ao estudo da proto-história da Península, resolveu o autor reunir, neste opúsculo, os vinte e quatro artigos, publicados no Portugal Evangélico, que cuidadosamente reviu, mas não modificou.

Apenas no XXIII, introduziu uma alteração na tradução do documento de Castellon de la Plana, substituindo pela palavra trinta a palavra cinquenta que ali se repetia algumas vezes. Esta nova leitura, com as palavras justificativas que a acompanham, poderá levantar, no espírito do leitor, alguma dúvida, sobre o que fora dito, anteriormente, quanto à fixação da data das inscrições de Ourique e Bensafrim: foi ela precisamente feita para chamar a atenção dos estudiosos para a diferente maneira por que poderão ser lidos os valores numerais, na escrita hierática dos hebreus, conforme a época em que os documentos houverem sido escritos, e as preocupações religiosas de seus autores.

I

O nosso F. B. Garção Stockler, no *Discurso sobre a Língua e a Poesia hebraica*, com que prefaciou a tradução dos *Salmos de David*, de Sousa Caldas, entretém o leitor com interessantes considerações acerca da “constância nos vocábulos e nas frases” e da “uniformidade nas construções gramaticais e na ortografia” dos diferentes livros do Velho Testamento: constância e uniformidade que deveriam ser inesperadas em escritos de épocas mui diferentes, algumas distanciadas, entre si, de mais de dez séculos.

Não reclama G. Stockler, para si, a prioridade de tais observações; antes se socorre – desenvolvendo-as lucidamente – às que, a tal respeito consignara o sábio Leusden na décima sétima dissertação da sua obra *O Filólogo hebreu*.

Na impossibilidade de transcrever aqui o substancioso discurso de G. Stockler – o qual se dilata por cinquenta e tantas páginas de apreciável e erudita leitura – limitar-me-ei a pôr, ante os olhos do leitor, as palavras de Leusden, que aquele tomou por tema, e que ficarão servindo, como que de introdução, ao meu modesto estudo sobre a primitiva escrita do Pentateuco, Josué e Juízes.

“Mil vezes me tenho admirado (diz o autor do *Filólogo hebreu*), da semelhança de linguagem que se observa em todos os livros do Antigo Testamento, sendo aliás sabido que eles foram escritos em diversos tempos, e por diferentes autores, cada um dos quais devia ter o seu estilo próprio. Se compararmos livros escritos em um mesmo tempo, e em um mesmo país, por homens naturais dele, acharemos sem dúvida mais notáveis diferenças de estilo, de ortografia e de outras circunstâncias, do que encontramos em todos os livros da Bíblia. Porém, se comparássemos os livros escritos

por um teutão e por um frísio, ou por escritores, bem que do mesmo país, entre os quais houvesse mediado um intervalo de mil anos, como mediou realmente entre a composição de alguns dos livros do Antigo Testamento; que diferença de linguagem não notaríamos...? Quem estivesse no caso de entender um, dificilmente entenderia o outro. A diferença das regras da gramática e da sintaxe, proveniente da diferença dos tempos e dos lugares, seria imensa! Mas é tão grande a constância, tanta a conformidade na copulação das letras e na construção das vozes, em todos os livros do Antigo Testamento, que apenas poderia crer-se que eles tivessem sido escritos por diversos autores; mas ninguém poderia jamais persuadir-se de que eles não fossem compostos no mesmo tempo e no mesmo país”.

O fim, puramente literário, a que se propunha G. Stockler no seu Discurso, nada tem que ver com o fim a que eu me proponho, que é precisamente o de estabelecer qual seria o sistema gráfico de que terão usado, em seus escritos, os autores dos mais antigos livros da Bíblia.

Daí, procurarei concluir em que consistiu o trabalho de Esdras, na transcrição dos livros santos – trabalho que, até agora, tem sido amesquinhado pela ingénua suposição de que douto escriba se limitara à ligeira correcção de alguns nomes geográficos, e à substituição pueril dos antigos caracteres hebraicos pelos caracteres caldaicos, mais conhecidos no seu tempo: ingénua suposição de que também se faz eco o nosso Garção Stockler.

Diligenciarei demonstrar, ainda, como do defeituoso sistema gráfico, primitivamente usado pelos hebreus, derivou a impossibilidade da escrita hebraica acompanhar os progressos literários realizados pelos moabitas, e, mais tarde, pelos fenícios e cartagineses, e a forçou a permanecer estacionária, como língua sacerdotal, só para uso dos *iniciados* nos altos mistérios da sua leitura.

II

As investigações arqueológicas, realizadas no Egipto, confirmam, em absoluto, a informação que Clemente de Alexandria nos deixou sobre a arte de escrever, como ela era praticada naquele país desde a mais alta antiguidade.

Segundo o sábio mestre de Orígenes, havia ali três sistemas de escrita: 1º o hieroglífico, ou monumental; 2º o hierático, ou sacerdotal; 3º o demótico ou popular. Este último, de invenção bem mais recente, parece não haver sido usado anteriormente à dinastia dos Ptolomeus (4º e 3º séculos antes da era cristã); devendo ter feito a sua aparição quando a arte

de escrever se tornou definitivamente fonética, e, assim, acessível àqueles que não haviam recebido, pela tradição oral, nos colégios dos escribas e doutores, o conhecimento, mais ou menos perfeito, dos factos registados nos monumentos e arquivos públicos.

O sistema hieroglífico – maneira original da escrita egípcia – consistia na representação gráfica de objectos materiais que traziam à memória do escriba os próprios factos e sua sequência, pela imitação directa ou pela relação simbólica. Assim, por exemplo, quanto à representação directa, a figura de *um homem* representava *um homem*, e a figura de *um cavalo* representava *um cavalo*; mas não era possível determinar, sem intervenção da representação simbólica ou da tradição oral, de que homem se tratava, ou a que propósito aparecia, depois dele, o ideograma daquele animal.

Obviava a estas dificuldades, mais ou menos artificialmente, a representação simbólica, dando a forma de um objecto para recordar a ideia de outro, como seja a figura de *uma coroa* para simbolizar *um rei*, ou a de *um leão* para denotar *um homem valoroso*. Algumas vezes empregava-se neste simbolismo a parte pelo todo, como, por exemplo, a cabeça de um animal pelo próprio animal, dois braços armados de machado e escudo, para denotar um exército.

Outras vezes, punha-se a causa pelo efeito, o efeito pela causa, o instrumento de trabalho pelo trabalho produzido. Assim, a imagem do sol podia simbolizar o dia; a imagem da lua simbolizar o mês; a imagem de um arado simbolizar a agricultura. Nalguns casos, empregava-se o símbolo em razão de uma suposta semelhança ou analogia entre ele e a ideia que se pretendia representar: - assim, a *visão* ou *contemplação* se representava por *uma águia*, por se atribuir a esta ave o poder de fitar o sol; *uma mãe* se representava por *um pelicano*, por se dizer que esta outra ave alimenta os filhos com o próprio sangue; e *um sacerdote* por *um chacal*, em alusão à sua constante guarda e vigilância sobre as coisas sagradas.

Ainda noutros casos, o emblema era completamente arbitrário. Assim, temos um machado a representar um deus; uma serpente, a realeza; um ramo de lótus indicando o Alto Egipto; um coruto de papiro indicando o Baixo Egipto, etc.

Finalmente, como todos estes meios eram ainda insuficientes para recordar o nome de um homem, de um lugar, etc. recorria-se ao emprego das imagens de vários objectos materiais para representar, não ideias, mas *soms*, isto é, *letras* ou *palavras*. o princípio fundamental desta representação era extremamente simples: consistia em representar cada som pelo desenho de um objecto material, cujo nome tivesse por articulação inicial um som igual àquele que se pretendia exprimir. Assim, por exemplo, a figura

de um leão (*labo*) denotava o som da letra *L*; a figura de uma mão (*Tot*) o da letra *T*; a figura de um ovo (*Souhe*) o da letra *S*, etc.

Este princípio deu origem a muitos alfabetos semíticos, tais como o hebraico, o moabita, o fenício, o árabe, e ainda aos de outras nações, quando, mais tarde, se compreendeu ser a escrita fonética bem mais fácil, perfeita e completa do que a escrita ideográfica dos antigos egípcios. Devo ainda observar (e esta observação é essencial para o que terei de dizer no prosseguimento deste estudo), que o numero das imagens de objectos materiais, empregadas pelos egípcios para a representação dos *sons*, era limitado; podendo cada som ser representado pela figura de todos e cada um dos objectos que tivessem esse som por articulação inicial: outro tanto não aconteceu, depois, quando os alfabetos semíticos vieram a fixar-se: nos quais a cada som correspondia invariavelmente a mesma letra, isto é, uma só forma gráfica.

As formas hieráticas diferiam essencialmente das hieroglíficas, na substituição da representação clássica e artística dos ideogramas por ligeiros esboços da mais rude execução, e cuja representação era, na maioria dos casos, mais convencional do que real. Foi nestas formas simplificadas que provavelmente se inspiraram os autores dos mais antigos alfabetos, como nos é dado apreciar nos vestígios que deles chegaram aos nossos dias.

III

A substituição do sistema hieroglífico pelo sistema alfabético, não se realizou de um lance: foi o resultado de uma evolução, certamente morosa, da qual derivou a transformação dos antigos ideogramas, representativos de objectos materiais, em novos ideogramas, representativos das articulações fonéticas dos radicais dos nomes desses objectos.

O Dr. ^a H. Sayce, professor de Assiriologia em Oxford, ao descrever o sistema de escrita dos heteus, no seu interessante livro *The Hittites: The Story of a forgotten Empire*, atribui a invenção da escrita deste povo, ao contacto que ele teve com o Egipto, e aproxima a sua maneira gráfica à escrita egípcia do século de Ramsés II. Assim, os caracteres heteus eram usados, umas vezes como ideogramas, para exprimirem ideias; outras vezes, foneticamente, para representarem sílabas e letras; outras vezes, enfim, como determinativos, para indicarem a classe a que pertencia a palavra a que estavam ligados: e acrescenta que, em regra, as raízes das palavras eram expressas por ideogramas, e só os sufixos por elementos alfabéticos.

Dada a proximidade geográfica de Canã, em relação ao Egipto, e o contacto, porventura mais íntimo que o dos heteus, entre hebreus e egíp-

cios, cuja cultura intelectual primava sobre a de todos os povos orientais, não pareceria infundada a suposição de que também os filhos de Abraão aprendessem dos egípcios a arte de escrever. Mas, uma característica peculiar à escrita dos heteus – habilmente observada pelo sábio professor oxoniense – também peculiar à escrita hierática dos hebreus, como teremos ocasião de ver, leva-nos antes a concluir que das relações estabelecidas entre estes dois povos derivou para um deles, o conhecimento da arte de escrever, sem embargo do outro o haver recebido directamente dos egípcios. Num dos próximos artigos exporemos qual seja essa característica, que a ordenação do nosso estudo não permite apresentar agora, por inoportuna, e mesmo incompreensível neste lugar.

Como quer que seja, o que podemos ter por certo é que Moisés escreveu os livros da Lei no período compreendido entre os últimos anos da XIX dinastia e os princípios da XX, isto é, numa época em que o sistema de escrever consistia na representação gráfica dos radicais, ou estes fossem expressos na forma hieroglífica ou na forma literal, completada, em alguns casos, por sufixos pronominais, ou por prefixos indicadores dos casos oblíquos.

Com aplicação à língua hebraica, esta maneira de escrever diferia consideravelmente da escrita fonética da Bíblia, como a encontramos na transcrição feita por Esdras mil anos mais tarde. E diferia tanto, que, como bem disse o sabio Leusden, “quem estivesse no caso de entender uma *difícilmente* entenderia a outra.” Note bem o leitor esta maneira de dizer. Não declara Leusden que “quem estivesse no caso de lêr uma, não entenderia a outra”, mas, sim, que *difícilmente a entenderia*. E eu invocarei o próprio testemunho de Esdras em favor desta asserção.

Antes, porém, de o fazer, devo declarar que nunca se satisfez o meu espirito com as várias maneiras por que se tem pretendido *explicar* o fim que Esdras teria em vista ao empreender a sua transcrição dos livros sagrados. Sei que ele era um consumado escriba, um zeloso guarda e conservador da Lei, admiravelmente dotado e qualificado para a interpretar, o que exclui qualquer dúvida, da minha parte, sobre a inspiração da sua obra; mas nunca pude crer que empreendesse tal trabalho com o mero propósito de substituir os antigos caracteres hebraicos pelos caracteres caldaicos – pelo facto destes serem mais vulgares – ou que os hebreus houvessem perdido o conhecimento da língua materna durante o cativeiro de Babilónia. Se os hebreus tivessem perdido o conhecimento da sua língua, a ponto de já não a compreenderem, seria mais natural que Esdras lhes *traduzisse* a Lei para a língua caldaica, e não se limitasse à banal substituição dos caracteres, conservando a linguagem original... que já ninguém entendia!

Nem é admissível semelhante hipótese. A leitura dos livros de Esdras e de Nehemias é mais que suficiente para nos convencer de que não poderia ter perdido a língua materna, durante o curto período de setenta anos, um povo que pode conservar organizado o censo de cada tribo e a genealogia de cada família, de modo a permitir que voltasse, cada uma destas ao cabo desses setenta anos, para a própria cidade de onde era originária.

O povo hebreu não perdera, durante o cativeiro, a língua dos seus antepassados, na sua forma vulgar; mas interrompera a continuidade dos estudos tradicionais dessa língua, na forma arcaica – tão somente litúrgica – como, na pátria, era professada nas academias dos escribas, verdadeiros repositórios das suas mais remotas tradições nacionais e religiosas. E se um ou outro velho escriba conhecia ainda, em Babilónia, o inspirado sentido dos textos mosaicos, eram eles em tão pequeno número que a transcrição da escrita litúrgica em escrita vulgar se impunha como uma necessidade absoluta, para que, a breve trecho, se não perdesse o primitivo tesouro da fé. Foi essa transcrição que Esdras se impôs, mercê dos dotes e privilégios que recebera do Altíssimo, substituindo a escrita radical ou quase-hieroglífica do velho códice, pela forma vulgar, fonética, do seu tempo.

E, como acima fica dito, a própria Escritura testemunha de que as coisas assim se passaram. Se não, vejamos. No capítulo VIII de Nehemias, temos a descrição pormenorizada da reunião do povo, para ouvir a leitura do livro da Lei. Esdras, subira a um estrado, onde igualmente se encontravam treze outros sábios, conhecedores, como ele, da antiga escrita. Então, Esdras e os seus colegas “liam no livro da Lei de Deus, distintamente; e explicavam o sentido, de maneira que o povo entendia o *que tinha sido lido*”.

Isto é, os escribas liam o texto da antiga escrita mosaica, na sua forma radical ou quase-hieroglífica, que o povo não podia entender sem que o sentido desse texto, escrito mil anos antes, lhe fosse explicado; mas logo que o sentido era exposto, o povo compreendia o *que tinha sido lido*.

Se se tratasse de traduzir um texto hebraico para a língua caldaica, qualquer dos escribas leria directamente nesta última língua o que estava escrito na primeira; fazendo a tradução mentalmente, como, a cada passo, fazemos hoje em casos análogos.

Não aconteceu, porém, assim, naquele caso.

IV

As dificuldades da leitura do texto original não provinham tanto de modificações introduzidas, no decorrer dos tempos, quanto à signifi-

cação primitiva das raízes: provinham, principalmente, de serem representados, pela única forma gráfica da raiz, todos os derivados dela, cujos sentidos eram, por vezes, mui variados, e de difícil apreensão; visto não haver diferença alguma entre a grafia do verbo – suas vozes, seus modos, tempos e pessoas – e a dos substantivos, adjectivos e advérbios dele derivados. Assim, o texto original, que apresentava apenas uma série de palavras aparentemente desconexas, só podia ser transformado na forma *sintáctica* da linguagem falada, por quem houvesse recebido, por tradição auricular, o conhecimento de factos e das circunstancias nele registados, - factos e circunstancias que a escrita radical trazia, sim, à memória, mas não podia expor com a precisão da escrita fonética.

Um exemplo destas dificuldades nos conservou a Bíblia no capítulo 5.º do Livro de Daniel, quando descreve o banquete de Baltazar e refere as palavras que mão desconhecida traçara na parede da sala.

Muito se tem escrito acerca desta passagem, mas sem jamais se haver chegado a uma conclusão verosímil.

A impossibilidade, em que os sábios caldeus se encontraram, de ler a misteriosa escrita, tem sido geralmente atribuída a ser esta constituída por caracteres obsoletos os caracteres: em segundo lugar, - e mesmo que assim fosse e que Daniel deles tivesse conhecimento, - a leitura ficaria, do mesmo modo, incompreensível, porque as três palavras *Mane, Tekel, Upharsim* não formam uma frase, um sentido perfeito. E tanto o não formam, que Daniel, depois de as ter lido, procedeu exactamente como Esdras fez mais tarde em Jerusalém, e com iguais consequências, isto é, *explicou o sentido delas*, e todos compreenderam então *o que estava escrito*.

Os sábios caldeus, que viam em Baltazar a criatura mais poderosa e virtuosa do mundo, filho de deuses e senhor de senhores, fonte de todo o bem e dispensador de todos os benefícios, nunca poderiam encontrar, naquelas três formas radicais, qualquer alusão ao seu soberano; ao passo que, por outro lado, a maneira prodigiosa por que a mensagem se manifestara, claramente lhes indicava que ela ao seu soberano era dirigida. Daí a sua perplexidade, ou antes, a impossibilidade de atinarem com a leitura.

Daniel, porém, que fazia a respeito de Baltazar e do seu character um juízo justo, que conhecia as desgraças que assolavam o reino, que via estreitar-se, cada vez mais, o apertado cerco com que os persas e seus aliados cingiam os muros de Babilónia, Daniel, repito – conhecedor dos factos e das circunstancias – pôde encontrar rapidamente o verdadeiro sentido dos três ideogramas, e fazer a reconstituição fonética da mensagem.

Os significados das três raízes da sentença são: *contar, contar – pesar – dividir, Persia*, a que Daniel fez corresponder a expressão: “Ajustei contas

contigo; pesei-te e não tinhas o peso; o teu reino será dividido e dado aos persas e aos medas.”

Parecendo que esta leitura fosse arbitrária, em relação ao que estava escrito, não seria para estranhar que ela provocasse protestos ou contestações, por parte do rei e dos sábios que se achavam presentes. Não sucedeu porém assim; pois todos sabiam que Daniel era judeu, e que a escrita dos judeus não correspondia à linguagem falada, como a dos caldeus e moabitas, mas conservava ainda a forma arcaica – radical ou quase-hieroglífica – de alguns séculos atrás.

Com efeito, os hebreus não tinham podido acompanhar os progressos que a arte de escrever atingira nos povos vizinhos: a sua escrita ficara estacionaria, desde o período mosaico, circunscrita aos estreitos limites das academias dos escribas e ao âmbito do Templo, como escrita sacerdotal.

Não prova contra esta afirmação a lápide de Dibon, em Moab, apesar da sua inscrição hebraica ser escrita na forma fonética, e do monumento ser anterior a Esdras de cerca de quinhentos anos. O monumento é moabita; os caracteres da inscrição são os chamados *fenícios*, posto que mais propriamente devam ser chamados *moabitas*. É bem mais provável que os fenícios, cuja actividade política e comercial teve uma importância muito secundária no interior da Ásia, recebessem dos moabitas o conhecimento do seu alfabeto, do que estes o recebessem dos primeiros. Como quer que fosse – e é este o ponto que desejo frisar – como pode compreender-se que os judeus, só cinco séculos mais tarde substituíssem a escrita radical de Moisés por uma escrita fonética, quando a invenção desta era já tão antiga? Só encontro uma resposta a esta pergunta; mas essa é cabal e decisiva: - porque só então apareceu, entre os judeus, um homem dotado de um espírito suficientemente forte, livre e esclarecido, para vencer e destruir a superstição levítica que se opunha à natural evolução da escrita nacional. Esse homem foi Esdras.

A causa do estacionamento da escrita hebraica provinha de uma superstição originada certamente no apertado sentido em que era tomado o preceito contido no versículo 4.º do cap. XX do Livro do *Êxodo*, ou seja o que chamamos o segundo mandamento do Decálogo.

As palavras que começam este preceito são estas: “Não farás para ti escultura ou qualquer representação do que existe em cima, no céu”. Ora, o receio de infringir este preceito levou os antigos hebreus a nunca escreverem o Nome do Altíssimo, por ser o nome a única possível representação de um ser espiritual: e tão longe levaram o escrúpulo, que dessem ideia da Divindade, sem contudo a *representarem* materialmente, - uma

circunferência, por exemplo – visto que esta, como a Eternidade, não tem principio, nem fim; na escrita, porém, fonética, era perfeitamente impossível, perante semelhante escrúpulo, reproduzir o Nome divino.

Com as superstições, e o escrúpulo dos supersticiosos, tendem sempre a exagerar-se, chegaram os escribas ao extremo de não escreverem seguidamente duas ou mais letras do Nome de Deus, e ao de não empregarem o *he* e o *vav* como letras servis, por serem as letras da raiz do mesmo Nome. E como *he* e *vav* são, na língua hebraica, letras servis das mais necessárias para a regular composição das palavras, para diferenciar os géneros, para indicar o artigo e a interrogação, para modificar as vozes, os tempos e as pessoas dos verbos, para assinalar a copulativa, etc. , a escrita ficou estacionária, e não pôde, portanto, acompanhar os progressos que os povos pagão – isentos de tais escrúpulos – lhe foram introduzindo.

Só o espirito de Esdras conseguiu banir estas superstições, de que ainda chegaram vestígios aos nossos dias, na forma por que os judeus escrevem abreviadamente os números *quinze* e *dezasseis*, e na pia fraude com que dizem às crianças, nas suas escolas, que as letras do Nome divino são IQVQ, quando realmente são IHVH.

V

Apresentando, ao exame e consideração dos estudiosos, estas ideias sobre a provável evolução da primitiva escrita mosaica – incontestavelmente hieroglífica ou quase-hieroglífica, *porque outra não existia no tempo de Moisés* – até atingir a forma fonética da transcrição esdrina, que o zelo rabínico tem conservado inalterável através dos séculos, julgo dever justificar, com provas evidentes, que tais ideias não constituem meras fantasias do meu espirito, mas assentam em factos reais e incontestáveis.

Antes, porém, de entrar na apresentação dessas provas não posso deixar de referir-me aos *targums*, que só por si constituem um elemento de prova muito para ser tido em consideração.

Os *targums* ou *targumim*, são, como o leitor bem sabe, certas anti-quíssimas cópias e traduções parafrásticas dos livros da Lei, cujos textos reproduzem, duma maneira geral, a lição de Esdras, mas diferindo desta essencialmente, como toda a paráfrase difere do original sobre que foi redigida.

Não pode supor-se que os seus autores tivessem em vista alterar o sentido do texto mosaico, ao qual escrupulosamente se cingiram; mas é bem evidente que, conservando-lhe o sentido primitivo, o exprimiam por palavras e imagens diferentes, exactamente como sucederia a vários egip-

tólogos dos nossos dias, que, distanciados uns dos outros, se ocupassem da leitura do mesmo texto ramsésiano.

Eu creio, pois, que a transcrição de Esdras e os *targums* são outras tantas leituras fonéticas de um mesmo original hieroglífico, que cada leitor exprimia por imagens e palavras diferentes, segundo a sua índole, a sua capacidade literária e a autoridade do meio em que a recebera e desenvolvera. Para judeus e cristãos, a lição de Esdras tem, entre todas as outras, um lugar preeminente, porque uns e outros reconhecem no sábio escriba dotes e privilégios excepcionais que justamente o colocam no numero dos autores inspirados.

Mas, além dos *targums*, há outras provas bem palpáveis, a justificar as minhas asserções. Refiro-me às inscrições chamadas ibéricas, iemenitas e rúnicas, espalhadas, desde os confins da Arábia, até aos países mais setentrionais da Europa, seguindo o litoral mediterrâneo e atlântico.

Em fins de 1917, fiz imprimir num pequeno folheto de limitadíssima tiragem, intitulado *Inscrições hebraicas da Península Ibérica* um ligeiro estudo sobre a maneira por que me propusera decifrar a inscrição lavrada numa lamina de chumbo encontrada, em 1851, em Castellon de la Plana, considerada como sendo o monumento mais antigo das línguas ibéricas, cuja leitura ninguém até então realizara.

Nesse folheto, tive ocasião de expor as razões que me haviam levado a crer que tais inscrições eram hebraicas, e miudamente descrevi o processo que seguira para obter uma primeira leitura desse documento, traçado, indubitavelmente, por mão levítica; mas longe estava eu de imaginar igualmente seriam *judaicas* as inscrições ibéricas de Ourique e Bensafrim.

Eu tinha razões para crer que todas essas inscrições eram da língua hebraica ou de dialectos próximos desta língua, como o moabita, o caldaico, o fenício e o cartaginês; mas que proviessem todas de mão judaica e fossem constituídas pela escrita hierática dos judeus, anterior à reforma gráfica realizada por Esdras, estava, repito, muito longe de prever.

O documento de Castellon tinha sido por mim escolhido, para inicio do meu estudo, porque sendo o seu texto o mais longo de todas as inscrições similares, forneceria, a um tempo, mais facilidades à decifração, e provas evidentes da veracidade da leitura, caso eu viesse a realizá-la.

Mais tarde tive de reconhecer quanto fora infeliz na preferencia que tinha dado à inscrição de Castellon, a qual, por ser de natureza jurídica, se afastava excepcionalmente da escrita vulgar; mas, ainda assim, apesar de todas as correcções que tive de fazer à primitiva leitura, o facto histórico ali registado permaneceu integro, tal qual se me afigurara, e o expusera no referido folheto.

Ora, as inscrições ibéricas e celtibéricas apresentam certas características, unanimemente reconhecidas por quantos se têm ocupado do seu estudo. São escritas em não menos de quatro ou cinco alfabetos diferentes, o que facilmente se nota ao primeiro exame, tal é a bem acentuada diversidade dos caracteres. Uma são escritas da direita para a esquerda, outras da esquerda para a direita; noutras, ainda, a primeira linha corre num sentido, a segunda no sentido contrario, e assim seguida e alternadamente até ao fim. Os caracteres seguem-se uns aos outros sem intervalo ou divisão das palavras: nalgumas, porém, há divisão entre grupos de duas, três e quatro palavras escritas seguidamente. Todas estas características são comuns às inscrições rúnicas da Suécia e da Noruega, que; portanto, devem porvir da mesma origem étnica.

Vem agora a propósito completar uma referencia, que deixei em suspenso no III artigo deste estudo, quanto a certa particularidade da escrita dos heteus, habilmente observada pelo sábio professor de Assiriologia, Dr. ^a H. Sayce, de Oxford.

Diz este célebre orientalista, na obra já citada *The Story of a forgotten Empire*, que a escrita hieroglífica dos heteus se distingue de todas as demais escritas porque as linhas correm alternadamente da direita para a esquerda e da esquerda para a direita, sendo determinada a direcção da leitura pelo lado para que estão voltados os caracteres, e acrescenta: “Este modo de escrever é também característico das antigas inscrições gregas; e como não foi adoptado pelos fenícios, cretenses, egípcios e assírios, dá lugar a supor-se terem os gregos aprendido a escrever desta maneira com algum povo vizinho, que fizesse uso da escrita dos heteus”.

Temos, portanto, na escrita das inscrições ibéricas e celtibéricas, uma característica comum e exclusiva da escrita dos heteus, a qual ou foi directamente recebida destes, ou foi talvez pelos hebreus transmitida tanto àqueles como aos gregos. E a ninguém deve repugnar esta ultima hipótese, como mais provável, se se atender a que os nomes das letras do alfabeto grego são, evidentemente, de origem hebraica.

VI

Outras características das inscrições ibéricas e rúnicas, quando consideradas em conjunto, é a diversidade dos alfabetos que, aliás, não é geralmente observada nas inscrições de uma mesma região. Assim, as do sul do nosso país – Ourique, Bensafrim, Almodovar, S. Miguel do Outeiro, etc. – são todas escritas com um só alfabeto, que bem podemos qualificar de regional, constituindo assim uma prova da sua procedência oriental.

As cartas circulares dirigidas por Haman aos sátrapas e governadores das *cento e vinte sete províncias do reino*, e aos príncipes dos povos que ao mesmo estavam unidos, foram escritas como se vê no Livro de Ester, capítulo III, 12 e outros lugares, *a cada província, conforme a sua maneira de escrever*, e a cada povo conforme a sua língua; donde se conclui que, num mesmo reino, os caracteres diferiam de província, apesar da língua ser uma só, sem embargo de haver um alfabeto, por assim dizer *oficial*, para cada língua, que seria o monumental, usado pelos escribas da corte.

E não julgue o leitor que a essas províncias correspondiam enormes extensões de território, visto que nelas se não compreendiam os reinos e povos adstritos ao vasto império de Assuero. A própria palavra *medinah*, empregada no original, significa, na língua hebraica, “a área em que um juiz exerce jurisdição” e corresponde, de alguma maneira, ao que, na nossa língua, dizemos *comarca*. Além disto, é interessante registrar que tanto os judeus continuaram a seguir este costume oriental, que ainda hoje o cursivo judaico é diferente nos vários países; assemelhando-se, em todos, na simplicidade das formas, aos ingênuos desenhos dos caracteres ibéricos e rúnicos. E como cada tribo de Israel constituía uma jurisdição autónoma, é admissível a hipótese de que tivesse, cada tribo, um alfabeto diferente das demais, e que a escribas de diversas tribos seja atribuível a multiplicidade dos alfabetos das inscrições peninsulares e rúnicas.

Cingindo-me, por agora, às inscrições do sul de Portugal, devo dizer que elas satisfazem, por completo, às condições estabelecidas, pelos grandes mestres da epigrafia dos antigos tempos, como provas seguras da verdade de uma interpretação: 1. ° porque os caracteres conservam sempre o mesmo sabor alfabético; 2. ° porque as suas variantes, aliás esperadas, por se tratar de letras manuscritas, certamente feitas a carvão, todas têm explicação fácil; 3. ° porque todos os nomes de homens e de povoações se encontram nos lugares próprios, sendo alguns bem conhecidos.

A escrita é radical ou quase-hieroglífica, nada tendo, portanto, de comum com a escrita fonética de Esdras, nem com o neo-hebraico dos rabinos; acusando, porém, uma tendência a entrar no caminho inteiramente fonético, como o demonstra o uso das preposições inseparáveis, e dos sufixos pronominais da primeira e da segunda pessoa do singular, bem assim o emprego oportuno do imperativo e do futuro apocopado. É um perfeito tipo da escrita do século de Ramsés II.

Há quatro espécies de inscrições, entre aquelas que conheço e que tenho lido: umas, registam factos históricos, de alta importância para o tempo e para o meio em que foram escritas; outras, contêm actos judiciais proferidos contra pretensos réus de graves crimes, outras são orações,

votos e consultas do oráculo (em hebraico, *navia*), profeta ou vidente da comunidade, que esperava encontrar, na manifestação casual de algum fenómeno meteorológico, uma resposta divina; outras, enfim, simples estelas funerárias, - estas em pequeno número.

Todas são puramente judaicas, e provam a existência de uma comunidade israelita na área que se estende de Ourique a Bensafrim, - comunidade que era senhora do território e nele exercia os atributos de uma perfeita soberania. Não se trata, portanto, de gente cativa, ou escravizada por qualquer forma.

Nelas se encontra o primitivo nome da antiga Ossonoba, conforme ao que lhe atribui a cópia do *Itinerário* de Antonino, da Biblioteca de Florença, que difere essencialmente, neste ponto, das outras cópias conhecidas; ficando assim demonstrado ter sido feita a cópia florentina sobre um códice anterior aos que serviram de norma às demais cópias existentes.

Nelas se encontram, também, elementos mais que suficientes, para nos fazer crer que o autor da chamada *Chronica Gothorum* atribuía-o ano de 1139 a lendária batalha de Ourique, quando ela foi dada, talvez no ano 139 da era dos Seleucidas (173 a. C.), que até ao século XII serviu de base ao cômputo dos judeus de então, de cujas velhas crónicas terá sido devida a vitória a uma intervenção divina, que teve por arauto certo ermitão daqueles sítios. Sim, proponho-me demonstrar ao leitor que o vencedor da batalha de Ourique foi Tobias de Cirene, e o vencido *sufeta* Kelesbal, primeiro regulamentador dos sacrifícios no templo de Baal, em Massilia, mais tarde condenado a morrer de fome pelos judeus de Castellon de la Plana nos precisos termos da sentença, que o leitor também lerá.

Quanto ao ermitão... esse era o *navia* da terra, isto é, o oráculo ou profeta da crédula comunidade, à qual soube convencer da suposta traição de Akalel, chefe da tribo (*Akalel nassi*), por este recusar a aliança de Tobias, que, estando em Ossonoba com a sua esquadra, se propunha subir o Ana, para acometer, junto a Ourique, o sufeta de Cartago, com quem os judeus de Cirene, mas não os da Península, andavam em guerra.

Os habitantes de Ossonoba não eram cartagineses: pelo, que se deduz de algumas inscrições de Bensafrim, diziam-se *calabitas*, e não viviam em boa harmonia com os vizinhos judeus, apesar de serem, uns e outros, descendentes de Abraão. Provinham daquela parte do povo hebreu, que, não tendo entrado em Canã com Josué, filho de Nun, ficou errante, durante quarenta e tantos anos, sob a direcção de Caleb.

É bem possível que alguma dessa gente, tendo passado à Líbia, viesse aportar à Península, onde se estabelecesse definitivamente, e que,

encantada pela amenidade do clima e pela feracidade do solo, lhe desse o nome de *I-beria*, palavras hebraicas que significam *terra fértil*, mas que a expressão latina *pinguins terra* com mais propriedade traduz, por abranger o sentido de todos os derivados da raiz בריא.

Vem a propósito dizer que uma antiquíssima tradição conservada entre os ciganos do nosso país e da Espanha, atribui a este povo uma origem hebraica. Assim, eles afirmam que os seus antepassados, tendo saído do Egipto com o povo de Israel, não o acompanharam para Canã, mas se fixaram aqui. E não é menos interessante saber-se que estes mesmos ciganos, a quem os espanhóis apelidam de *gitanos*, egitanos ou egípcios, chamam à sua raça *calé*, nome que bem nos recorda o do denodado condutor daquela fracção de Israel.

Pelo que respeita à época em que estas inscrições foram lavradas, só posso dizer que uma delas – e que apenas contém estas palavras *Tremeu a terra*, está datada do ano 3210 do cômputo seleucida, correspondente ao 8.º ano da era cristã; e que uma outra, escrita com o mesmo alfabeto das do sul de Portugal e descoberta em Villaricos, Espanha, junto à foz do Almanzora, nitidamente reproduzida a página 195 do livro *Phenicios e Carthaginezes*, do Sr. Dr. Pereira de Lima, a qual diz, textualmente, “Sepultura do vidente David, natural de Bera”, está datada do ano 210, ou seja o ano 102 antes da era vulgar. Este último monumento é do mais elevado interesse para o nosso estudo arqueológico, por apresentar a forma piramidal, característica das estelas rúnicas da Suécia e Noruega.

VII

Conquanto as duas inscrições datadas, a que me referi no capítulo anterior, sejam, pouco mais ou menos, do princípio da era vulgar, não deve concluir-se daí que só a esse tempo houvesse aparecido na Península as migrações judaicas de que se trata. Outros elementos de investigação nos fornecem as inscrições ibéricas, em ordem a podermos fixar, de alguma maneira, a época provável da vinda daquele povo.

O estado social dos hebreus da Península, claramente manifestado nessas inscrições, apresenta todas as características da antiga forma patriarcal, sob a autoridade dos juizes eleitos pelo povo, como Moisés preceituou no *Deuteronomio*, XVI, 18-20; e deve reflectir o estado social a que espiritualmente aspiravam os que abandonavam, para sempre, a Terra da Promessa, em demanda de uma nova Canã.

Dois acontecimentos de ordem político-religiosa, produzidos em pouco mais de um século, tinham levado, em Israel, violenta excitação: a

proclamação da monarquia e a separação das coroas de Judá e de Israel a morte de Salomão.

A proclamação da monarquia ofendera gravemente o espírito constitucional da nação, e só lisonjeara os que só procuravam interesse. A realeza humana, com as suas guerras e os seus erros, não correspondia à santidade da teocracia anterior, que proclamara ser o Eterno o árbitro supremo, e n'Ele fazia residir todo o poder e autoridade.

O Senhor dissera ao velho Samuel – ao último dos Juizes, que ia sagrar e ungir o primeiro rei da Judeia – “Não é a ti que eles rejeitam, é a mim que rejeitam, para que sobre eles não reine” (*I Samuel*, VIII, 7). Samuel transmitiu ao povo a mensagem divina; não foi ela ouvida pela multidão que, na praça pública, pedia “um rei”; mas foi ouvida, certamente, por milhares de coração piedosos, que viam, no advento da realeza, não o passageiro triunfo do que hoje podemos chamar “um partido político”, mas o maior dos sacrilégios.

Decorreram anos. As ambições dos homens cresceram e multiplicaram-se. Morto Salomão, os turbulentos do norte, não contentes de causarem a ruína da Pátria – quebrando a sua unidade – decretam a abolição do próprio Deus, e levantam altares aos ídolos. E para que, em Israel, nem sequer fique nessa páscoa maldita, vestígio do fermento da fé, expulsam do território das dez tribos toda a gente de Levi que, constituindo a população de quarenta cidades, se vê forçada a acolher-se a não mais de oito de Judá e Benjamim, onde não podia caber, com os seus gados e mais haveres.

A ansiedade dos espíritos, excitada e estimulada pelos acontecimentos a que me refiro, atingiu, por certo, o supremo grau de terror, nas tribos vizinhas do Mar, ao saber-se que Tiglath-Pilezer, rei da Assíria, entrava, com poderoso exercito, pelas fronteiras de Ruben e Gad, ameaçando apoderar-se de todo o reino. E' precisamente neste momento histórico que eu coloco o provável êxodo de Manassés (aquém do Jordão), de Efraim, de Dan, e talvez de Simeão, em direcção ao norte de África donde, ao fim de dois anos de marcha, terão alcançado a *I-beria*, essa grande *Ilha* (como então se chamava a todas as terras dalém-mar), abundante das riquezas naturais do mais subido apreço, de cuja existência os navegadores fenícios haviam levado a noticia, ao regressarem das suas longas viagens de exploração às Colunas de Hércules.

E a todo o português e espanhol, que *bem conheça* a ânsia de expansão e colonização que caracterizava os danitas, cujo espírito temerário e aventureiro os tinha já levado aos mais surpreendentes e arriscados empreendimentos, não repugnará atribuir a Dan a iniciativa da portentosa migração; como não lhe repugnará atribuir a atavismo dessa raça a

gloriosa epopeia marítima das duas nações ocidentais, no período das descobertas.

Foi encontrada em Bensafrim uma pequena inscrição, a que só aludo neste momento como argumento probatório de haverem, realmente, as tribos acima indicadas, tipo parte na migração de que se trata. Ela diz textualmente, “O Senhor de Sharon é o Senhor de Ossonoba”. Estas palavras constituem prova, bem evidente da presença das meias tribos de Efraim e Manassés, porque Sharon era o nome da extensa e fértil planície – orgulho de Israel – que se estendia sobre a costa do Mediterrâneo, através dos territórios dos descendentes de José. A ela, e ao abandono a que ficou votada pela a emigração dos seus cultivadores, aludiu Isaías, quando disse: “O país está confuso e ressequido; Sharon tornou-se uma charneca” (XXX, 9).

A vinda, com os emigrados da Palestina de elementos levíticos, não precisa ser demonstrada; era uma natural consequência da forçada concentração, em Judá e Benjamim, de algumas dezenas de milhares de homens, mulheres e crianças, sem pão e sem abrigo. Mas, se uma prova fosse indispensável, bastaria a abundância das inscrições ibéricas para a constituir. Com efeito, chega a causar admiração que, por toda a parte, nas cidades e nos campos, apareçam estes documentos da arte de escrever, quando se sabe que – mesmo entre os levitas – essa arte só não era vedada aos que conseguiam ser admitidos nas academias dos escribas.

Peço licença para recordar ao leitor que, ao tempo a que me estou referindo, isto é, ao tempo da dispersão de Israel, a escrita não servia para o que serviu mais tarde. Era apenas destinada a arquivar os factos da nação, que se mantinham secretos, e cujos os textos só dos escribas eram conhecidos. A parte monumental, isto é, aquela que era exposta à contemplação pública, ninguém a sabia ler, salvo os escribas; mas estes guardavam para si a leitura e a ninguém a comunicava sem que lhes fosse ordenado por quem para isso tivesse autoridade. A parte, finalmente, que dizia respeito às relações do homem para com Deus, essa, só o profeta, ou vidente da comunidade conhecia, e avaramente ocultava em rigoroso sigilo.

VIII

Apresento agora, ao leitor, o alfabeto com que foram escritas todas as inscrições ibéricas do sul de Portugal. Estes vinte e dois caracteres correspondem, por sua ordem, à vinte e duas letras do alfabeto hebraico, que conduzem *imediatamente* à leitura de qualquer inscrição daquela religião sem outra dificuldade que não seja a de ter sempre em vista as *regras* que abaixo exponho.

Aos outros alfabetos do oriente e do sul da Espanha, correspondem outras *regras*, que a seu tempo exporei.

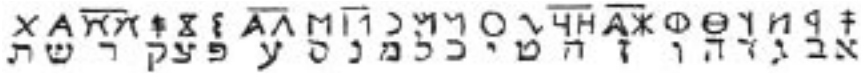


Figura 1

Algumas letras estão representadas por duas formas diferentes, a saber: *zain*, *Kheth*, *nun*, *ain*, e *resh*. Tais variantes – salvo a primeira – são de fácil compreensão se se atender a que se trata de letras manuscritas; quanto a *zain*, a forma de *ponta de seta* é a que realmente pertence a este alfabeto; a forma de *estrela* é o *zain* do alfabeto da comunidade de Castellon, e só uma vez ocorre nas inscrições de Portugal, num caso especial, que analisaremos.

Peço ao leitor que se não preocupe com a semelhança de alguns caracteres com outros dos alfabetos latim e grego. Tal semelhança é perfeitamente casual, e nunca deveria ser tomada em consideração por epigrafistas que merecessem este nome, ao tratar-se de uma escrita radical, que pode ser considerada *primitiva*, como escrita fonética.

Como se sabe – e já aqui o disse – as letras primitivas eram puros ideogramas de objectos cujos os nomes tinham por articulação inicial o som que se pretendia representar.

Assim, a penúltima letra (*shim*) deste alfabeto, na verdade perfeitamente igual ao A latino e o *alfa* grego, representava, no hebraico primitivo, e articulação inicial da raiz **שאב**, *tirar água do poço*, e tinha a forma do singelo aparelho com que se precedia a essa operação, e por toda a parte se via, através dos campos: dois troncos afirmados no solo, convergindo superiormente um para o outro, e uma travessa horizontal, pregada entre ambos, sobre a qual passava a corda ensebada, que prendia o balde.

A última (*tav*), perfeitamente igual ao X latino e ao *ki* grego, nada tinha também de comum os sons destas letras. Representava a articulação inicial da raiz **תת** *marcar com uma cruz*, e era alusiva ao instrumento de suplício da forma que hoje chamamos *cruz de Santo André*.

E assim em todos os demais casos, que não discutirei, um por um, por ser desnecessário.

Ora, as tentativas feitas para interpretar as inscrições ibéricas, tiveram sempre por base a pretendida equivalência das formas destas letras primitivas, com as letras de alfabetos relativamente modernos: daí, a célebre *blague* de Emílio Hübner, entusiasticamente aplaudida – à falta de melhor – pelas doutas academias peninsulares, e a maravilhosa conclu-

são a que estas chegaram, com o dito Hübner (!), de que, apesar de ficar descoberto o valor alfabético das letras ibéricas, a leitura dos textos não podia ser feita... Por se haver perdido a língua em que eles tinham sido escritos!

Oponho, a estas complicadas fantasias, a minha singela lista alfabética, mediante a qual toda a pessoa, medianamente conhecedora da língua hebraica, poderá compreender, sem dificuldade todas as inscrições ibéricas do sul de Portugal, que estejam em razoável estado de conservação.

Chamo agora a particular atenção do leitor para os 5^o, 6^o e 10^o caracteres da dita lista. Correspondem eles aos valores de *he*, *vav* e *yod*, isto é, aos valores das três letras com que se escreve o Nome divino, e que os escribas da era mosaica se recusavam a escrever, em razão da reverência devida ao mesmo Nome. Nenhum desses três caracteres é, propriamente, uma letra do alfabeto: todos são constituídos pelo ideograma da *Eternidade* (uma circunferência, que não tem princípio nem fim), ou simples, no caso de *yod*, ou cortada por um traço horizontal no caso de *he*, ou por um traço vertical no caso de *vav*.

Está o leitor na posse dos elementos gráficos das inscrições do sul de Portugal. Passo agora a expor-lhe as regras da escrita, que só os escribas da comunidade conheciam, e cujo o segredo mantinham inviolável, para que ninguém pudesse descobrir muito menos pronunciar, o misterioso e inescrutável Nome de Deus Altíssimo.

1. ^a Supressão total de *he* e *vav* (letras radicais do Nome divino), como letras servis;
2. ^a Supressão de *he* nas raízes *pe-he*. Igual supressão nas raízes *lamed-he*, ou sua substituição por *aleph* no que chamamos formas caldaica;
3. ^a Supressão de *vav* nas raízes *ain-vav* ou sua substituição por *ain*;
4. ^a Supressão de *he* e *vav*, em seguida a *yod*, em todos os casos, e até nos nomes próprios;
5. ^a Representação de *yod* pelo ideograma da *Eternidade*.
6. ^a Representação de *he* e *vav*, radicais pelo mesmo ideograma modificado, quando as regras 2^a e 3^a não podiam ser aplicadas.
7. ^a Funções servis limitadas aos seguintes casos: sufixos prenominais da 1^a e 2. ^a do singular; figuração do plural, por *yod* final.
8. ^a Frequente eliminação (por abreviatura) da terceira radical das raízes *ain* - duplo.

Do exame destas regras se deduz que todo o segredo da escrita levítica residia na constante e supersticiosa preocupação a que me tenho referido, - preocupação liberalmente destruída por Esdras na sua transcrição da lei, e na obtenção da escrita fonética, até então ignorada dos hebreus.

Mas a obra literária nacional do eminente escriba foi, desde logo, contrariada pela reacção rabínica, que, para isso, empregou arduos processos de regressão à obscuridade anterior. Assim, reconhecendo não poderem obstar à deficiente escrita da palavra falada, em uso, havia séculos, entre os povos pagãos, recorreram à famosa invenção dos *pontos vogais*, com o fim aparente de fixarem a pronuncia de todas as palavras da Bíblia; mas, na verdade, com a intenção reservada de exceptuarem dessa fixação o Nome divino, ao qual hipocritamente atribuíram as vogais da palavra *Adonai*, que, na leitura, substituem àquele Nome.

IX

Muito judiciosamente escreveu o Dr. Sayce que “inscrições isoladas, disseminadas numa extensa área, e de diferentes datas, oferecem necessariamente ao decifrador muito menos ajuda do que um grupo, encontrado numa só localidade”. Com efeito, ter-me-ia sido impossível chegar ao perfeito conhecimento do facto histórico, que passo a expor, se o conjunto das inscrições de Ourique e arredores, referentes a vários episódios da acção principal, e aparentemente sem ligação entre si, não me houvesse fornecido os elementos indispensáveis para a reconstituir.

O meu maior trabalho consistiu em encontrar a ordem de prioridade por essas inscrições foram escritas. Por essa ordem as apresentarei ao leitor, começando pela tradução do texto, à qual juntarei os comentários que ele me for sugerindo, na intervenção de demonstrar a seriedade deste estudo.

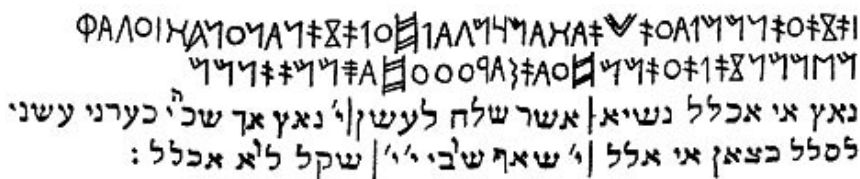


Figura 2

Da inscrição representada na figura 2 conhecem-se dois exemplares idênticos, um encontrado em Ourique, o outro em Bensafirim, o primeiro dos quais creio estar no museu de Évora, e o segundo no da Figueira da Foz. Varias outras inscrições ibéricas, de teor idêntico entre si, têm sido encontradas noutros lugares próximos daquelas duas estações, o que prova que todas emanavam de um centro único, do qual eram distribuídas pelas

povoações convizinhas, ou que desse centro eram destacados os amanuenses, que ali iam escrevê-las e gravá-las, o que, por ser mais prático, parece mais provável.

Esse centro era, sem dúvida, Bensafrim, como claramente indica o nome desta povoação, providencialmente conservado até hoje; porquanto a palavra *Bensafrim*, formada dos dois vocábulos hebraicos *bem* e *sapherim*, significa *povoação dos escribas*.

O grande lexicógrafo J. Buxtorf, ao tratar da raiz בנה, diz ser seu derivado, entre outros, o vocábulo *bem*, com que se designava “o edifício da família paterna, onde ela habita e se continua”. Equivale, portanto, ao português *solar*, que ampliei para *povoação*, por se tratar de um conjunto de famílias, e não de uma só, na acepção gentílica da palavra.

O avultado numero de inscrições ibéricas encontrado por Estácio da Veiga na sua interessante visita à necrópole de Bensafrim (*Antiguidades Archaeologicas do Algarve*), não confirmaria a tradução que faço deste nome, se tais inscrições fossem referidas, de qualquer maneira, às pessoas ali sepultadas. E. da Veiga, verificou, porém, que elas tinham as letras voltadas para dentro, não sendo destinadas, portanto, a sêr lidas por quem passava; mas tinham sido levadas de outros lugares, e aproveitadas para a construção das sepulturas, talvez por estarem mais ou menos aparelhadas do lado das letras. Isto faz pressupor a existência de um grande depósito de inscrições históricas, que somente a academia dos escribas poderia ter organizado.

As sepulturas foram encontradas a grande profundidade do solo actual, e ainda abaixo do solo romano, do qual estavam separadas por uma espessa camada de carvão e de cinzas.

À minuciosa e inteligente observação de Estácio da Veiga, posso eu acrescentar que esse carvão e essas cinzas são vestígios do incêndio levado a efeito pelos calebitas de Ossonoba, como atestam duas das ditas inscrições, que textualmente traduzo:

1ª (Na parte superior da lápide): “Foi queimada e dizimada por ter desaparecido um calebita”. (Na parte inferior): “O Senhor a incendiou e cativou”.

2ª “O’ Deus, suaviza o cativo dos filhos e dos irmãos que temos em Ossa Nova. A um montão de ruínas reduza o Senhor Ossa Nova”.

Ossa era o antigo ou primitivo nome de Ossonoba. Assim é ele indicado na cópia do *Itinerário* de Antonino, que existe em Florença. As demais cópias conhecidas, deste *Itinerário*, dão-lhe os nomes de Ossonova, Ossa Nova, com ligeiras variantes; donde se conclui que o primitivo nome foi modificado quando, sob influência romana, se procedeu à reconstrução da cidade.

Mas dêmos por encerrada a nossa digressão a Bensafrim, e passemos a analisar a inscrição reproduzida na gravura.

O leitor encontrará um bom *fac-simile* da própria lápide a página 185 do 3º volume do *Archeologo Portuguez*. Ser-lhe-á interessante vê-lo em qualquer biblioteca, não só para verificar a fidelidade da minha cópia, como para se inteirar do que, a respeito desta inscrição, pensam as doutas academias.

As duas primeiras linhas da gravura dão a transcrição do texto em caracteres ibéricos; as terceira e quarta, a sua transliteração em caracteres clássicos da escrita esdrina deixou de escrever, de conformidade com as regras apresentadas no precedente artigo.

As linhas lêem-se da direita para a esquerda, o que nem sempre sucede nas inscrições ibéricas.

A atenção do observador é despertada, logo ao primeiro exame, por certos sinais, bem evidentes, *que não são letras*, cuja significação só à custa de um grande esforço mental consegui encontrar. Esses sinais são em número de quatro; sendo o primeiro de forma diferente dos restantes. São puros hieróglifos, indicativos dos gestos, ou atitudes que deviam acompanhar a leitura, para a tornar mais expressiva.

O primeiro hieróglifo, de forma angular, representa a *ponta do pé*, indicando de desprezo; os outros, todos iguais, representam a *Arca da Aliança*, e indicam a atitude de reverência que os levitas tomavam ao acercarem-se deste sagrado depósito. A colocação do primeiro, junto ao nome de Akalel, e a dos três restantes, junto ao nome de Deus, justificam a decifração.

Eis a tradução do texto:

“Blasfemou – horror! – Akalel, chefe da tribo! – Ele ousou mandar dizer a Ossan – que o Senhor (*Jah*) rejeitava totalmente as propostas dos cireneus e dos ossanitas, - para se engrandecer quando o rebanho (dos crentes) da costa fosse aniquilado. – Senhor, desejam veementemente os anciãos, Senhor, Senhor, - que permitas seja julgado Akalel”.

como o leitor vê, esta inscrição pertence à classe daquelas que eram expostas no alto das colinas, aguardando uma resposta, que o vidente se encarregava de transmitir à comunidade.

No artigo seguinte, tomaremos conhecimento dessa resposta, e faremos a análise deste documento sob os seus aspectos político e religioso.

X

A primeira das inscrições da gravura, que, sob a rubrica (Fig. 3), é reprodução de um dos monumentos de Bensafrim, de que dei a tradução no artigo

anterior. Tem o grande merecimento de registrar o nome de *Ossonoba*, e de demonstrar, pela diferente ortografia que observa nas duas vezes que ali se encontra esta palavra, que, de facto, era *Ossan* o seu primitivo nome.

91AA0LX19A H0L 912A190H#0194474H0H
 : חל' ח' בני אחי בעשן'ב עי עי נתע' עשנב :
 A#77#7A7770A03A770A77#7A0 07M711A A37771X1#77#7A
 AXAXX17A1M
 עלא אשא נתן לך כפש' ען' לט'ר' יש'דא כף עד יך כעפי עדי כלל
 על' אך כאש ס' ש'בן ע'תש-ע'תש :

Figura 3

A leitura do texto não oferece dúvidas. A letra *Kheth*, que vai assinalada superiormente com um ponto, está gravada, na lápide, com dois traços horizontais e não com um só, como se vê no meu desenho: vê-se que o gravador a confundiu com o hieróglifo de reverencia (de que há três no texto), talvez em razão da proximidade do *yod* que se lhe segue, no qual julgou ver o símbolo do Nome divino. Também são dignos de nota dois pequeninos traços, que estão junto do *nun* final de *Ossan* e do *nun* inicial de *nov*, no fim do primeiro período: parece terem sido ali intencionalmente postos para indicarem que o primeiro é referido às letras antecedentes, e o segundo às subsequentes; isto é, que se trata de duas palavras distintas, e não de uma só, como no final do segundo período.

Repetirei a tradução: “Ó Deus, suaviza o cativo (lit. Alivia os grilhões) dos filhos e dos irmãos que estão (ou que temos) em Ossan Nova. A um montão de cinzas reduza o Senhor Ossanova”.

Entremos agora na análise da inscrição reproduzida no artigo anterior, ou seja o libelo acusatório dos anciãos da tribo contra o chefe *Akalel-nassi*, arguido de haver invocado falsamente o nome do Senhor, para recusar a aliança proposta pelos Cireneus e pelos Ossanitas.

A simples leitura do texto prova à saciedade, que uma tribo de Israel tinha assentado os seus arraiais na região compreendida entre Ourique e Bensafrim; que essa tribo continuava a ser regida pelo poder patriarcal, exercido por um príncipe (*nassi*) e por um conselho de anciãos

especialmente encarregado de administrar justiça, conforme a constituição outorgada por Moisés.

Ossan ou Ossanoba era uma cidade da costa, situada talvez onde hoje temos Portimão, cujos habitantes eram calebitas, como se deduz da cruel destruição de Bensafrim, levada a efeito como castigo da morte de um destes. Ódios profundos separavam, pois, a tribo israelita dos seus vizinhos da costa, quando estes, de mãos dadas com os judeus de Cirene, vieram propor uma aliança a Akalel.

Se o leitor quiser consultar a carta geográfica daquela região, verá que tal aliança só poderia aproveitar ao cireneus inimigos seculares de Cartago, para hostilizarem, pelo lado da terra, os estabelecimentos cartaginezes da costa atlântica, situados onde estão hoje Aljezur, Odeceixe e Odemira. É natural, por isso, que ao espirito patriótico de Akalel repugnasse tal projecto, cuja realização acarretaria para a tribo, e para toda a Ibérica, as justas represálias da poderosa Cartago, sem que da longínqua Cirene ou da isolada Ossan, da qual só tinha agravos, pudesse esperar protecção ou socorro. Assim ele não hesitou em profetizar, em sua consciência, que o Senhor rejeitava, por completo, o entendimento proposto.

Por outro lado, os anciãos da tribo, inspirando-se tão somente no sentimentalismo da religião e da raça, viram um insulto à Majestade divina na continuação de uma neutralidade favorável aos idólatras da costa ocidental, quando os crentes da meridional, em junção com os da África fronteira, propunham uma acção comum contra aqueles. Revoltaram-se, portanto; e vem agora solicitar do Altíssimo permissão para julgarem o seu príncipe, cujo character sagrado o punha a coberto das justiças ordinárias.

Acusam-no de blasfemo, nos precisos termos da Lei divina, contida em *Deuteronomio*, XVIII, 20. e aguardam a resposta do vidente, para se pronunciarem sobre a sorte do desgraçado príncipe, como se vê da segunda das inscrições acima reproduzidas, encontrada em Ourique e existente, ao que suponho, na Biblioteca de Évora, cuja tradução é esta:

“No alto, uma grande fogueira será preparada para ti, e uma estaca, respondeu o oráculo do Senhor (*Jah*): há disto bastantes testemunhas. Serás destruído como o mato, para todo o sempre; e consumir-se-á o holocausto só quando o brasido das silvas deixar de crepitar de todo (*lit.* Deixar de crepitar crepitando)”.

Esta inscrição foi escrita, como as demais, da direita para a esquerda. Nas entrelinhas indico as letras da raiz do Nome divino que o escriba deixou de traçar, e aquelas (*teth* e *samech*) que substituí por outras (*tav* e

shin), talvez por simples diferenças de ortografia, talvez por viciosa pronúncia. Demais, o leitor bem sabe como a gente de Efraim era dada a estas substituições, que a própria Bíblia registou em *Juízes*, XII, 6.

Nos caracteres ibéricos há a notar:

1º A quinta letra da primeira linha (*shin*) apresenta uma forma ligeiramente diferente da usual, que é semelhante ao A latino. Esta diferença não constitui, porém, uma variante *da letra*, mas sim uma diferente forma do aparelho que ela representava e foi descrito no VIII artigo: isto é, quando um dos troncos tinha uma bifurcação natural, aproveitavam esta para passar mais facilmente a corda do balde, dispensando assim a travessa horizontal, cuja colocação não era fácil.

2º A antepenúltima letra, da mesma linha, que represento pontuada, não está na lápide; mas submetendo-se facilmente. Desapareceu por efeito de uma fractura, que interessou, em parte, as duas letras seguintes, que, aliás, se lêem distintamente.

Agora, pelo que respeita a interpretação: - a frase que traduzo "respondeu o oráculo do Senhor", diz, textualmente, "respondeu a câmara de *Jah*". Era de dentro duma câmara, gruta ou oráculo (como a *Vulgata* e a *Revised Version* traduzem com frequência), que o vidente anunciava as respostas, em voz altissonante, a que talvez não fosse estranho o emprego do porta-voz.

Nota bem o leitor que eu não pretendo lançar, sobre os videntes de Israel, o labéu de impostores. Bem longe disso.

Estes homens, altamente respeitados por suas virtudes, sua avançada idade e vida exemplar, eram, por assim dizer, uma espécie de consultores espirituais, de indiscutível autoridade entre os seus. Falavam ou profetizavam, em nome de Deus, como podem falar, em nome de um soberano, os seus ministros mais fieis, os que melhor conhecem a sua vontade, as suas intenções. Eram, porém, homens, e, portanto, falíveis em seus juízos. Por isso, no conflito de opiniões que se estabeleceu entre a profecia de Akalel e a do vidente, só temos a deplorar que, de intenções igualmente nobres e justas, resultasse a iniquidade desta sentença.

Uma outra frase do texto carece de esclarecimento: "há disto bastantes testemunhas". A tradução literal seria "é isto a mão do testemunho", que daria à frase um certo colorido de falso hebraísmo. A palavra *caph*, aqui empregada significa, propriamente, "coisa côncava", e aplica-se figuradamente à *mão* e *palma da mão*, em razão da forma que damos a esta quando a oferecemos para receber de outrém pequenos objectos. Assim, "um punhado de testemunhas" seria a melhor tradução, se os dois substantivos pudessem razoavelmente conjugar-se.

A deposição e a morte de Akalel-nassi não podia deixar de produzir uma reacção intensa no espirito dos membros da tribo que mais particularmente apreciavam e veneravam o velho chefe. Para estes, a sua profecia continuava a ser, sem a menor dúvida, a expressão nítida da vontade divina; pois não importava, de maneira alguma, uma homenagem à idolatria cartaginesa, nem uma afronta à honra de Israel, como ousavam inculcar os partidários dos interesses de Cirene e de Ossonoba: ela tão somente traduzia o desejo de que se conservasse a paz na Península, a despeito das conveniências egoístas dos que se arvoravam em *tertius gaudet* do litígio armado, que entre si traziam Cartago e Roma.

Em breve a noticia destas dissensões intestinas teria chegado a Ossonoba, onde estacionava a esquadra de Tobias de trazer a sua gente de guerra, quanto possível, às proximidades de Ourique, onde, provavelmente, mais se acentuava a reacção contra a triunfante revolta.

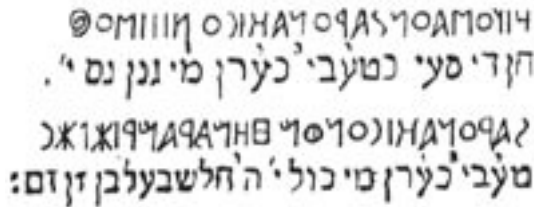


Figura 4

Tudo quanto deixo dito se deduz, sem esforço, do texto da primeira das duas inscrições acima reproduzidas (Fig. 4), a qual foi encontrada em São Miguel do Outeiro, junto a Almodovar, local onde se teriam concentrado os cabeças do movimento sedicioso. Ela diz: “Sejam bastante favoráveis os ventos da viagem, porque Tobias de Cirene é quem sustenta o estandarte do Senhor (*Jah*)”.

Os caracteres ibéricos desta inscrição não oferecem dúvida alguma, como a sua tradução a não oferece também. Há, porém, no final do texto, em seguida ao mesmo símbolo, no fim de outra inscrição do sul do país. A associação deste hieróglifo com o Nome divino, levou-me a concluir que ele é indicativo de uma atitude de reverência, do género daquela que já mencionei, representada por um grosseiro desenho da Arca de Aliança.

Como, para a justa interpretação de um hieróglifo, seja indispensável começar por descobrir qual fosse o objecto que se pretendeu representar, e, como tais objectos, são produtos da natureza, ou do trabalho humano, julguei ver na espiral de que se trata, uma representação do *caracol*.

Isto, quanto à forma; vejamos, agora, quanto à significação. É bem conhecida a atitude ordinária do pequeno molusco, elevando as antenas, com os olhos fitos no alto. E essa atitude, que, no homem, corresponderia à elevação das mãos a toda a extensão dos braços, com o olhar fito no céu, convém, perfeitamente, à expressão de suprema ansiedade, de salvadora esperança, com que o texto traduz o estado de alma de quem formulava a prece. Com efeito, a pronta chegada de Tobias de Cirene, decidiria – como realmente decidiu – em favor dos revoltosos, o conflito armado, que se esboçava entre os dois partidos da tribo.

Ora, todos os leitores da Bíblia conhecem o vocábulo *selah*, que muitas vezes ocorre nos *Salmos* e na *Oração de Habacuc*. Que esse vocábulo seja a interpretação de um antigo hieróglifo da escrita hierática, não é, para mim, duvidoso; mas recuso-me a concordar que ele tivesse, em algum tempo, um sentido musical.

A sua verdadeira significação já estava completamente perdida, quando David Kimchi, douto rabino de Narbonne, alvitrou, há bons seiscentos anos, a hipótese de ser, esse vocábulo, um derivado irregularmente formado da raiz שלל, e significar *elevação*; parecendo-lhe que o seu emprego, nos *salmos*, era uma advertência aos cantores do Templo, para elevarem a voz, nas passagens por ele assinaladas.

Como o leitor vê, se o símbolo com que termina a inscrição, de que estamos tratando, realmente representa o pequeno molusco, coincide com o *selah* dos *Salmos* e de *Habacuc*, quanto a significar *elevação*: resta-nos discutir se esta elevação era da voz, ou dos braços e do olhar. Opino, decididamente, pela minha interpretação; porquanto tanto nos *salmos* como em *Habacuc*, o *selah* ocorre sempre no final da frase, nos lugares que, na gramática hebraica, se dizem *em pausa*; o que não poderia acontecer se indicasse uma elevação da voz. Neste último caso, o *selah* seria *premonitório*, isto é, deveria anteceder a frase em que a elevação da voz houvesse de fazer-se sentir.

Além disso, já tivemos ocasião de ver que, na escrita mosaica, conquanto alfabética, se empregam ainda certos hieróglifos, indicativos dos gestos ou atitudes, com que o leitor devia acompanhar a leitura, para a tornar mais expressiva.

A segunda inscrição da Fig. 4 pode ser considerada o padrão da batalha, em que a questão, que dividia a tribo, ficou resolvida em favor dos revoltosos, auxiliados por Tobias de Cirene.

Da sua leitura se conclui que, assim como este chefe veio em socorro da facção que protegia a aliança com os ossanitas, assim Kelesbal, sufeta do mar, de Cartago, que se encontrava nos estabelecimentos cartagineses da costa ocidental, veio, pelo vale do Mira, em socorro dos partidários do malogrado Akalel, dos quais tomou o comendo. Pertenceu a vitória aos primeiros, e foi Tobias quem redigiu a inscrição, naquela forma interrogativa, tão característica da ironia hebraica: “A Tobias de Cirene quem protegeu? Foi o Senhor (*Jahveh*), ó Kelesbal, filho da aviltada de Zama”.

Também nesta inscrição, os caracteres ibéricos não oferecem dúvida alguma. É porém digna de especial menção a forma quadrilateral que o escrevente deu ao hieróglifo com que exprimiu o nome divino. Este novo símbolo (que aliás não empregou noutra inscrição de igual teor), é uma feliz alusão ao tetragrama e, por isso o traduzo por *Jahveh* e não por *Jah*.

Kelesbal é uma personagem histórica bem conhecida, mencionada na célebre inscrição cartaginesa descoberta em Marselha, em 1845, na qual se contém o Regulamento dos Sacrifícios, observados no Templo de Baal, da dita cidade (então *Massilia*).

Segundo a referida inscrição, este sufeta era filho de Bodtanith, filho de Bodashmun, e foi no seu tempo que pela primeira vez, se estabeleceu quais as ofertas devidas aos sacrificadores, por cada hóstia imolada.

Kelesbal não morreu na batalha, nem ficou prisioneiro de Tobias. Conseguir voltar aos seus arraiais; vindo a morrer mais tarde, em Castellon, como já tive ocasião de dizer.

XII

Tobias, vendo-se senhor da situação, e desejando congraçar os dois partidos, foi de grande humanidade para com os feridos e prisioneiros, na intenção de fazer esquecer antigos ódios, e especialmente os agravos recebidos do Ossonoba. Isto se deduz de duas outras inscrições encontradas em Ourique, cuja tradução textual é a seguinte — “Cadeia. Assim como Ossan foi cruel, assim a descendência é magnânima, tão generosa como forte”. — “Curral. Quem tratou dos abandonados e dos feridos? O filho de Nun cumpriu a resposta de Deus, como cumpre todas as respostas de Deus”.

Estas lápides, existentes no Museu de Évora, foram provavelmente colocadas nos lugares indicados pelas suas palavras iniciais, isto é, na *cadeia* onde estavam os prisioneiros, e no *curral* ou palheiro, onde tinham sido recolhidos os feridos. As palavras finais da segunda dão a entender haver sido consultado o *oráculo* sobre a sorte dos vencidos, e que a resposta lhes fora favorável.

Assim reconstituídos os acontecimentos mais de perto ligados à lendária batalha de Ourique, resta-nos fixar a época provável em que ela foi dada. Para isso nos socorreremos a esta outra inscrição (Fig. 5), encontrada por Estácio da Veiga em Bensafrim, e por ele reproduzida nas Antiquidades Archeologicas do Algarve.

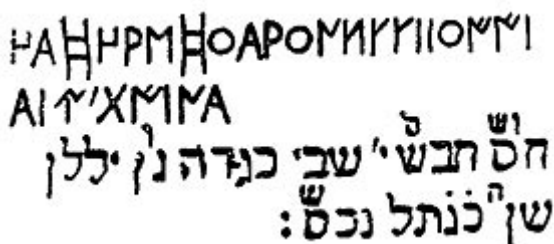


Figura 5

Esta inscrição, ao contrário das outras que temos estudado, está escrita da esquerda para a direita, o que é pouco frequente nas inscrições ibéricas do sul de Portugal. O lado onde começam as linhas, e aquele para onde estão voltadas as letras, não deixam dúvida alguma a tal respeito.

A transliteração, em caracteres quadrados, foi porém escrita da direita para a esquerda, por ser esta a direcção clássica da moderna escrita hebraica.

Há falta de uma letra no princípio do texto; mas essa falta em nada prejudica a leitura. Pelo que respeita aos caracteres ibéricos, nenhuma dúvida oferecem; estando notados, nas entrelinhas da transliteração os que o escrevente suprimiu, conforme o seu sistema de escrever, e os que substituiu por efeito do bem conhecido vício de pronúncia de Efraim.

Esta inscrição é sobremodo interessante, por estar datada do ano 70 (da era dos seleucidas), correspondente a 242 a. C. ; dando assim uma grande luz sobre a época da destruição de Bensafrim.

Vejamos a tradução: “Compadece-te, e cuida, Senhor, dos cativos; já que abandonaste a geração que os pranteia. Ano [70] em que levaram o nosso tesouro”.

É evidente terem sido escritas as palavras, desta tocante prece, pouco depois da incursão dos ossanitas, da qual resultou o incêndio de Bensafrim e o cativoiro dos seus mancebos.

Permita-me agora o leitor uma observação sobre a maneira por que a inscrição está datada.

Antigamente, os judeus designavam o ano, em que se havia dado qualquer acontecimento notável, por uma frase comemorativa desse acontecimento; exactamente como os nossos avós disseram “no ano em que entraram os franceses”, querendo referir-se a 1807. E assim datavam os seus documentos, assinalando com acentos particulares, os caracteres dessa frase cujo valor numérico era igual ao do mesmo ano, em relação à era adoptada.

Na inscrição, que estamos analisando, os caracteres assinalados são *Kaph*. e *nun*, escritos em forma de monograma, e separados dos caracteres seguintes por um pequeno traço, semelhante ao nosso acento agudo. E como os valores numéricos destas duas letras sejam respectivamente, 20 e 50, temos a soma, 70, correspondente àquele ano, segundo a era dos seleucidas, então seguida pelos israelitas, que só alguns séculos mais tarde adoptaram a era de Rabi Hillel, a que chamaram “cômputo da cidade de Leão”.

Este ano 70, correspondo ao 242 antes de Cristo, e último da primeira guerra púnica. Nele se encontravam as forças navais de Cartago combatendo nos mares da Sicília; estando as costas da Ibéria à mercê das esquadras de Cirene, que dominavam no Estreito, e aqui vinham hostilizar os estabelecimentos cartagineses. Era azado o momento para que a gente do Ossan tentasse um golpe de mão sobre as povoações pacíficas do Algarve, todas entregues ao amanhã das suas terras e ao trabalho das minas.

Por outro lado, uma das inscrições, que expus no capítulo precedente, chama ao vencido de Ourique, “filho da aviltada de Zama”, o que bem prova ser ainda recente a célebre batalha deste nome, que deu fim à segunda guerra púnica (202 a. C.), com nova destruição do poderio militar de Cartago.

A situação de Cirene e de Ossonoba era semelhante, agora, à que precedera e animara, quarenta anos antes, a tentativa desta última cidade contra os iberos do Algarve. A batalha de Ourique deu-se, portanto, cerca do ano 200 antes de Cristo.

O leitor recorda-se, talvez, de haver lido, em Alexandre Herculano, a impossibilidade, em que este grande historiador se encontrou, de identificar a personalidade do chefe sarraceno, vencido em Ourique, e que a lenda nos apresenta sob o nome de Esmar, ou Ismar. E recorda-se, provavelmente também, dos poderosos argumentos de que ele se serviu, para demonstrar que nenhum chefe árabe, de tal nome, existia ao tempo a que tal batalha é atribuída pela mesma lenda, a despeito da indocumentada afirmação da chamada *Chronica Gothorum*.

Não será possível que esse nome de *Ismar* se relacione, de alguma maneira, com o de Kelesbal? Estou bem persuadido de que não seria difícil, aos senhores filólogos, responder afirmativamente a esta pergunta: em primeiro lugar, por ser certo que os escritores latinos muitas vezes supri-

miam, nos nomes bárbaros, as guturais, que não tinham meio de representar com letras do seu alfabeto, — caso que se dá com a inicial de Kelesbal (*khetk*), que é a mais violenta das guturais hebraicas; e, em segundo lugar, por não ser menos certo que as letras B e L da última sílaba, são facilmente transmutáveis em M e R.

Não encerrarei estas ligeiras notas sobre a batalha de Ourique, sem dizer ao leitor que o nome desta povoação, Com quanto muito antigo, não é o primitivo.

Todos os leitores da Bíblia sabem que os hebreus tinham por habito substituir os nomes dos lugares, onde se davam acontecimentos notáveis, por novos nomes comemorativos desses acontecimentos. Ha disto abundantes exemplos nas Escrituras, e tantos, que não vale a pena mencionar algum.

Outro tanto aconteceu em Ourique. E desta mudança de nome nos chegou a noticia — quem poderia esperá-lo? — pela nota da *Chronica Gothorum*, que erradamente colocou a batalha no século XII da era vulgar.

Diz esta *Chronica*, copiando, sem dúvida, palavras de documento muito mais antigo, que a batalha foi dada *in loco dicitur aurich tunc cor serracenorum*, palavras que tem sido traduzidas “no lugar chamado Ourique, que era então o coração ou centro da civilização dos sarracenos”.

Não me parece que o *cor* latino tivesse tão lata significação. A verdadeira tradução daquelas palavras latinas é “no lugar que é chamado Ourique e então *era chamado* Cor dos sarracenos”.

Com efeito, *Cor* é palavra hebraica e significa, segundo Buxtorf, “o lugar onde se extraem e fundem os metais”; convindo assim, perfeitamente, este nome à região onde se sabe que os iberos exploravam, em grande escala, as riquezas mineiras.

Ourique, o novo nome, comemorativo da vitória de Tobias de Cirene, representa as palavras hebraicas Or-ik, **עֵרִיךְ** que significam: *O inimigo foi derrotado*. Este nome poderia igualmente convir a outros lugares, onde as armas ibéricas triunfassem das cartaginesas.

XIII

Na gravura, que inserimos no precedente artigo, apareceu um erro, que convém rectificar. Na transliteração da antepenúltima palavra em caracteres quadrados erradamente escrevemos **כנדה**, quando deveríamos ter escrito **כנוד**, que é o que realmente se encontra, nos caracteres ibéricos, como ao leitor não, será difícil verificar. Foi isto um simples *lapsus calami*, que nada influi na interpretação ou tradução.

E já que falei, em tradução, devo declarar que, neste estudo, me sirvo tão somente do *Lexicon hebraicum et chaldaicum* de J. Buxtorf, Basileia, 1655, e do pequeno, mas bem útil *Hebrew-English Lexicon* publicado por Samuel Baxter & Sons, de Londres. Se uma ou outra vez, dou a uma raiz significado diverso daquele que estas fontes indicam, só o faço quando a *Vulgata, a Revised Version* e a Bíblia francesa de Zadoc Khan, grande rabino de Paris, são, unânimes em lhe atribuir esse outro significado numa determinada passagem das Escrituras.

Voltemos, porém, ao nosso estudo, que estas declarações momentaneamente interromperam.

É muito notável a ausência, quase total, de inscrições funerárias, entre as inscrições ibéricas do sul do país. Apenas conheço quatro: duas de Ourique, uma de Monte do Guedelha (Armamar), e outra de Bensafrim; sendo as três primeiras de ímpios ou criminosos, e última de um indivíduo do cujo destino eterno a família tinha razões para duvidar. Isto demonstra quanto os antigos hebreus eram pouco dados à literatura necrológica e ao elogio dos seus mortos.

Alguns séculos mais tarde, isto é, durante a idade média (mas só depois do sexto século), essa espécie de literatura tomou, entre os judeus da Península, um aspecto inteiramente oposto, caracterizado pelo exagero com que os epitafios exaltavam a memória dos defuntos, e pela adulação e subserviência com que se referiam aos favorecidos da fortuna. Nesses epitafios, até os inimigos e os perseguidores foram objecto dos mais rasgados elogios, quando ricos e poderosos!

As duas inscrições funerárias de Ourique são de um laconismo feroz: são ambas do igual teor, o dizem simplesmente “Uma serpente estendida!”. A do Monte de Guedelha, Armamar, diz “Um, escarnecedor estendido”. Certamente assinalavam sepulturas de pessoas supliciadas.

Um dos epitafios de Ourique tem, ao lado, a invocação “Senhor de Israel”, representada pelo símbolo da Eternidade junto ao *pentalfa*, símbolo do povo escolhido.

A presença deste último símbolo numa inscrição ibérica é, só por si, suficiente prova de serem os iberos de origem hebraica.

Tanto o *pentalfa*, como “dois triângulos inversamente sobrepostos”, têm sido usados pelos hebreus, desde a mais alta antiguidade até aos nossos dias, como emblema do povo de Israel. Este símbolo também se generalizou, entre o povo do nosso país, desde os tempos mais remotos; sendo considerado como de eficaz protecção celeste para as crianças recém-nascidas. É provável que, primitivamente fosse usado como dis-

tintivo da origem étnica dos infantes; tendo-se tornado, no decorrer dos séculos, no supersticioso amuleto que todos conhecemos pelo nome de *sino saimão*.

Saimão, ou sãmân (*com samech*) é palavra hebraica que significa o *sinal*, equivalente, portanto, ao *signum* latino. Destas duas palavras derivou o signo *saimão*, cujo uso popular remonta ao período da migração de Israel para a Ibéria.

Há quem suponha que as palavras *sino-saimão* provêm do latim *signum Salomonis*, “sinal ou selo de Salomão”. É bem possível, pode até ter-se por provável, que a figura, gravada no anel do grande monarca, fosse o *duplo triângulo*; mas como explicar que essa figura se tornasse um objecto de uso tão geral, tão popular, na península, e entre os mouros do norte de África, se os povos do aquém e de além do Estreito fossem inteiramente estranhos à raça e à religião dos hebreus, e não houvessem recebido, de seus comuns antepassados, o conhecimento e o uso desse sinal ?

O simbolismo do *saimão* é, a meu ver, representativo das doze tribos, por ser uma figura geométrica cujo perímetro é formado por doze lados iguais, no caso dos dois triângulos inversamente sobrepostos; e por dez lados iguais, no caso do *pentalfa*, representando, neste último caso, as dez tribos de Israel, das quais procederam os primitivos iberos.

A quarta e última das inscrições funerárias, a que me estou referindo, foi encontrada por Estácio da Veiga, em Bensafrim. Diz, textualmente “Zabinel, descendente de Neko (*Nechao*) está aqui sepultado [*literalmente*, é o filho do sepulcro]. Na verdade, a sua alma envolveu-se em fraqueza. Alcançou misericórdia meu Infiel pai ?”

Nesta mesma inscrição, cujas letras, não oferecem qualquer dúvida, estão gravadas, à parte do texto, as palavras “cativo do Senhor”, que também podem ser lidas “é cativo do Senhor”, Serão estas palavras uma resposta do oráculo à pergunta formulada pelo filho piedoso, ou constituiriam como que uma entrelinha, para ser lida em seguida à palavra *Neko*? O lugar em que estas palavras se encontram, na lápide, pode prestar-se a qualquer destas hipóteses.

Julgo interessante referir-me ainda a cinco sepulturas (sem inscrições conhecidas) descritas por Estácio da Veiga, e que a tradição atribui a cinco chefes inimigos, mortos no campo de Ourique, onde foram encontradas. Estas sepulturas são notáveis em razão das suas extraordinárias dimensões e talvez daí viesse ideia de pertencerem a pessoas de elevada hierarquia. São de forma quadrada, medindo mais de dois metros de lado. Estácio da Veiga não pensou em explicar tão extraordinárias dimensões: calculou, porém, que a espessura das tábuas que formavam os caixões

deveria ser enorme, pois ali encontrou pregos de bronze, de mais de 20 centímetros de comprimento, com a ponta voltada em ângulo recto.

Faço referência a estas sepulturas por elas lançarem alguma luz sobre a religião e os costumes de quem as fez, e darem bastante prova de procederem de gente hebraica.

Em primeiro lugar, a forma quadrada é imprópria de sepulturas humanas, e todas as sepulturas, antigas o modernas, pouco excedem, em comprimento e largura, as dimensões do corpo ali encerrado. Em segundo lugar, não se compreende que pudesse formar-se um caixão quadrado, com tábuas ou verdadeiras vigas de 20 centímetros de espessura, sem que resultasse uma enorme fábrica, dificilmente transportável. A religião, porém, e os costumes dos hebreus, explicam estes dois casos, aparentemente inexplicáveis.

A forma mais antiga da cruz era a aspa, ou cruz de Santo André, que se apoiava no terreno pelas extremidades de dois dos seus ramos: isto é, tinha a forma da letra *tav* do alfabeto dos escribas de Bensafrim. Só mais tarde os latinos adoptaram, para a cruz, a forma do *tau* grego.

A repugnância dos hebreus em tocarem os cadáveres humanos, e principalmente os dos idólatras, levava-os ao extremo de não os descravarem do instrumento do suplício, enterrando a cruz com o crucificado. É o caso de Ourique: Os pregos de palmo, não foram empregados para unir, entre si, tábuas de caixões, mas sim, para unir as duas traves que formavam as cruces, ou talvez, para fixar a estas os pés e as mãos das vítimas.

Considerando quanto Tobias de Cirene foi benévolo para com os feridos, e prisioneiros do partido de Akalel-nassi, é de presumir que os cinco crucificados fossem cartagineses, das tropas vindas de Porto de Anibal, sob o comando de Kelesbal.

XIV

A influência literária da escola de Bensafrim estendia-se muito para além do rio Ana, como é atestado por várias inscrições da Bética, cujos caracteres pouco ou nada diferem dos do sul de Portugal.

Darei, para exemplo, a grande inscrição de Alcalá del Rio, reproduzida por Estácio da Veiga.


Os caracteres desta inscrição só diferem dos de Bensafrim em haver-se dado ao *ain* (que nestas últimas é representado por duas linhas, formando ângulo agudo, com a abertura para baixo), a forma de um triângulo isósceles. cujo lado menor lhe serve de base isto é, conservou-se a forma de Bensafrim, mas uniram-se, por uma linha recta, as suas extremidades inferiores. Daqui resultou que as doudas academias — ávidas de encontrar

semelhanças entre os antigos caracteres ibéricos e os dos alfabetos mais modernos — terão tomado por um *delta* a letra que, nas inscrições do sul do nosso país, se lhes afigura ser um *lambda*.

As formas do *ain* e do *shin* de Bensafrim, cuja ambiguidade pode ser comparada à do *n* e do *u* do nosso actual cursivo, davam ocasião a serem estas letras tomadas, frequentemente uma pela outra, quando na gravadores ignoravam a arte da leitura.

Este minha asserção é suficientemente provada por algumas inscrições do sul de Portugal, de que existem dois exemplares do igual teor. Com efeito, nota-se, nesses textos duplicados, que a duplicação foi aconselhada pela necessidade de ressaltar erros produzidos pelo defeituoso emprego de *shin* em lugar de *ain*, e *vice-versa*. A inscrição a que me referi no meu XI artigo e que começa “A Tobias de Cirene quem protegeu?” é uma indiscutível prova do que avanço.

Se o leitor destes artigos tiver ocasião de confrontar os dois textos daquela inscrição, convencer-se-á, sem dúvida, da minha verdade.

Quanto à representação hieroglífica, a forma triangular não ficou diferindo da angular: tanto aquela, como esta, representam a articulação inicial da raiz , que significa *desnudar* ou *descobrir a pele*, da qual é derivado o nome (*tahâr*) do instrumento primitivamente usado para rapar a barba. Esse instrumento teria então como ainda hoje tem, na China, a forma de uma *colher de pedreiro*, que qualquer dos referidos hieróglifos proximamente reproduz.

É certo que, nas pinturas e baixo-relevos egípcios se não encontrou ainda (como afirma o Dr. Eadie na sua *Biblical Cyclopaedia*, o desenho daquele antigo instrumento; mas somos levados a crer que era semelhante ao da forma chinesa, pelo *simile* de que se serviu o Salmista no *Salmo* LII, 2 (*Vulgata* LI, 4); visto que a língua humana tem uma forma análoga.

Voltando, porém, à inscrição de Alcalá. O texto está escrito da esquerda para a direita, numa linha que segue a periferia quase circular da lápide, excepto as últimas palavras, que foram escritas da direita para a esquerda, no interior daquela linha. O lado, para onde as letras estão voltadas, não deixa dúvida alguma a tal respeito. O hieróglifo de *reverência* aparece nesta inscrição, como nas do sul de Portugal.

Darei, agora, a tradução do texto: “Voltou o cativo e humilhado Jokaniel. Foi restituído o filho de um pai amantíssimo [*hebraico*, ben ab kase-suqoth], depois de dois anos de ausência. O Senhor (*Jah*), que calcou aos pés o cruel flagelo e lhe deu a paga, restabeleça o enfermo e desalentado filho”.

Talvez por eventual omissão, estranha à vontade, do amanuense, o emblema da Eternidade, que, nesta escrita hierática, substitui *as três letras*

com que se escreve o Nome divino (*yod, he, vav*) não apresenta os traços interiores, característicos das duas últimas.

E visto que tornei a referir-me às *três letras*, de que já largamente me ocupei, seja-me permitido consignar aqui mais um argumento em favor da hipótese, que formulei, de se dever ao sábio Esdras a introdução delas na escrita dos hebreus, permitindo assim a transformação da escrita radical, mosaica, na escrita fonética, por ele empregada na transcrição dos livros da Lei.

Filon de Biblos, célebre filósofo de origem judaica o contemporâneo de Jesus Cristo, deixou, entre as suas obras, interessantes fragmentos da *Cosmogonia e Teologia fenícia*, que Sanconiathon, escritor fenício, escrevera em tempos mais antigos, e que ele, Filon, afirma haver traduzido para a língua grega.

Críticos modernos opinam, porém, que o autor da obra não foi Sanconiathon, mas o próprio Filon, o qual, por motivos que se desconhecem e a que não seria talvez estranho o desejo de lhe atribuir maior antiguidade, teve conveniência em ocultar o verdadeiro nome do autor.

Na sua versão, ou suposta versão, diz Filon que Sanconiathon estudara cuidadosamente os obras do turano-semite Taaud, “que foi o maior dos homens, por haver inventado as letras e escrito a história”, e que este Taaud teve por sucessores, e aperfeiçoadores dos seus conhecimentos, eminentes sábios, entre os quais menciona “*I’siris, o acrescentador das três letras*”.

Estas palavras justificam as seguintes conclusões:

1. ^a Haver três letras, no alfabeto hebraico, de invenção posterior, às dezanove primitivas;

2. ^a Ser considerado o acrescentamento dessas três letras — pelo menos no século de Augusto — como um aperfeiçoamento tão importante, da arte de escrever, que o nome do inventor era celebrado como o de um benemérito da ciência, a par do de Taaud;

3. ^a Que o *I’siris* de Filon é, provavelmente, uma corrupção do nome de *Ezra*, que nós dizemos Esdras, por seguirmos a ortografia grega dos *setenta*, e que Filon terá talvez modificado, para lhe dar uma aparência mais bárbara, ou mais antiquada.

XV

A outra inscrição ibérica, de além do Ana, cujos caracteres em pouco diferem dos da escola de Bensafrim, desejo referir-me. É a da célebre tábula da bronze de Luzaga, que Estácio da Veiga reproduz, igualmente, nas *Antiquidades Archeologicas do Algarve*, e consta de oito linhas gravadas a punção, compreendendo, ao todo, cento e vinte três letras.

Apesar de não estar datada, esta inscrição parece ser muito mais moderna do que as lapidares a que me tenho referido: em primeiro lugar, por haver sido traçada numa chapa metálica denunciadora de influência romana, e, em segundo lugar, pelo facto de ser ali representada a letra *tav* não por uma cruz, como em todas as outras inscrições ibéricas, mas por uma *folha de palmeira* (*hebraico, tamar*) reservando-se a cruz para representar o *teth*.

Esta inovação, certamente intencional, parece haver sido feita com o propósito de tirar àquela letra a aparência do símbolo cristão, por supersticioso escrúpulo de homens de outra fé, ou de homens da mesma fé a quem repugnasse o uso da cruz.

O texto da inscrição lança alguma luz sobre este interessantíssimo caso, como adiante teremos ocasião de ver. Antes, porém, de apresentar a tradução desse texto, desejo solicitar atenção do leitor para os seguintes pontos.

A escrita original dos hebreus, trazida para a Península pela migração de Israel, foi conservada, aqui, pelas academias dos escribas, como escrita hierática (e não digo *litúrgica*, por não haver liturgia entre os iberos), pelo espaço de muitos séculos, em que, provavelmente, ficaram abrangidos os primeiros da era cristã.

Os cronistas e os profetas inspirados de Judá e Benjamim consignaram, em seus escritos, a história e as aspirações espirituais das duas tribos, mas mantiveram num completo silêncio sobre o destino da parte das outras dez tribos que, tendo abandonado o país de Canã, se conservara fiel à Lei de Moisés, nas terras escolhidas para seu voluntário exílio.

Sob o nome de *Efraim* há, nos livros proféticos, várias referências às dez tribos de Israel, consideradas, em conjunto, como continuadoras da impiedade de Jeroboão; mas o nome de *Efraim* é-lhes dado apenas pelo facto de haver aquela tribo exercido a hegemonia de todas as que constituíam o reino separado da coroa do Salomão. Nós tratamos, porém, no nosso estudo, da gente de Efraim e Manassés que, não se havendo submetido à idolatria e à política dos seus compatriotas, veio fundar, num país longínquo, uma Nova Canã, onde permaneceu fiel à Lei e às Esperanças do povo escolhido. E foi neste estado de fidelidade, que veio encontrá-la, vinda do Oriente, a boa nova do Evangelho. Tratamos daquele “ramo fértil de José”, que, “passando por cima do muro”, veio frutificar cá fora, a despeito de todas as perseguições, e assim recebeu as bênçãos do Eterno; tratamos, enfim, daquele Efraim em quem se cumpriu a palavra do Jacob, quando, referindo-se ao mais novo dos filhos de José, profetizou que ele seria o maior dos dois, “e que a sua posteridade formaria muitas nações.” Sim, é desse

Efraim, origem da grande família ibérica, que é preciso que alguém fale, nestes tempos em que, por toda a parte, se apregoa a palavra *Latinidade!*

Nada sabemos, de positivo, sobre o modo por que se operou a primitiva cristianização da Península; mas sabemos que as condições espirituais da parte de Israel, aqui residente, diferiam, essencialmente, das condições espirituais de Judá e de Benjamin, e muito mais ainda das da Grécia e de Roma. É justificada, portanto, a conjectura de que a cristianização da Península se terá operado por modo diferente da dos hebreus da Palestina e da dos povos pagãos.

O Dr. Edersheim, no seu livro *The Temple, Its Ministry & Services* chama a atenção dos leitores (capítulo VIII) para o facto, que qualifica de interessante e importante, de não conter, a instituição original da lei do Moisés, menção alguma de oração pública; bem assim, de que alguns exemplos mais recentes, como a oração de Ana, ou de Salomão na dedicação do Templo, não fornecem indicação alguma ou precedente, pelo que respeita a culto ou serviço público. E acrescenta que outro tanto não aconteceu *depois do regresso de Babilónia*, desde quando, graças à instituição e disseminação das sinagogas — criadas para o duplo fim de Moisés ser lido todos os sábados, e de se fazer oração em comum — a prática do culto público em breve no tornou geral.

O Dr. Edersheim disse uma grande verdade, mas não a exprimiu nos devidos termos. Foi, sim, depois do regresso de Babilónia que tais factos se deram; a causa, porém, que os determinou foi outra: foi tão somente, o haver Esdras transcrito a Lei na forma fonética. Sem essa transcrição, nem Moisés poderia ser lido, nem o culto, nem serviços públicos teriam sido estabelecidos.

Assim vemos — e as inscrições ibéricas o atestam, na sistemática ausência das *três letras* — que os hebreus da Península, desconhecendo os escritos históricos o proféticos, o culto e a oração públicos, a instituição rabínica e os estudos teológicos que dela derivaram, constituíam, sob o ponto de vista religioso, uma comunidade muito diferente — inteiramente à parte — dos seus irmãos de Judá.

Eles desconheciam, igualmente, as divisões e ódios das seitas e partidos, assim como as questões de ordem filosófica e política que eram, na Judeia, naturais produtos do seu estado social. Aqui, na Península, constituíam pequenas repúblicas, governadas pelos eleitos do povo; confiando da prudência dos anciãos a solução de todos os problemas de interesse geral, e limitando as suas práticas religiosas (como diz Estrabão, dos celtiberos) à “adoração de um Deus sem nome, *Ignotus Deus*, em cuja honra dançavam nas noites de plenilúnio”, talvez em comemoração festiva da saída do Egipto.

Observantes, pois, de um judaísmo, por assim dizer, primitivo, — sem Templo, sacerdócio e sacrifícios — compreende-se que a notícia da vinda do Libertador prometido, lhes chegasse por via dos judeus de Alexandria, entre os quais tinham curso ideias muito contraditórias sobre a personalidade de Jesus, só quando tais ideias tomaram maior vulto, sob a direcção e propaganda de Arius. E igualmente se compreende como, em razão do desconhecimento dos livros históricos e proféticos, o arianismo fosse aqui rapidamente aceito, visto não se apresentar sob a forma de uma nova doutrina, como em Roma ou na Grécia, mas como a realização de uma esperança, acalentada pelo povo durante largos séculos, sem quebra aparente da Unidade divina.

Que o arianismo se propagou rapidamente na Península, sob o poder visigótico, não oferece dúvida, conto a não oferece a existência da forte controvérsia, estabelecida entre as nascentes igrejas romana e ariana — mesmo depois que o advento de Constantino e as decisões de Niceia resolveram o conflito em favor da primeira, pelo menos, teoricamente.

Ora, a inscrição de Luzaga, parece ser documento de um curioso episódio dessa grande luta.

Na próximo artigo apresentarei a tradução do interessante texto, acompanhado de uma gravura elucidativa, para melhor inteligência dos leitores que conhecem a língua hebraica.

XVI

As duas primeiras linhas da gravura (Fig. 6) contém as letras do moderno hebreu e os correspondentes caracteres empregados na inscrição ibérica de Luzaga.

Alguns destes caracteres são iguais aos da escola de Bensafrim, dos quais diferem os restantes, por representarem as articulações iniciais de palavras também diferentes. Por exemplo: a primeira letra do alfabeto de Bensafrim representa a articulação inicial do nome אָבָה, que significa a *cana do trigo*; no alfabeto de Luzaga, a mesma letra representa a articulação inicial do nome אָבָה, que significa *arma aguçada*, aqui figurada pela ponta de uma seta ou lança.

Pacientemente consegui estabelecer a lista completa destas ingénuas representações gráficas, em relação aos dois alfabetos de Bensafrim e Luzaga; mas dispense-me de reproduzi-la aqui, por isso não interessar, nem à leitura, nem à tradução.

Das letras do Nome divino, só duas, *ke e yod*, aparecem no alfabeto de Luzaga, do qual foi eliminado o *vav*, definitivamente. Tanto uma como

outra, são substituídas pelo hieróglifo da Eternidade: com um ponto ao centro, no caso de *he*; e cortado, inferiormente, por um traço vertical, no caso de *yod*.

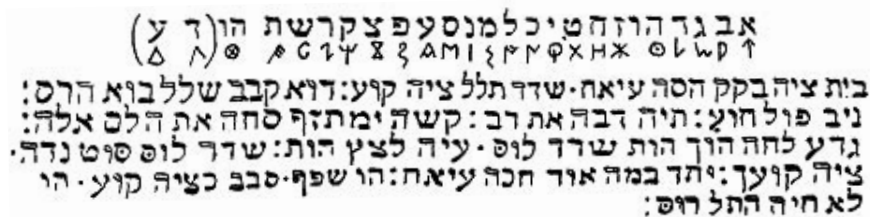


Figura 6

Adiante do alfabeto, e também nas duas primeiras linhas, vê-se a maneira de representar *ke* e *vav*, quando estas duas letras de Raiz sagrada se seguem uma à outra, a despeito das apertadas regras, adoptadas para evitar tal sequência: era ainda o hieróglifo da Eternidade, cruzado por dois diâmetros, que as representava. E ainda adiante, entre parênteses, indicam-se as variantes de *daleth* e *ain*, que nesta inscrição ocorrem: a de *daleth* consiste na inversão da mesma letra; a de *ain*, na substituição do pequeno ângulo inferior, por uma pequena curva.

Entendi poder dispensar-me de reproduzir o texto, em caracteres ibéricos, porque tal reprodução em nada adiantaria o nosso estudo; limitando-me a transcrevê-lo nos caracteres clássicos do moderno hebraico, ou seja nos que foram adoptados por Esdras.

Nessa transcrição, as letras *negras* são as do próprio texto, e as *vazias*, isto é, as que apenas vão indicadas pelo contorno, são as que o escriba deixou de escrever, de harmonia com as *regras de escrita* da sua escola, as quais consegui descobrir, como descobri as de Bensafrim, o são as seguintes:

1. ^a Supressão do *vav*, em todas as raízes *ain-vav*: o que importa a supressão absoluta desta letra, por não haver raízes em que ela seja inicial ou final.
2. ^a Supressão de *he*, nas raízes *pe-he* e *lamed-he*.
3. ^a Substituição de *vav*, por *yod*, nas raízes *lamed-he*, quando sejam cumulativamente *ain-vav*.
4. ^a Substituição de *he*, por *aleph*, nas raízes *lamed-h*, quando se dá o mesmo caso.
5. ^a Supressão de *yod*, nas raízes *pe-yod*.

6.ª Supressão da última radical, nas raízes *ain duplo*, excepto nas que forem, cumulativamente, *pe yod*.

Estas regras, admiravelmente organizadas, tinham por objectivo: 1.º evitar que alguma raiz tivesse por inicial, média, ou final, a inicial, média, ou final da Raiz sagrada; 2.º, que alguma raiz tivesse por inicial, ou final, a inicial ou final do Nome divino; 3.º, que alguma raiz fosse expressa por uma só letra.

Quando, a despeito destas regras, e em casos muito excepcionais (como, por exemplo, o da interjeição *ho*), a sequência de duas letras do Nome divino era inevitável, substituíam-se essas letras pelo hieróglifo da Eternidade, convenientemente assinalado, como se vê, nas primeiras linhas da gravura, para a associação de *he* e *vav*.

A escrita corre, em todas as linhas do documento, da esquerda para a direita, sem intervalo algum entre as raízes, e apenas dividida em frases separadas por pontos; sendo aqui representada na direcção contrária, e com intervalos entre as raízes, por ser esta a maneira de escrever o moderno hebraico.

Conquanto as letras servis fossem sistematicamente evitadas, nas escritas radicais ou quase-hieroglíficas, duas vezes ocorre *kaph*, neste texto, em função servil: uma vez como prefixo e outra vez como sufixo. Noto estes dois casos, na tradução, escrevendo em itálico as expressões assim modificadas.

Uma vez ocorre *ain* por *tsadê*, talvez reminiscência do chamado *uso caldaico*; e várias vezes vem *samech* por *shin*, em razão do conhecido vício da pronúncia efraimita; o primeiro caso vai notado com a *khirik* e os últimos com o *daquesh* dos rabinos.

Finalmente, para nada omitir, acrescentarei ainda, que na primeira linha do texto, entre as suas oitava e nona letras, obliterou o gravador uma letra (*um zain*), que erradamente gravara.

Passemos agora à tradução:

“Esta casa [ou este templo] manda desabitar e reduzir ao silêncio Ayak. Que seja tomada e demolida, ordenou o bispo (בִּישׁוֹפּוּס), conspurcada, amaldiçoada, saqueada, profanada, lavrada, semeada de favas, cercada de sebes.

Seja marcado o impostor com *daleth beth*. O impudente Imatzef seja excomungado com açoites e execrações; rasgada a boca que proferiu aleives: destruído o leão perverso, escarnekedor e aleivoso; destruído o leão objecto e imundo.

Manda o teu bispo cravar no altar um tição aceso, à espera de Ayak.

Ó serpente! estás cercada, como mandou o bispo. Oh! não tornarás a enganar a pobreza!”.

Justificarei, em primeiro lugar, o emprego, que faço, da palavra *bispo*, para traduzir *koak*, termo que é, sem dúvida, um neologismo, quando tomado na restrita acepção eclesiástica, que eu lhe dou.

Este termo só uma vez aparece na Bíblia, em Ezequiel, XXIII, 23, onde nunca poderia ter semelhante significação.

Esta passagem do profeta é assim traduzida, nas versões protestantes (*Revised Version*, Bíblia dos Reformados franceses, etc.): “Trarei contra ti [...] os babilônios e todos os caldeus, *Pekod*, *Shoak*, e *Koah*, e todos os assírios com eles, etc.”. Sigo aqui a versão huguenote, que quase não difere da inglesa; mas, o ponto que desejo frisar, por ser o que interessa ao nosso estudo, é que as três palavras citadas, evidentemente eram referidas a altos cargos políticos, ou militares, da Caldeia.

Os tradutores protestantes, talvez por encontrarem dificuldade em verter para os seus idiomas, com toda a propriedade, aquelas palavras do original, limitar-se-iam a transcrevê-las, sem tentar traduzi-las, exactamente como nós fazemos hoje, em relação aos altos dignatários turcos, quando escrevemos *bey*s, *effendis* e *pachás*.

Alguns, porém, movidos pelo desejo de explicar, por alguma forma, aquelas três palavras, querem atribuir-lhes um sentido geográfico e indicam, à margem, Jeremias, L, 21, para abonar a primeira; deixando, as duas restantes, sem referência alguma.

Ora, é certo que a palavra, ali usada por Jeremias, era um nome simbólico da Caldeia derivado da raiz פקד, que significa *visitar*, *inquirir*, *castigar*, *examinar*, *tomar contas*, etc.; mas dessa mesma raiz, são igualmente derivadas muitas outras palavras, de que os escritores da Bíblia se serviram, na sua linguagem fonética, como significando variadíssimos cargos e funções públicas.

O próprio Jeremias (XXXVII, 13) dá, a um desses derivados, o significado de *capitão das guardas*; (II Reis, XXV, 19) o de *comandante de gente de guerra*; (Nehemias, XI, 22) o de *prefeito* ou *chefe dos levitas*, etc.

Releve-me o leitor a extensão que estou dando a esta justificação, que ainda se prolongará pelo artigo seguinte. Faço-o, porque preciso provar que as minhas afirmações, a respeito da Família ibérica, têm melhor fundamento que certas historietas da Atlântida.

XVII

Jerónimo, ao escrever a sua tradução *vulgata*, procedeu diferentemente; vertendo aquelas três palavras de Ezequiel por *nobiles*, *tyrannosque* e *et principes* (nobres, dominadores e príncipes), visto que, no tempo do pro-

feta, nem ainda a palavra *tirano* era tomada, exclusivamente, na acepção pejorativa que mais tarde lhe foi atribuída, em razão dos abusos de poder praticados pelos grandes senhores, nem ainda a palavra *príncipe* marcava uma situação subalterna, em relação ao imperante, mas conservava o primitivo sentido de *primeiro* e *principal*.

A etimologia das três palavras sobejamente o atesta: da primeira, *pekod*, já dei a significação no artigo anterior a da segunda, *shoah*, significa, *falar alto, gritar, vociferar*, donde *comando, ordem, alarido*; da terceira, isto é, de *koah*, não se conhece a etimologia segundo afirmam os filólogos, mas creio que não será grande heresia filia-la na raiz prevista, כּוּחַ , *conquistar em batalha*, de que derivam *força, vigor e poder*, levando-se à conta de mera variante ortográfica a substituição do *kaph* inicial por *kuph*, e a da gutural final *kheth*, pela gutural *ain*. E assim me parece justificada a versão de Jerónimo, referida, como é, ao tempo em que vivia Ezequiel.

No IV século da era vulgar, em consequência da divisão territorial do Império do Ocidente em catorze dioceses, à frente de cada uma das quais estava um *episcopus*, supremo magistrado civil, com autoridade análoga àquela de que desfrutavam os antigos procônsules, nas províncias do Império Romano, o título *koah* convinha, perfeitamente, na linguagem dos Iberos, tanto da Península como do Norte de África, ao magistrado que desempenhava esse cargo na diocese Hispânica, a qual abrangia toda a Espanha e a Mauritânia Tingitana.

Extinto o domínio romano, que aliás respeitara a autonomia constitucional das pequenas repúblicas ou cidades livres da Ibéria, passaram as palavras *diocese* e *bispo* para a economia da Igreja ariana, então dominante nos mesmos territórios de aquém e além do Estreito, conquanto essas palavras não correspondessem, exactamente, à mesma área, nem às mesmas funções: a *diocese* abrangia agora um território muito mais limitado, onde o *bispo*, exercia espiritual jurisdição, sem que, por isso, deixasse de convir-lhe o título de *Koah*.

Ora, o documento de Luzaga é, evidentemente, a sentença de uma autoridade eclesiástica, proferida contra um sacerdote ou ministro da sua igreja ou religião, por este se haver bandeado para outra religião ou para outra igreja, que a referida autoridade considerava herética.

Tudo isto se deduz, sem esforço, da leitura do documento, assim como se deduz que Ayak — o encarregado de executar a sentença, em quem me parece ver um agente do poder civil — também professava a religião, que a defeção de Imatzef tão gravemente ofendera; pois são dele as últimas frases: “Ó serpente, estás cercada, etc. ”

O facto da sentença ser promulgada na língua hebraica, e ser também hebreu o seu executor só pode explicar-se admitindo que a doutrina ariana fora geralmente aceita pelos iberos, que a não consideravam incompatível com a Lei de Moisés, mas antes seu natural complemento.

Com efeito, a concepção ariana da personalidade de Jesus, de quem negavam a divindade, era a do “Homem essencialmente perfeito”, a quem o Altíssimo incumbira a missão de ensinar ao mundo o cumprimento da Lei pela prática da oração e do Amor do próximo. Esta concepção perfeitamente se harmonizava com a ingenuidade do espírito israelita peninsular, confiadamente expectante no advento de um novo Josué, que seria o condutor do Povo de Deus para a Canã celeste, como o seu homónimo o fora para a Canã terrena. Assim, o mosaicismo ibero, longe de ver oposição ou antagonismo na nova doutrina, mais ou menos confusamente transmitida, só viu nela a realização das suas latentes esperanças. E digo *latentes* porque, até então, nenhuma manifestação externa — de adoração, culto ou acção de graças — se havia produzido entre a *gente mosaica* das Espanhas, privada, como estava de todo o acesso ao trono da Majestade divina, sem a intervenção dos seus videntes ou profetas.

É ainda confirmado o meu modo de ver, pelo facto de haver, no templo de Imatzef, *um altar*, onde o superior eclesiástico manda cravar um tição aceso — símbolo da sua autoridade em exercício — até à chegada de Ayak. Esse altar não era Consagrado a ídolos do paganismo grego, romano, fenício ou cartaginês, então vulgares entre os *estrangeiros* estabelecidos na Península, porque a existência do ídolo, se ali o houvesse, não deixaria de ser mencionada na sentença, visto constituir a mais grave ofensa à Majestade do Altíssimo, e o maior encargo às responsabilidades do Imatzef.

Quando, nas instalações ibéricas, que tenho lido, se alude a templos dessas falsas divindades, nunca esquece aos escribas a menção do *ephod*, nome genérico com que designam todos os ídolos, cujos nomes próprios se abstinham de escrever, pelos terem em particular horror.

Aquele altar, sem ídolo, só podia pertencer à Igreja latina, que ainda, nessa época, não havia introduzido no seu culto o uso das imagens. Não o tinham os arianos, por não pretenderem repetir diariamente a morte de Jesus, pela celebração do *sacrifício da missa*.

Por todos os argumentos, que acima deixo escritos, tinha eu por suficientemente justificada a tradução de *koah* por *bispo*, quando me ocorreu que, em dificuldade semelhante, se deveria ter encontrado o sábio hebraizante, Dr. Franz Delitzsch, ao traduzir para a língua hebraica o *Novo Testamento*. Apressei-me a ver como ele resolvera o problema, na versão de Filipenses, I Timóteo, Tito e I Pedro, onde essa palavra aparece, e com

verdadeiro júbilo reconheci haver-se também servido *de uma das três palavras de Ezequiel*, isto é, da primeira, *pekod*. Se não achei, pois, a confirmação plena do minha tradução, também não achei motivo para a modificar.

O Dr. Delitzsch não atendeu a que a ordem das três palavras do Ezequiel é necessariamente ascendente, e que, portanto, à dignidade episcopal — que era a mais elevada nas primitivas igrejas cristãs — só poderia convir a última, *koah*. Mas como se ignora a sua etimologia, deixou-se influenciar, talvez, pelos significados da raiz פקד, que realmente envolvem a ideia de *superintendência*, ideia aliás comum a todos os cargos e dignidades, em relação aos cargos e dignidades inferiores.

Também o cargo que José exercia, no Egipto é designado, na Bíblia, pela mesma palavra que o Dr. Delitzsch aplicou aos bispos cristãos, e nem por isso deixara de haver, no reino, alguém superior a José: superioridade de que o próprio Faraó não abdicara, pois que disse ao seu servo — “Eu só terei sobre ti a preeminência do trono”.

Era esta preeminência do trono, inerente ao *primeiro* e principal, que ao bispo, talvez de Siguenza, a cuja diocese Luzaga pertencia, assegurava o título de *koah*, na linguagem litúrgica do meio *moçárabe*, ou *ariano*.

E peço ao leitor se não antecipe a acusar-me de *anacronismo*, por lhe apresentar estas duas palavras como equivalentes, em referência a uma época anterior de alguns séculos à *famosa história da invasão muçulmana*.

XVIII

As palavras, com que fechei o artigo precedente, devem ter levantado, no espírito do leitor, a suspeita de que eu pretenda pôr em dúvida o facto da invasão muçulmana do VIII século, facto que o leitor considera historicamente averiguado.

Não é bem assim. Aquelas palavras visaram principalmente, e antes de tudo, a provocar a demonstração de que as palavras *Igreja ariana* e *Igreja moçárabe* têm sentido equivalente, como o têm, em nossos dias, por exemplo, as palavras *Igreja metodista* e *Igreja wesleyana*: as primeiras, referidas à disciplina; as últimas, ao fundador dessa Igreja.

Compreende-se que os hebreus da Ibéria, recebendo as boas novas da Salvação, por intermédio dos discípulos de Arius, realizassem, na Península, em princípios do IV século da era vulgar, um intenso movimento religioso, análogo ao que se produzira, na Judeia, pela criação e disseminação das sinagogas, depois do regresso de Babilónia. E assim terão sido criados, naturalmente, vários centros de evangelização e oração pública, onde os conhecimentos da nova doutrina fossem ministrados.

Essa nova doutrina teria, certamente, como todas as doutrinas religiosas, um nome, um título, que ao mesmo tempo, lhe servisse de programa. Ora, as palavras hebraicas *môsha hárábba* (ou, em boca efraimita, *môssa hárábba*) acomodavam-se, admiravelmente, àquele título, àquele programa, por significarem *Salvação ampla, Salvação plena*, isto é, aquela

Salvation full, at highest cost
He offers free to all, [...]. "

de que nos fala o sugestivo hino, que todos conhecemos.

Dessas palavras terá derivado o nome denominativo *môsha-hárávi* ou seja o *crente*, o *seguidor* da doutrina da Salvação, o *salvacionista*, como hoje dizemos de outros crentes, igualmente sinceros e fervorosos.

Acresce ainda a estas probabilidades, tão simples e tão naturais, que, tanto *môsha hárábba* como *môsha-hárávi*, envolvem um sentido misterioso e cabalístico, por ser *môsha*, um derivado da raiz **ישע** da qual são também derivados os nomes de *Josué* e de *Jesus*.

A designação de ariana referida, como já disse, ao nome do fundador desta Igreja, era-lhe dada, pelos padres da Igreja latina, com o fim de a deprimirem ou amesquinharem, atribuindo às opiniões pessoais de Arius as diferenças *teológicas*, que separavam uma da outra.

Origem semelhante teve, mais tarde, a palavra *Islam*, que no árabe significa *resignação* ou *conformidade*, para caracterizar a doutrina fatalista do Corão. E dela derivou, o denominativo *islamita*, para designar o crente ou seguidor dessa doutrina, exactamente como *moçárabe* era aplicável aos *salvacionistas*.

Os lexicógrafos e outros filólogos dizem que o adjectivo *moçárabe* significa *tornado árabe*, e designava "os cristãos da Península, que se submeteram à civilização muçulmana, depois do aniquilamento da monarquia visigótica". Mas eu perguntarei: como foi que os cristãos da Península, pelo facto de se submeterem à civilização muçulmana, se puderam *tornar árabes*? Se tivessem renegado o cristianismo, teriam deixado de ser cristãos, mas nem assim se tornariam *árabes*; ter-se-iam tornado *muçulmanos*, o que é bem diferente.

E perguntarei mais: os mouros e berberes, que se submeteram, na mesma época, à civilização árabe, também eram *moçárabes*? A esses, por maioria de razão melhor conviria o epíteto, se ele tivesse o significado que os filólogos lhe dão, porque não só a civilização, mas até a religião dos árabes haviam adoptado.

Mas os filólogos pretendem que só aos cristãos era dado aquele nome. Logo, reconhecem que ele lhes era dado, não pelo simples facto do

se haverem submetido a uma civilização estrangeira, mas por professarem uma determinada crença religiosa. E se isto reconhecem, forçados serão a admitir, de igual modo, que a etimologia, que nos apresentam, não tem fundamento Sério.

A própria Igreja latina, organizando, mais tarde, um *Missal moçárabe*, claramente testemunhou da extensão e da importância espiritual dessa Igreja, em época anterior àquela em que a de Roma assumiu a hegemonia religiosa na Península. Não devemos, porém, julgar da regra de fé ariana pela doutrina expendida no *Missal*, que, sem dúvida, foi organizado para estabelecer como que uma ponte (no caminho de Roma) sobre as divergências teológicas que separavam as duas igrejas, — divergências que os doutores de Niceia não haviam hesitado em qualificar de heréticas.

A etimologia, oferecida pelos filólogos, constitui apenas um dos variados artifícios (o não dos mais felizes) de que a Igreja latina se serviu para lançar um espesso véu de silêncio sobre a existência da Igreja salvaçãoista da Ibéria, e, principalmente sobre a sua origem israelita. Propositadamente, se tem introduzido, na antiga história de Portugal e de Espanha, elementos de confusão, unicamente tendentes a fazer desaparecer todos os vestígios do primitivo cristianismo peninsular.

Um desses elementos, sem dúvida o mais explorado tem sido o da decantada invasão do VIII século; fazendo-se crer, às sucessivas gerações, que após a batalha de Segoyuela em que o poderio visigótico foi aniquilado junto ao Guadalete, alguns milhões de árabes transpuseram o Estreito, e vieram estabelecer-se na Península. Ora, isto não é um erro histórico, é uma falsidade histórica.

Em primeiro lugar, esses milhões de maometanos, indispensáveis para repovoar a Península, cujos habitantes se faz supor que haviam desaparecido, como que por encanto, nem mesmo podiam existir do lado de lá do Estreito. Não decorrera ainda um século depois da morte de Maomé e, por mais rápidos que fossem os progressos do Islamismo, na Arábia, nunca poderia a nova crença ter avassalado as consciências dos povos semi-bárbaros do Norte de África, até ao ponto de os persuadir a abandonar, em massa, as terras dos seus antepassados, para vir estabelecer-se em terras estranhas.

Os habitantes do Norte de África eram então — como o são ainda — mouros e berberes, política e militarmente dominados por chefes árabes. Professavam estes últimos o islamismo asiático, mas os aborígenes africanos conservavam-se mergulhados nas densas trevas do mais grosseiro fetichismo.

Na Península, uma população pacífica e trabalhadora, outrora entregue à cultura dos seus feracíssimos campos, à criação dos seus gados,

à intensa lavra das suas minas, estava agora desanimada e empobrecida, em razão das pilhagens e depredações que sobre ela haviam exercido as sucessivas incursões dos vândalos e dos visigodos, a cujo furor de destruição se aliara, recentemente a sede de perseguição da Igreja latina contra os crentes moçárabes, dado o ascendente que essa igreja adquirira sobre os reis visigodos.

Foi então que dois grandes patriotas — a quem a injustiça da História apoda de traidores, o conde Julião e o bispo Hopas — transpuseram o Estreito, e, como representantes do povo peninsular, celebraram com os chefes árabes, da outra costa, um tratado de aliança, cujo objectivo seria a expulsão dos dominadores estrangeiros, e a consequente libertação da Ibéria.

Em compensação, entregariam àqueles chefes a alcaidaria dos arruinados castelos, que restavam da ocupação romana, e a direcção suprema dos negócios militares, afim de assegurar uma eficaz resistência a qualquer futura tentativa de invasão estrangeira.

A diferença de religiões, entre as duas partes contratantes, não oferecia obstáculo sério, à conclusão de tratado; porquanto, apesar de diferentes, não podiam considerar-se intrinsicamente hostis. A sonora frase da “guerra do crescente contra a cruz” não fora ainda inventada; só o foi mais tarde, quando outros *visigodos*, vindos, não das margens do Mar Negro, mas das montanhas das Astúrias, do novo ameaçaram a paz e a independência da Península.

XIX

E digo que o salvacionismo e o islamismo não eram intrinsicamente hostis entre si, porque tanto um, como o outro, recebiam como verdadeiros os livros da Lei de Moisés, e professavam singular veneração pela pessoa de Jesus.

Os salvacionistas, ou arianos, negavam, sim, a divindade do Salvador, mas não contestavam e sua missão messiânica, nem o consideravam um homem qualquer. Não duvidavam que Ele tivesse sido formado no ventre puríssimo de Maria, virgem, por acto da vontade de Deus Altíssimo; mas recusavam admitir que Maria houvesse *concorrido, de qualquer modo*, para a sua concepção: por isso diziam ser Jesus o “Homem perfeito, criado do *nada*, como o primeiro Adão”.

Quanto aos muçulmanos, não podiam eles ter, a respeito de Jesus, opinião diferente da que Maomé lhes indicara no Corão, onde mais de vinte vezes a Ele se refere, chamando-lhe o Nazareno (*Hazréti*). É, porém, de notar que todas as vezes que escreveu este nome, escreveu, em segui-

da, as palavras “Paz com ele!” as quais, na linguagem oriental, traduzem a convicção de se encontrar, na presença de Deus, a pessoa a quem são referidas.

Tratando, particularmente, da vinda de Jesus ao mundo, afirma Maomé que Deus incumbira aquele grande profeta da Judeia de uma alta missão espiritual entre os homens; mas que, desgraçadamente, se afastara do exacto cumprimento dessa missão, *cedendo aos conselhos perversos* de um dos seus companheiros, de nome Pedro (*Boutrous*), o qual hipocritamente conseguira induzi-lo a estabelecer a adoração idolátrica das imagens e a prática da confissão auricular, com a consequente absolvição dos pecados.

Revolta-se Maomé contra tal pregação, que considera altamente ofensiva da Majestade divina, por contrária à Lei; mas — acrescenta — que Jesus dera, tanto na sua vida, como na sua morte, tão evidentes provas da sua fidelidade ao Altíssimo, que aprouve à Justiça divina relevar-lhe as fraquezas, em que involuntariamente incorrera, como homem, e chama-lo a gozar da presença de Deus.

É isto o que se lê no Corão, como o leitor destes artigos poderá verificar, consultando a bela tradução francesa do Fatma Zaïda publicada pela casa Férin, de Lisboa; livro que sem dificuldade encontrará em qualquer biblioteca portuguesa, por isso que toda a edição ficou em Portugal, onde a tradutora residiu por alguns anos.

E quando o leitor se convencer de que em nada altero o conceito que Maomé formava a respeito de Jesus, convencer-se-á também, comigo da grave responsabilidade que cabe, à Igreja latina, nesta falsíssima apreciação do Salvador.

É manifesto pelo que deixo escrito, que Maomé só conhecia e cristianismo através do ensino da Igreja latina. Ele não podia compreender que uma igreja, que se dizia depositária fiel das doutrinas do seu fundador, pregasse doutrinas que esse fundador não houvesse estabelecido ou aconselhado. Mas, por outro lado, certo, como estava, de que Jesus viera ao Mundo no cumprimento de uma missão do Altíssimo, só consegui explicar a existência de tais aberrações doutrinárias, atribuindo-as à fragilidade humana do enviado, não por espírito de rebeldia, ou de infidelidade, mas por haver cedido às tentações de algum inimigo da verdade. E como os padres latinos pretendiam haver recebido de Pedro, *e dos legítimos sucessores de Pedro*, as doutrinas que pregavam, concluiu Maomé que Pedro teria sido o causador o conselheiro daqueles malefícios; daí, as suas cruéis e infundadas objurgatórias contra o apóstolo.

Palavras mais ou menos equivalentes às que acima se lêem, terá proferido, além do Estreito, o bispo Hopas (ou *Oppas*, segundo melhor

ortografia), para convencer os chefes árabes, e seus *ulêmas*, a firmar uma aliança com o povo peninsular, que todo o fiel muçulmano considerava, até então, pagão e idólatra. Ele os terá esclarecido sobre as verdadeiras, doutrinas de Jesus e de seus apóstolos, — doutrinas que nada tinham de comum com as que os *rumis*, que se diziam discípulos de Pedro, agora propagavam no nome do Nazareno. E assim, a aliança proposta, para libertar a Península do jugo estrangeiro, ficou visando dois objectivos diferentes: o aniquilamento do domínio visigótico, no temporal, e o do domínio romano, no espiritual.

Assim, e só assim, se explica como vivesse, durante séculos, gente cristã submetida a chefes muçulmanos, sem que, de parte a parte, se registasse a menor perseguição, o menor conflito, sobre matéria religiosa. Os moçárabes, continuaram a exercer o seu culto, e a edificar os seus templos, durante os séculos VIII e IX, numa perfeita paz. E se uma ou outra desordem se produziu naqueles séculos, foi ela circunscrita aos muçulmanos entre si, por questões de sucessão e de mando, a que a população moçárabe era de todo estranha.

Por sua parte, os elementos estrangeiros, visigodo e romano, refugiados no norte de Espanha, assentaram em alcunhar de *mouros* todos os que os rejeitavam e combatiam, e em pregar a guerra santa contra eles, acusando-os de pretenderem impor à Europa a fé maometana. E mais tarde, quando, por artes várias, os chamados reinos neocristãos lograram fundar-se, houve o maior cuidado em fazer desaparecer todos os vestígios do primitivo cristianismo peninsular, para que dele não ficasse memória alguma.

Foi desde então que a língua das inscrições ibéricas se disse *desconhecida*, que aos nomes da toponímia, de origem evidentemente hebraica, passou a atribuir-se algum étimo árabe.

Mas apesar da diligência, e da insistência, com que esta obliteração foi levada a efeito, sempre escapou um ou outro documento a atestar a verdade e a desmascarar o embuste.

Edrisi, célebre geógrafo árabe, contemporâneo de Afonso Henriques, visitou Lisboa em algum dos anos que mediaram entre a rendição desta cidade, aos cruzados, e a tomada de Santarém. Descrevendo Lisboa, diz que a cidade tem 200 mil habitantes, incluindo os refugiados de Santarém, o que metade destes habitantes são cristãos, e a outra metade são pagãos. Ora se em Lisboa, e em Santarém, houvesse um número considerável de maometanos, deixaria Edrisi de os mencionar? Seguramente, não. Outra pergunta me ocorre fazer: quem seriam esses *pagãos*, do século XII, que, em tão grande número viviam em Lisboa?

Osberno, cruzado inglês, que fez parte da gente de guerra, que cercou Lisboa e a entregou a Dom Afonso Henriques, descrevendo, minuciosamente, todas as operações do cerco, no relatório que escreveu ao seu rei, sob o título *De expugnatione Olisiponis*, que Alexandre Herculano transcreveu nos *Portugaliae Monumenta Historica*, diz que, antes de se iniciarem as hostilidades, os chefes cruzados resolveram enviar parlamentários à praça sitiada, a propor a sua rendição, com o fim de se evitar a efusão de sangue. Os parlamentários foram o arcebispo de Braga e o bispo do Porto, que tinham vindo do norte com Dom Afonso Henriques. Subiram estes dois prelados a encosta do castelo, e apareceram-lhes no alto da muralha, para os receber o *alcaide e o bispo da cidade* e outros notáveis dela. Seria *mouro ou bispo*? Acaso há, ou havia bispos entre os muçulmanos?

O mesmo Osberno, que se declara cristão, revolta-se contra os excessos cometidos pelos *cruzados* flamengos e alemães, que *eram pagãos* (!), nos primeiros dias do saque, que se seguiu à capitulação. Acusa-os do terem assassinado o *bispo, um ancião respeitável*, quando este se opunha a que roubassem as alfaias do culto.

E mais adiante, dá conta de um acontecimento extraordinário, que causou verdadeiro espanto aos chefes cruzados, quando dele tiveram notícia: os *mouros*, ao defenderem os seus haveres contra a cobiça dos salteadores que iam a caminho da Terra Santa (!), morriam beijando cruces e clamando "*Maria bona! Maria bona!*"

Este episódio é suficiente, por si só, para demonstrar, 1.º que os habitantes da cidade eram *moçárabes*, isto é, salvacionistas; 2.º que os chefes cruzados tinham sido enganados, quando lhes haviam afirmado que os habitantes eram *mouros*. E digo que o facto prova tratar-se de gente moçárabe, por estas razões: o clero latino, ou *rumi*, acusava os salvacionistas de inimigos da cruz, por não a terem nos seus templos, nem a consideraram emblema do cristianismo; e de desrespeito pela Virgem, por não lhe prestarem culto como mãe *de Deus*. Ora, as desgraçadas vítimas da horrível pilhagem testemunhavam assim, pelo gesto o pela palavra, que nenhuma repugnância sentiam em beijar os indicadores em cruz, nem em proclamar que Maria era *virtuosa* (*Maria bona, Maria bona*)

XX

Como sabemos, escreveu Duarte Galvão a sua *Chronica de D. Afonso Henriques* cerca de dois séculos depois da morte deste rei; servindo-se, como ele próprio declara, de antigos documentos, que considerava autênticos e dignos de crédito.

As várias narrativas que constituem a dita crónica, pela forma por que são apresentadas — muitas delas sem ligação entre si — bem demonstram aquela proveniência, e podem ser consideradas como excertos avulsos dos livros municipais, e conventuais que o autor compulsou.

Ora, refere uma dessas narrativas, que assistindo o rei, em companhia de Dom Teotónio, prior de Santa Cruz, à entrada, em Coimbra, da uma leva de prisioneiros feitos em certa batalha (que Galvão supõe ser a do Ourique), e notando o Dom Prior que eles eram tratados com desumanidade, severamente increpou o rei, perguntando-lhe se era justo tratar assim aqueles homens, que, a final, eram *cristãos* como eles!

Não oculta Duarte Galvão a surpresa que as palavras do Dom Prior produziram no seu espírito; mas, não encontrando melhor explicação para elas, lembra-se de dizer, que talvez aqueles cristãos houvessem sido aprisionados anteriormente pelos mouros, que os teriam obrigado a combater nas suas fileiras, por disporem de pouca gente de guerra.

Esta hipótese do cronista está, porém, em perfeito desacordo com o exagerado número de combatentes que a cada passo, ele atribui às hostes muçulmanas. Nem seria admissível tal facto, numa guerra, que o próprio cronista pretende inculcar de *guerra santa*; nem, a admiti-la — na mais improvável das hipóteses — teriam aqueles cristãos deixado de abandonar as fileiras agarenas, no primeiro recontro com os da sua Lei, para se unirem a eles.

Também a tradição popular conserva ainda vestígios do *salvacionismo* ou *moçarabismo*, erradamente atribuídos aos mouros. Assim, por todo o Portugal, afirmam os nossos aldeãos que muitas das suas vetustíssimas igrejas eram *mesquitas de mouros* quando é certo que tais igrejas possuem todas as características de uma arquitectura cristã anterior à pretendida invasão dos árabes.

Releve-me o leitor a extensão que tenho dado a estas notas sobre a primitiva Igreja peninsular; julguei-as, porém, indispensáveis para bem justificar o emprego, que fiz, da palavra *bispo*, na tradução da inscrição de Luzaga.

E não se admire o leitor de que a tradução de *uma só palavra*, de uma inscrição ibérica, dê origem ao apuramento de muitas verdades geralmente esquecidas ou ignoradas: antes deve aferir, por este pequeno exemplo, o importância que terá, para a proto-história da Península, o estudo completo daqueles antiquíssimos monumentos. Porque, convém não esquecer-lo, eu trato apenas, nestes artiguinhos, de expôr os *valores alfabéticos e as regras de escrita* dessas inscrições, para servirem de ponto de partida a outros estudiosos, que se proponham esclarecer a história

antiga da Ibéria. E acalento a esperança de que esses estudiosos aparecerão, e, isentos de preconceitos, utilizarão, no serviço da Verdade, os elementos aqui encontrados, os quais, durante cerca de três mil anos, se conservaram *desconocidos*, mercê das ingênuas superstições de alguns, e das malévolas e inconfessáveis conveniências de muitos outros, que àqueles se seguiram.

Todos quantos autores que, honestamente, se têm ocupado, até agora, do problema das inscrições ibéricas, são acordos em supor que elas encerram o grande segredo da proto-história peninsular. Desvendar esse segredo foi a missão que a mim próprio impus, há bons vinte anos; evitando sempre deixar-me influenciar pelas mistificações mais ou menos hábeis, com que falsos interpretadores, abusando da fama, que a si próprios, não menos habilidosamente preparam, no meio inconsciente que os cerca e os aplaude, tem conseguido afastar, do verdadeiro e raciocinado estudo destas inscrições, aqueles que para ele seriam competentes.

O Dr. Pereira de Lima, há pouco falecido, referindo-se, no seu livro *Iberos e Bascos*, publicado em 1902, às inscrições ibéricas, diz o seguinte, a página 80:

“Se os contemporâneos dos povos da língua de Accad, e os da civilização indostânica e da egípcia — os habitantes primevos da Europa sudo-ocidental, iberos, bascos e etruscos — não foram ainda bem expostos à luz da ciência moderna, é pelo motivo de, até hoje, não se ter descoberto, clara e irrefutavelmente, o teor e sentido das *letras desconocidas* da Ibéria, e de estar ainda nos seus começos a decifração das *epigráficas* da Etrúria”.

E mais adiante, página 98:

“Muitos se têm arrogado o papel de Champollion, perante o enigma epigráfico da Ibéria, mas a breve trecho são apodados de fantasias e falsos interpretadores.

Não se pôde ainda constatar o teor de uma única inscrição, nem mesmo das (monetárias) que são escritas em ibero e latim, e por isso cognominadas bilingues”.

À seriedade destas declarações, corresponde, me parece, a seriedade do meu estudo sobre a escrita hierática dos hebreus; usada pelos escribas, da Ibéria (e, quem sabe? se pelos da Etrúria), que nestes artiguinhos tenho apresentado, sem recear que as doutas academias hubnerianas o contestem, dada a sua proverbial e prudente mudez.

Mas, se tal fizessem, encontrar-me-iam apetrechado para discutir e defender as minhas leituras, linha por linha, palavra por palavra, e letra por letra.

Não me arrogo, nem poderia arrogar-me “o papel do Champollion”, porque não tive, como o sábio francês, uma *pedra de Rosetta* a indicar-me o caminho.

Passarei agora a pôr ante os olhos do leitor, a célebre inscrição de Castellon de la Plana, pela qual, há anos, pretendi iniciar o estudo das inscrições ibéricas, e a propósito da qual escrevi um folheto, de que fiz uma limitada tiragem de poucas dezenas de exemplares.

Como já aqui o disse, fui infeliz na escolha desse texto, para início do meu estudo; pois nunca poderia prever que ela fosse, entre todos os da epigrafia ibérica, o mais extraordinariamente difícil de interpretar, como o leitor verá em breve.

Eu próprio me admiro, hoje, de haver conseguido decifrá-lo definitivamente. E se outras provas não pudesse dar da verdade das *Escritas Antigas* *, bastaria a que vou produzir para dissipar, no espírito do leitor, qualquer dúvida que ainda alimentasse.

O folheto, a que me refiro, contém erros — muitos erros — mas contém igualmente, a verdade capital da minha descoberta: isto é, que as inscrições *ibéricas são da língua hebraica*, e que esta foi a língua oficial dos hebreus da Península, seus primitivos habitantes.

XXI

No folheto, que fiz imprimir em 1917, e ao qual já me tenho referido nestes artigos, expus as razões que me haviam levado a crer ser a língua hebraica, ou alguns dos seus mais próximos dialectos, aquela em que haviam sido escritas as inscrições ibéricas.

Como o leitor das *Escritas Antigas* não conhece esse folheto, de que existem muito poucos exemplares, e eu lhe deva a explicação formal dos motivos que me trouxeram aquela convicção, quando ainda estava longe de supor a existência de uma migração israelita, da Palestina para a Ibéria; passo a informá-lo da maneira por que adquiri essa convicção, copiando alguns períodos, do mesmo folheto.

*

A leitura das inscrições lapidares e numismáticas denominados *ibéricas*, é um dos mais interessantes problemas da história da civilização da Península. Ele tem merecido, desde alguns séculos, a atenção dos estudiosos, tanto peninsulares como estrangeiros, pois é evidente, para todos,

* *Escritas Antigas* é o título com que estes artigos foram publicados no *Portugal Evangélico*.

que a decifração destes antiquíssimos documentos lançaria uma luz intensa no meio das trevas que envolvem ainda os mais remotos períodos da história da civilização peninsular.

Todavia, os trabalhos a que até hoje se tem procedido no sentido de resolver esse problema, não têm sido coroados de bom êxito, e a questão da leitura de tais inscrições tem permanecido no estado em que se encontrava há três ou quatro séculos, quando foi posta pela primeira vez.

Bem persuadido de que este mau resultado não provinha da insolubilidade intrínseca do problema, mas dos termos em que ele era proposto, animei-me a formular o que chamarei a *minha hipótese*, para sobre ela, tentar a decifração dessas inscrições; falsa ou verdadeira que ela fosse, poderia conduzir-me a um resultado útil, pois também sobre as falsas hipóteses se obtêm, por vezes, soluções verdadeiras.

Pondo irreverentemente do parte a moderna opinião de laureados investigadores das antiguidades peninsulares de que o nome *ibéros* é derivado das palavras bascas *ib-er*, que dizem significar *rio ardente* e julgam alusivas à corrente do *gulf-stream*, que circulava em torno da *Atlântida*, donde esses povos seriam oriundos, imaginei para aquele nome uma origem por certo menos poética, que eu admitia como verdadeira para estabelecer a base do meu estudo: em primeiro lugar, por me parecer pouco provável que a diferente temperatura da corrente de *gulf-stream*, em relação à das águas do Atlântico, tivesse dado origem ao nome de um povo; em segundo lugar, por me animarem as palavras de Oliveira Martins, quando disse que “de hipótese em hipótese se chega a aferir a verdade”.

Imaginei que o nome do Iberos outra coisa não era senão uma forma derivada do hebreu *eber*, quer esta denominação lhes fosse dada por pertencerem à linhagem de Abraão, quer significasse apenas de uma maneira geral, gente vinda *do outro* lado do Mediterrâneo. E assim imaginei que esses antigos habitantes do sul da Península foram povos de origem hebraica, cananea, caldeia ou moabita, estabelecidos nas *costas* ou *ilhas* do ocidente em consequência de migrações voluntárias ou de deportações forçadas.

Imaginei que assim como Tarsis ou *Tarshish*, filho de Javan, se estabelecera no litoral do meio-dia da Península, em tempos remotíssimos, mantendo com os povos do Levante relações comerciais que sucessivamente se foram desenvolvendo até à maior exaltação de Tiro, - assim Elisa, Elusa ou *Elishah*, da mesma origem étnica, avançando mais para o ocidente, penetrara pelos vales do Ana, do Sado e do Tejo, e se estendera pelos territórios interiores, cujas riquezas naturais lhe não eram desconhecidas.

Imaginei que este nome de Elusa ou Elisa se identifica com os de Lusitânia e *Olyssippo*, pela posição das terminações *tan* e *bon*, que

ambas significam *habitação*, e deram, em relação a outros lugares da terra, Industan, Turkestan, Beluchistan e Afganistan no Oriente, Mauritània, Tingitânia, Turdetânia, e Britânia no Ocidente, e um grande número de nomes de cidades terminados em *bo*, *bona*, *po* e *pona*, como, por exemplo, Olyssippo, que assim seria a cidade de Elisa o não de Ulysses, como aos antigos poetas se afigurou.

Esta última suposição foi principalmente inspirada na leitura da, elegante apóstrofe que Ezequiel dirige a Tiro no capítulo XXVII do seu livro. O profeta querendo dar ideia precisa da audácia dos navegadores fenícios e da extensão do seu comércio, sintetiza a civilizadora actividade de Tiro comparando-a a um dos seus navios, cujos materiais de construção figura terem sido importados de países longínquos: assim diz, que a ilustre cidade talhara as pranchas do casco da sua nave nos pinheiros de Senir, o mastro num cedro do Líbano, os remos nos carvalhos das florestas de Bashan, os bancos dos remadores nas madeiras finas marchetadas de marfim das terras de Kittim, a vela bordada — que lhe servia de bandeira — no linho fino do Egipto, e o toldo de azul e de púrpura, que a adornava, nos preciosos estofos das *ilhas* ou *terras* de Elisa ou Elisha.

Esta enumeração gradual e crescente, a partir do mais próximo para o mais remoto, dera-mo a impressão de que Elisa seria então o termo mais afastado da expansão comercial de Tiro, certamente não menos distante que Cartago e *Tarshish* — e não apenas um porto do Peloponeso, como alguns têm, julgado sem melhor argumento. Por outro lado, as já afamadas lãs de Espanha e a sua natural produção de matérias corantes, como a cochonilha, o anil e o sumagre, se não justificavam a minha hipótese, aumentavam-lhe o número das probabilidades.

E de tudo isto que eu imaginei, tirei como corolário que a língua em que foram escritas as inscrições monetárias e lapidares do sul da Espanha seria o hebreu ou algum dialecto muito próximo do hebreu.

Antes, porém, de tentar a leitura de algumas inscrições, pareceu-me conveniente proceder a uma espécie de *reconhecimento* que melhor me firmasse na legitimidade do meu corolário. Esse reconhecimento só poderia ser feito no sentido de encontrar um termo de ligação entre o período ibérico e o período romano, que de alguma maneira justificasse as premissas que eu estabelecia.

A antiga toponímia da grande área peninsular oferecia-me um vastíssimo campo para tentar esse reconhecimento com bastantes probabilidades de bom êxito. Conhecendo, porém, as objecções que poderiam opor-se a esse resultado, sob pretexto de que a origem evidentemente hebraica de muitos dos nossos termos geográficos não emanara directamente do he-

breu, mas do árabe do período maometano — argumento já desenvolvido, há bem três séculos, por D. Bernardo Aldrete, com o sucesso que o Destino reserva muitas vezes às mais ruins causas - dirigi as minhas vistas para um espaço restrito dessa área, onde vestígios de um culto bem diferente do Islam, e a ele anterior, não pudessem favorecer objecções semelhantes.

Tracei os limites desse espaço dentro do território de Portugal, onde nos nomes de muitos lugares se conserva o elemento *bal* e *bel* afirmando, em alguns casos, de maneira indiscutível, a existência do culto de Baal, o deus supremo do paganismo caldeu. Citarei, entre uns trinta que conheço, Belas (*Bel-ash*, senhor do fogo), Balazaim e Baleizão (*Bel-azan*, Baal ouve a oração), Balazar (*Bal-atsar*, senhor do tesouro), Baltar — três lugares deste nome — (*Bal-tar*, senhor da beleza), etc. E como, junto de alguns destes lugares, e mesmo de muitos daqueles que não menciono, há bem conservados vestígios de um antigo paganismo — *dolmens. menires*, etc. — julguei poder concluir que alguma coisa de real havia, com efeito, na hipótese que formulara, e, portanto, no corolário que dela deduzira.

Esta investigação conduziu-me, naturalmente, a procurar entre as velhas divindades do paganismo romano na Lusitânia, alguma que pudesse identificar-se com o Baal da Caldeia. E sem grande esforço me ocorreu o nome de *Endovélico*, que os historiadores concordam em haver transitado do paganismo pré-romano da Península para o paganismo dos dominadores romanos, como divindade regional; facto que é atestado por monumentos epigráficos de incontestável autenticidade.

A ligação do nome do Endovélico com o de Baal já tinha sido presentida, desde longa data, por vários investigadores peninsulares; mas nenhum deles conseguira (que eu saiba) apresentar a prova decisiva de tal afirmação, posto que todos a tivessem diante dos seus olhos.

Com efeito o nome *Endovelicum* outra coisa não é senão a simples transliteração, para caracteres latinos, da expressão caldaica *indo*, futuro do verbo *conhecer, saber*, na terceira pessoa do singular; *bal*, *Senhor*, e *iqum*, nome colectivo de *todas as coisas criadas*. Traduz-se, pois, aquela expressão por “conhece Baal todas as coisas”, ou seja, como actualmente diríamos: *Baal omnisciente* ou *Senhor omnisciente*.

Depois de um exame muito sumário dos caracteres que constituem as inscrições lapidares existentes em Portugal, as numismáticas tão abundantemente encontradas em todo o litoral do meio dia de Espanha, e a da placa de chumbo proveniente de uma sepultura descoberta em 1851, em Castellon de la Plana — considerada como o monumento mais antigo das línguas ibéricas — concluí haver nessas inscrições não menos de uns cinco ou seis alfabetos distintos: um particular às inscrições de Portugal; outro,

particular à placa de Castellon e três ou quatro, pelo menos, nas moedas achadas em Espanha e nos Pirinéus.

A coexistência destes diferentes alfabetos - a que os espanhóis chamam, há séculos, *letras desconocidas*, — não me parece dever corresponder a outras tantas línguas diversas. Pelo contrário, estou bem persuadido de que se trata apenas de uma língua - a hebraica — escrita em caracteres demóticos, particulares a cada uma das colónias ou repúblicas autónomas, porventura rivais, estabelecidas na Península e no norte de África.

Não podendo ocupar-me, simultaneamente, de todos estes alfabetos, resolvi começar pelo da placa de Castellon, porque sendo o seu texto o mais longo, forneceria, a um tempo, mais facilidades à decifração e provas evidentes da veracidade da leitura, caso eu viesse a realizá-la. As inscrições numismáticas, e lapidares, sendo apenas constituídas por palavras isoladas ou por um reduzido número de palavras, não ofereceriam uma prova tão categórica.

XXII

A inscrição de Castellon de la Plana, (Fig. 7), está gravada em uma tira de chumbo de 0,43m de comprimento, por 0,04m de largura, e consta de quatro linhas de caracteres, traçados da esquerda para a direita, dispostos em pequenos grupos separados, entre si, por três pontos verticalmente alinhados.



Figura 7

Cada grupo corresponde a uma frase distinta, formada pela reunião de dois, três ou quatro radicais; visto que a escrita é radical ou quase hieroglífica, como a de todas inscrições ibéricas.

As duas últimas linhas da gravura contêm a equivalência dos valores alfabéticos da inscrição, em relação aos do moderno hebraico. Muitos dos caracteres têm formas idênticas às dos outros alfabetos que já conhecemos; outros apresentam novos desenhos.

O *aleph* inicial da primeira palavra da inscrição é uma variante, provavelmente adoptada só para o caso particular de ser letra inicial de qualquer escrito: e consiste na inversão do elemento gráfico superior da letra comum.

A figura indicada como correspondendo ao valor de *van*, não é propriamente *uma letra*, visto ser a supressão total de *vav*, uma das regras desta escrita, como o é em todos os demais alfabetos ibéricos: esta figura é apenas *um hieróglifo*, representado por *um pau com quatro pregos cravados* (*vaiim*), e só uma vez ocorre na inscrição, na palavra *Leviah* (a última do segundo grupo da primeira linha), por ser absolutamente impossível escrever esta palavra sem *vav* aparente.

O escriba que traçou a inscrição de Villaricos, à qual me referi no meu VI artigo, venceu idêntica dificuldade para escrever a palavra *David*, substituindo o *vav* por *beth*: o de Castellon, mais purista, preferiu o emprego do hieróglifo.

Pelo que respeita à convenção da escola de Castellon, quanto à escrita das letras da Raiz sagrada e do Nome divino (convenção que diferia — como temos visto — de escola para escola, ou, talvez, de tribo para tribo), eis o que se apura do texto transcrito: *he*, tinha representação alfabética; *vav*, era suprimido, salva a excepção já apontada: *yod*, era representado pelo símbolo da Eternidade, cortado inferiormente por um traço vertical; a associação ou sequência de *yod*, com outro *yod*, com *vav*, ou com *he*, era notada pelo mesmo símbolo, modificado por um diacrítico, como se vê no final da última linha da gravura.

Quanto à forma dos caracteres, não há na inscrição coisa que dúvida faça, a não ser a primeira figura da terceira linha: o escriba obliterou, ali, o princípio de uma letra erradamente começada.

Para que o leitor possa acompanhar facilmente a minha interpretação, indiquei, com vírgulas, a separação das palavras de cada grupo.

É digno de observar-se que cada uma das quatro linhas do texto não abrange mais do que cerca de dois terços do comprimento total da placa, tendo ficado *em branco* o último terço; deixando assim, no espírito do observador *moderno*, a impressão de ter, ante si, a cópia de *quatro versos*, dada a forma por que, *actualmente*, escrevemos uma composição poética.

Tal disposição passou completamente despercebida ao meu espírito, quando tentei, pela primeira vez, fazer a leitura do documento. Só alguns anos mais tarde, já depois de impresso o folheto a que me tenho referido, pude descobrir e compreender a *capital importância* dessa disposição, para a interpretação do texto.

A leitura, errada em muitos pontos, que então fizera, fora por mim julgada correcta, por ignorar ainda tratar-se de uma escrita em que só os radicais eram expressos, isto é, de um sistema gráfico anterior de alguns séculos à escrita fonética de Esdras.

A decifração das inscrições de Ourique e Bensafrim, revelado-me, porém, a certeza da escrita radical, e tornando-me senhor de todo o mecanismo das escritas ibéricas, até ao ponto de poder estabelecer, de uma maneira incontestável, os seus valores alfabéticos e as regras dessas escritas, impôs-me a necessidade de rever a primeira interpretação.

E, nessa revisão, tive ocasião de constatar que, apesar de defeituosa, a minha tentativa me fornecera dois esclarecimentos verdadeiros: a certeza de se tratar de um documento jurídico, e, mais precisamente, da sentença de Kelesbal, o sufeta de Cartago, vencido em Ourique, por Tobias de Cirene.

E igualmente me trouxe a revelação de se empregar nesse documento uma escrita de duplo sentido, característica da *fraude jurídica* com que, na alta antiguidade, se julgava lícito, entre os hebreus, fazer nascer, no espírito ansioso dos condenados, uma ilusão de esperança e de perdão, que, a breve trecho, se transformaria em atroz realidade.

Se o leitor tiver ocasião de ler, algum dia, a obra monumental de John Selden, *De jure Naturali et Gentium juxta Disciplinam Ebraeorum*, ali encontrará largamente exposta e documentada, nos livros IV e VI, esta terrível doutrina, que, aliás, só era posta em execução para os idólatras e apóstatas. Contra esses, todo o dolo, todo o engano, toda a mentira, eram permitidos, em excepção ao preceito de *Levítico*, XIX, 11; porquanto os réus de tão escandalosos crimes não eram considerados *próximo*, e só ao *próximo* se não podia enganar e mentir, em vista daquele preceito.

Ora a parte do texto que contém, neste documento, a *matéria fraudulenta*, isto é, a que se presta a duas interpretações ou leituras, uma favorável e outra desfavorável ao réu, é a sua primeira linha, e por isso ela não pôde ir além dos dois primeiros terços da placa.

Facilmente se compreende que o portador da mensagem, ao entregá-la ao prisioneiro, como carta missiva do seu chefe supremo (o presidente ou príncipe da República), lhe fez leitura desta linha, com o fim de fixar, no ânimo do desgraçado, a benévola disposição de quem o enviava; entregando-lhe depois o documento, para que, por seus próprios olhos, se certificasse dessa benévola disposição, se porventura sabia ler, como a sua elevada categoria faz supor.

Ora, as palavras lidas eram estas: “Eu, Qebeltaf, filho da progénie de Levi, te abraço, ó rei, homem que és bem-amado no país, infeliz Kelesbal”.

Mas, nos três últimos grupos de letras desta primeira linha, havia oculta uma outra leitura, se as palavras que constituem cada grupo fossem separadas de outro modo, ou pronunciadas diferentemente. Ler-se-ia então: “Eu, Qebeltaf, filho da progénie levítica, ao cárcere te condeno, homem desprezador da vontade divina neste país, devorador Kelesbal”.

É esta última divisão a que está indicada por vírgulas, na gravura. Indicarei a outra divisão quando, no próximo artigo, apresentar a transcrição completa do texto em caracteres quadrados.

Não parava, porém, aqui a fraude jurídica. As segunda e terceira linhas, que a desgraçada vítima diligenciou talvez decifrar, debalde, durante muitos dias de sofrimento moral e de angustiosa expectativa, negavam-se a esclarecê-la. E eu compreendo bem a sua angústia, porque só ao cabo de dois anos de constantes tentativas, consegui descobrir a chave do enigma.

Essas duas linhas estão escritas em *cifra*. As palavras que constituem cada grupo, e que vão separadas por vírgulas, lêem-se do fim do grupo para o princípio. Assim, se um grupo tem quatro palavras, a primeira a ser lida será a última, a segunda a penúltima, a terceira a ante-penúltima, e a quarta a primeira. Isto, invariavelmente, até ao fim da terceira linha do texto.

A quarta e última linha está escrita ao modo ordinário, e não oferece um duplo sentido

XXIII

Tem o leitor, na Fig. 8, a transliteração, em caracteres quadrados, da inscrição de Castellon. Foi feita esta transliteração da direita para a esquerda, por ser esta a direcção adoptada na escrita do moderno hebraico, e preencheram-se, com letras *apenas contornadas*, as lacunas do texto original resultantes da aplicação das *regras de escrita*, que daremos no artigo que a este se seguir.

אני קבלטף בן ילד לוייה מלכד חקן איש שיר יד באי אכל חלשב
(בן ילד לוי המלך דחקן איש שיריד)
דין חלשב בפי לא דגי לא ברהדל זור ליומת ז מא די יאה צאה פלך פה
לא הך יהי לא עסה ליומתן פדיכפד ציה חיל אפד שריבל אנקיו
כית קישר בלגף ז רוש צאה יבל דפה ליום ז כל דגי פדה

Figura 8

Na primeira linha da gravura, transcreve-se a primeira linha do texto *ibérico*, dividindo-a em palavras cujo sentido representa o preâmbulo oficial (isto é, o verdadeiro preâmbulo) da sentença.

Na segunda linha da gravura, vê-se entre parêntesis, outra divisão, que alterava o sentido do preâmbulo, conservando, aliás, as mesmas letras, e pela mesma ordem, mas separando-as diferentemente, para formarem palavras também diferentes.

Na terceira e quarta linhas da gravura, transcrevem-se as segunda e terceira linhas do *texto ibérico*, dispondo as palavras segundo a ordem natural da leitura; isto é, reduzindo à forma de escrita ordinária, a forma criptográfica empregada no texto original.

A última linha da gravura, corresponde à última linha do *texto ibérico*.

Vejamos, agora, linha por linha, a tradução do documento, deixando para o artigo seguinte, a apreciação da parte equívoca, reproduzida, entre parêntesis, na segunda linha da gravura.

1 “Eu, Qebeltaf, filho da progénie levítica, ao cárcere te condeno, homem desprezador da vontade divina (ou desprezador da justiça) no país, devorador Kelesbal”.

2 “Sentença de Kelesbal. Na sua boca, nem peixe, nem outro alimento; os queixos atados; durante trinta dias, que tantos bastam, terá excremento e mordança na boca”;

3 “Não será ferido, viverá à vontade e não trabalhará durante trinta dias. Em paga das securas e das ânsias, leve o demónio os seus gritos”.

4 “Para o lugar da conspiração, Belgaf, trinta mendigos das estremeiras acarretarão imundícias. Durante trinta dias todo o peixe é livre”.

O facto de não existirem, neste alfabeto, as letras *he* e *vav*, altera consideravelmente o valor dos numerais. Por isso ao numeral *nun* é atribuído o valor trinta, quando ordinariamente se lhe atribui o de *cinquenta*.

Apresentarei, agora, algumas observações, que julgo indispensáveis, em referência ao texto e à tradução.

Primeira linha — As palavras que traduzo “progénie levítica”, são, no original, “progénie da união ou do *afecto*”, e têm um sentido misterioso, revelado em *Génesis*, XXIX, 34. As famílias hebraicas davam, por nome próprio, aos seus recém-nascidos, uma palavra tirada da alguma frase pronunciada por ocasião do nascimento da criança, ou que com ele tivesse relação. Ora, Lia, mulher de Jacob, quando deu à luz o seu terceiro filho, exultou de contente, porque Raquel ainda se conservava estéril, e ela já dera ao marido três filhos varões. E, no auge da sua alegria, exclamou: “Ai! agora é que o meu homem me vai ser *unido* ou *dedicado*!” E tomando uma das palavras desta frase, formou o nome *Levi*, cuja raiz לוי significa *unir-se, afeiçoar-se*.

Ficaria incompreensível, para muitos, a frase “filho da progénie do afecto conjugal” e por isso preferi a de “filho da progénie levítica”, que perfeitamente lhe equivale, e julgo haver Justificado

Segunda linha — Ao começar a escrever a sentença, o escriba pôs-lhe, por título, as palavras *Sentença* ou *condenação de Kelesbal*, escrevendo abreviadamente a primeira, da qual apenas gravou a inicial. Vão indicadas, na estampa, as duas letras que ele suprimiu por desnecessárias.

As duas frases, “Nem peixe, nem outro alimento”, ou, com maior precisão, “Nem peixe, nem alimento”, fazem-nos crer ter sido o peixe a principal base da alimentação do povo de Castellon, equivalendo, portanto, ao que hoje diríamos “nem pão, nem conduto”.

O final da sentença, decretando a abolição do imposto sobre o pescado, durante trinta dias, não só confirma a hipótese, por aproveitar a *toda a população* o benefício concedido, mas deixa-nos ainda crer que Kelesbal, como sufeta do mar da República cartaginesa, e arrogando-se, por tal qualidade, o senhorio do Mediterrâneo, agravara exageradamente — ao apoderar-se de Castellon — o pequeno imposto que o estado hebreu já ali, cobrava sobre o principal elemento da alimentação pública.

Hesitei durante algum tempo, em decidir se deveria escrever a frase “os queixos atados”, ou preferir-lhe esta outra “a porta trancada”, que também não deixava de vir a propósito, em relação à porta do cárcere. Preferi a primeira interpretação, não só por me julgar a isso autorizado em *Job*, XLI, 6 (na Bíblia hebraica), mas ainda porque a última daquelas palavras contém a ideia de ligar, com ataduras, um penso cirúrgico.

A raiz, que traduzi por *mordança*, no grupo seguinte, não está na Bíblia, mas é prevista por derivados, que significam *roca de fiar* e *limite de um campo*, dando, em qualquer destes casos, a ideia de *rodear* ou *envolver*, como o linho em volta da cana, ou o muro, ou o valado, em volta do terreno. Assim, suponho tratar-se ali de uma ligadura, ou *mordança*, envolvendo a cabeça do condenado, na altura da boca, perpendicularmente à outra, que lhe impedia o movimento dos maxilares.

Quanto ao horrível suplício do *excremento na boca*, foi ele tão comum na Península, que, ainda mil anos depois da morte de Kelesbal, era vulgaríssimo: raro é o antigo foral das nossas vilas e cidades que a ele não aluda, como *matéria corrente*, posto que condenável, quando levado à execução por quem não tivesse o direito de fazer justiça.

Terceira linha — Onde traduzo “em paga das securas e das ânsias”, diz o texto “resgate como resgate das securas, etc.” É puro hebraísmo, cuja ideia a minha tradução exactamente exprime.

A palavra *demónio* não está no texto original. Ali diz-se “o *ephod* que leve os seus gritos”, referindo-se ao ídolo a que o desgraçado sufeta rendia culto, isto é a Baal. Os dois termos equivalem-se: se preferi o primeiro, foi para conservar à frase o sentido que certamente lhe ligava quem a escreveu.

Quarta Linha — O centro onde se reuniam os cartagineses residentes em Castellon, com o fim de preparar o golpe *de estado*, que havia de assegurar-lhes a posse da cidade, era o templo de Baal, conhecido pelo título particular de *Belgaf* (*Baal em pessoa*), agora transformado, pela sentença, em *lugar imundo*, conforme o uso geralmente seguido pelos hebreus em casos semelhantes.

Na escrita do último grupo desta linha, nota-se um pequeno erro, assinalado, na gravura anexa ao artigo anterior, por *um ponto* sobre a sua letra inicial.

Essa letra é um *nun*, representativo do número *trinta*, que o amanuense não devia ter escrito no princípio do grupo, mas só depois da palavra *liom*, como efectivamente fez, repetindo-o neste último lugar, mas esquecendo-se de obliterar o primeiro. Suprimi, portanto, aquele *nun* supérfluo na transliteração acima, como o leitor poderá verificar, comparando os dois textos.

XXIV

Voltemos, agora, à parte equívoca do preâmbulo, notada na segunda linha da gravura.

Abrange ela todos os grupos de letras da primeira linha do texto, com excepção do primeiro. E se do último grupo não se apresenta ali uma nova leitura, isso é devido a serem os dois textos perfeitamente iguais, no tocante à divisão das palavras, posto que diferentes no sentido: diferença que a tradução acusa, mas que a escrita não poderia acusar. Com efeito, consistindo a escrita hierática dos hebreus na mera sequência das raízes, consideradas tão somente como elementos ideográficos, é evidente que todos os *sentidos*, derivados de cada raiz, teriam de ser expressos por ela na sua forma única; ainda aqueles que podiam ter significado, não só diferente, mas oposta.

A tradução é esta: “Filho da progénie de Levi. O’ rei, te abraço, homem bem amado no país, infeliz Kelesbal”.

Na primeira frase, o *he* que, na outra leitura, termina a palavra *leviah*, passa a ser inicial da segunda frase, como sinal do vocativo, *hamelek*, “ó rei”. É bem sabido que a palavra rei não tinha, na alta antiguidade, a

significação restrita, que hoje lhe damos, de “chefe de um estado soberano”. É empregado, na Bíblia, na acepção de *chefe de tribo*, ou governador de uma simples povoação”; daí, o grande número de *reis*, às vezes derrotados numa só batalha (*Josué*, XII, 9; *Juízes*, I, 7; *Reis*, XX, 1, 16). E foi por isso que sempre os autores gregos deram o nome de *rei* (*basileus*) aos sufetas cartagineses, apesar de não haver monarca em Cartago. Não é pois de estranhar que a Kelesbal fosse dado este nome, sendo ele apenas *comparte* no governo daquela república, como consta da grande inscrição de Marselha, a que já me referi, e onde o seu nome é mencionado como são mencionados “os seus colegas”, isto é, os outros compartes no governo supremo da célebre cidade.

Poderá também parecer estranho que à mesma palavra que traduzi por *devorador*, dê agora, nesta outra leitura, a significação de *infeliz*. É isso resultante da raiz ter uma só forma gráfica, como acima digo, para exprimir todas as modalidades da acção do verbo, nas suas sete vozes. Daí, a leitura só poder ser feita, em certos casos, por quem previamente conhecesse os *factos e as circunstâncias*.

Apresento, agora, as regras da escrita dos escribas de Castellon, cuidadosamente deduzidas do interessante documento de que tratamos.

1. ^a Supressão da última radical, nas raízes *ain duplo*.
2. ^a Supressão total de *vav*, em todas as raízes *ain-vav*; ou a sua substituição por *yod*, quando a ausência daquela letra pudesse originar alguma confusão ou dúvida.
3. ^a Supressão total de *he* em todas as raízes *lamed-he*, excepto quando houvesse uma raiz *ain duplo*, que com ela pudesse confundir-se pela aplicação da regra 1. ^a que era imutável.
4. ^a Emprego das letras do Nome divino, em função servil, quando podiam ser expressas pelo hieróglifo da Eternidade, modificado pelo diacrítico.

Com a apresentação destas regras, dou por concluído o meu estudo, que teve por objectivo a fixação dos elementos indispensáveis para a leitura das inscrições ibéricas.

Revelou-nos esse estudo a escrita hierática dos hebreus, como foi usada, pelos escribas, até à adopção da escrita fonética iniciada por Esdras, no regresso de Babilónia.

Desde então, essa escrita hierático-radical ou quase-hieroglífica – foi abandonada no Oriente, e de todo se perdeu; mas o seu uso continuou entre os povos da Dispersão, e nomeadamente nas Espanhas, até ao quinto ou sexto séculos depois de Cristo, época em que a acção persistente da Igreja latina, aliada *ad hoc* à dos rabinos, que, de toda parte, acorreram à nossa Península e ao sul da França, conseguiu travar os progressos da fé

ariana, moçárabe, ou salvacionista, que pouco a pouco se foi diluindo no cristianismo de Roma, até que veio a extinguir-se nos dois primeiros séculos do segundo milénio.

Igualmente nos revelou as regras particulares dessa escrita, em várias regiões peninsulares, desde o extremo sud-ocidental atlântico ao extremo norte-oriental pirenaico; habilitando-nos, pela comparação dessas regras já conhecidas, a resolver, sem grande dificuldade, novos problemas da mesma escrita, respeitantes a outros lugares, como sejam as inscrições rúnicas, as da Arábia meridional, e porventura as etruscas.

Revelou-nos, finalmente, a superstição levítica sobre o uso das letras da raiz sagrada e do Nome divino, superstição de que ainda há vestígios nas *letras quiescentes* do moderno hebraico.

Não foi meu propósito ocupar-me da leitura das inscrições ibéricas, em geral, sob o ponto de vista da história da Península; mas tão somente, coligir materiais para que a sua leitura possa ser feita sob esse aspecto. Por isso me limitei ao estudo dos caracteres; estudo que fiz sobre aqueles textos que, por sua maior extensão, melhor se prestavam à interpretação e à fixação das regras. Outros se ocuparão agora, das deduções históricas, que poderão ser interessantíssimas, se a elas presidir o desejo de alcançar o conhecimento da verdade, embora com prejuízo de quaisquer pretensões ou interesses.

Entre essas deduções, terá por certo, um lugar principal, o estudo da numismática peninsular, tantas vezes tentado, infelizmente, sem bases sérias, por quem só tinha em vista interesses comerciais, ou... efeitos académicos.

Para que bem se compreenda a inanidade de quanto se tem escrito (e são muitos volumes) sobre a numismática ibérica, bastará considerar que todos os autores desses pseudo-estudos ignoravam, sem excepção, qual a língua em que estão escritas as inscrições que pretendiam dar por lidas ou interpretadas. Eu escrevi *inanidade*; deveria ter escrito *petulância*.

Outro assunto que oferecerá um largo campo às investigações dos estudiosos, será a questão do estabelecimento do cristianismo na Península. A esse grande facto me referi, de passagem, ao tratar da inscrição de Luzaga: outros documentos aparecerão, porventura, a esclarecer o interessante problema.

Pelo que respeita mais particularmente ao nosso país, fui forçado a dar maior desenvolvimento ao estudo das inscrições de Ourique e Bensafirim, não na intenção pretenciosa de *fazer história*, mas para bem poder chegar a conclusões concretas sobre a língua das inscrições e consequente fixação dos seus valores alfabéticos.